ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

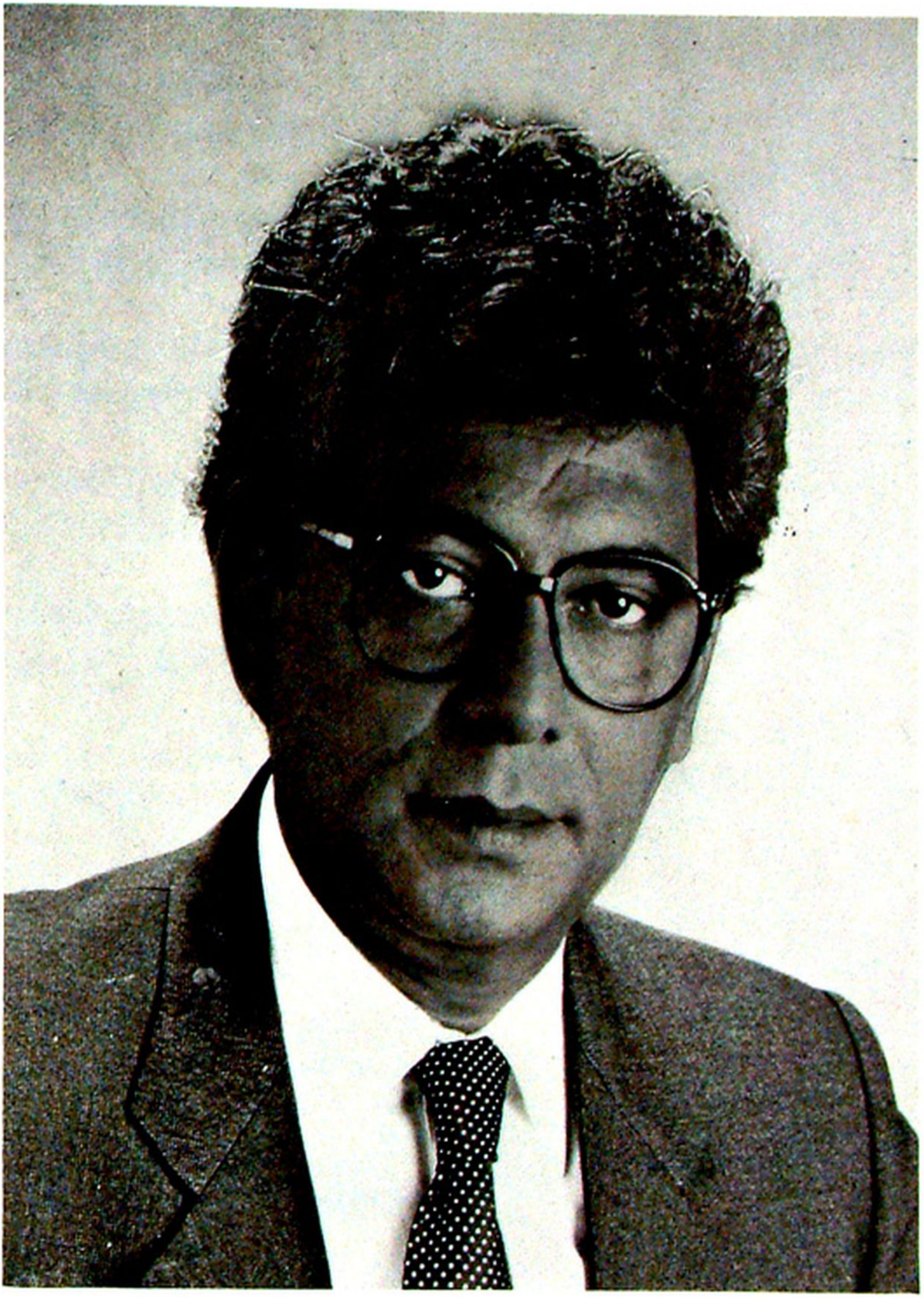
à

Assembléia Legislativa

MANAUS - 1988

AMAZONAS (ESTADO) Governador, 1987 – (Amazonino Mendes).
Mensagem à Assembléia Legislativa 1988. Manaus, Imprensa Oficial, 1988.

CDD: 353.9



AMAZONINO ARMANDO MENDES
Governador do Estado do Amazonas

ESTADO DO AMAZONAS

Governador do Estado
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Estado
Vivaldo Barros Frota

Secretário de Governo do Estado
Mário Antonio da Silva Sussmann

Secretário Chefe da Casa Civil
José Alves Pacífico

Secretário Chefe da Casa Militar
Odacy de Lima Okada

Secretário Particular
Arnoldo de Oliveira Nazareth

Secretário de Coordenação do Planejamento
José Renato da Frota Uchôa

Secretário de Comunicação Social
Humberto Constantino de Andrade e Silva

Secretário de Apoio do Governo do Amazonas em Brasília-DF
Augusto Frederico Gavotti Verospi

Secretário para Assuntos Especiais
Iomar Cavalcante de Oliveira

Secretário da Justiça
Áderson Pereira Dutra

Secretário da Educação e Cultura
João Félix Toledo Pires de Carvalho

Secretário da Produção Rural e Abastecimento
Paulo da Cunha Freire

Secretário da Fazenda
Ozias Monteiro Rodrigues

Secretário da Saúde
Euler Esteves Ribeiro

Secretário da Administração
Alfredo Pereira do Nascimento

Secretário da Segurança
Raimundo Nonato Lopes

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo
Osires Messias Araújo da Silva

Secretária do Trabalho e Bem Estar Social
Maria do Socorro Dutra Lindoso

Secretário dos Transportes e Obras
José Augusto Almeida

Secretário para Promoção e Desenvolvimento do Setor Primário
Sérgio Ferraz Frota

Secretário para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira
Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo

Procurador Geral do Estado
Vicente Mendonça Júnior

Procurador Geral de Justiça
Aguinelo Balbi

SUMÁRIO

I. Apresentação 13

II. Resumo dos Relatórios de Atividades das Secretarias de Estado. 21

1. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN 23
   - Centro de Desenvolvimento Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA 37

2. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ 43
   - Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM 55
   - Banco do Estado do Amazonas – BEA 57

3. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo – SIC 65

4. Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEDUC 75
   - Instituto de Educação Rural do Amazonas – IER/AM 85

5. Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS 93
   - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI 99
   - Imprensa Oficial – IO 101

6. Secretaria de Estado da Administração – SEAD 105

7. Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento – SEPROR 113
   - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – CODEAGRO 117

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas – EMATER 117
- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Amazonas – CEPA/AM 117
- Empresa Amazonense de Dendê – EMADE 118
- Matadouro e Frigorífico de Manaus S/A – FRIGOMASA 118

8. Secretaria de Estado da Saúde – SESAU 123

9. Secretaria de Estado da Segurança – SESEG 131
   - Polícia Militar do Amazonas – PMAM 139

10. Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES 141
    - Instituto Estadual do Bem Estar do Menor – IEBEM 145

11. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – SETRAN 149

12. Secretaria de Comunicação Social – SECOM 159

13. Secretaria de Estado para Promoção e Desenvolvimento do Setor Primário - 163

14. Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira – SEDAF 169

15. Secretaria de Apoio do Governo do Amazonas em Brasília-DF – SEAB 173

16. Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA 179

17. Companhia Energética do Amazonas – CEAM 191

18. Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas – IPASEA 203

19. Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas – SHAM 209

20. Procuradoria Geral de Justiça 223

I - Apresentação

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Governador

MENSAGEM Manaus, 1º de março de 1988.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Em obediência à Constituição do Estado do Amazonas, tenho a honra de comparecer a esta Augusta Casa, para apresentar a Vossas Excelências a minha primeira mensagem, correspondente ao ano inaugural do meu Governo.

Muito mais do que uma prestação de contas do exercício anterior, que foi marcado pela harmonia de relacionamento entre os Poderes que representamos, quero aproveitar o ensejo para, em homenagem ao povo que nos elegeu, reafimar, na Ação, o meu projeto político, consagrado nas urnas no memorável 15 de novembro de 1986.

Ainda quando candidato ao Governo do Estado do Amazonas, prometi ao povo uma administração não só identificada com as nossas características ecológicas e culturais e a sua defesa, mas, sobretudo, que a partir desse referencial, pudesse promover as grandes transformações que determinassem o ingresso do homem amazônico na dimensão da sua história, com o domínio da sua circunstância e com a compreensão dos fatores que lhes são determinantes. A verdade é que o povo amazonense, principalmente o do longínquo interior, está carecendo do atributo da liberdade para desprender-se dos de-

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado Àtila Lins
Digníssimo Presidente da Assembléia
Legislativa do Estado do Amazonas
NESTA

terminismos da natureza, da dependência e do colonialismo como sistema. Sem dúvida, o adotar uma existência meramente contemplativa e vegetativa não condiz mais com a realidade dos nossos dias, e, ter no extrativismo a sustentação econômica dessa situação não faz mais sentido.

Com esta visão da nossa realidade, que tem servido de garantia para as minhas ações, com apenas seis meses de Governo, irmanado com os demais Governadores dos Estados e Territórios Federais da Amazônia, criamos o **INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DA AMAZÔNIA – ISEA,** que no ano de 1987 realizou memoráveis seminários, com a tematização de questões como Geopolítica, Cultura, Botânica, Alternativas Energéticas, entre outros, sempre com a participação de Instituições de produção de conhecimentos e da comunidade científica que atuam na região.

Agora, ao completar um ano de Governo, com a esperança renovada na grandeza do nosso futuro, quero, mais uma vez, confirmar o meu compromisso amazônico perante o povo de minha terra e os seus representantes. Comunico a esta Casa, através desta Mensagem, que estarei apresentando em sua primeira sessão ordinária, o Projeto de Lei que cria a **UNIVERSIDADE DO TRÓPICO ÚMIDO** e a respectiva Exposição de Motivos que a justifica.

Dada a natural limitação de tempo e de espaço nesta Mensagem, expor-lhes-ei, em síntese, alguns dos seus pressupostos básicos. Significativamente, ela deve fundamentar-se em três princípios, a pesquisa, a regionalização e o comprometimento com o desenvolvimento.

Invertendo a ordem das funções das Universidades brasileiras, colocando a pesquisa em primeiro lugar e a ela subordinando o ensino e a extensão, firma a sua posição no relacionamento com o meio, que, amazônico, tem como principal desafio, o **desconhecido.**

A Interiorização, como consequência natural da regionalização, corresponde a levar a ação da Universidade às diversas áreas do Estado, caracterizadas por identidade ecológica e cultural. Para esta prática, deve adotar a organização estrutural **"multi-campi"**, diferenciados pela vocação regional. A política de regiões administrativas propostas pelo Governo e o Zoneamento Ecológico que está sendo elaborado pelo **CODEAMA** definirão os espaços de atuação.

Na busca da identidade amazônica deverá valorizar, defender e preservar o conhecimento popular e as suas práticas, apropriar-se dele e universalizar a sua sabedoria.

Tendo o **PANAMAZONISMO** como princípio, buscará o resgate da visão holística da Amazônia, e a satisfação da necessidade de integração das ações científicas para responder aos desafios de toda a grandeza da região. Com o **ISEA** e o Protocolo de Integração das Universidades Amazônicas concretizará essas aspirações

Finalmente, pretende-se que a **UNIVERSIDADE DO TRÓPICO ÚMIDO** seja um grande centro internacional de pesquisa e de produção de conhecimentos sobre a realidade que envolve o homem tropical e a sua circunstância.

É importante destacar para os Senhores Deputados que, a presente quadra de dificuldades por que atravessa a economia brasileira, com um cenário fortemente marcado pela conjugação de pressões recessivas e inflacionárias com sérios reflexos sobre todos os segmentos da sociedade, aparecendo, com efeito significativo, a acentuada queda do poder aquisitivo da população.

Em que pesem todas as dificuldades referidas, não serão essas suficientes para alterar a postura confiante e lutadora do povo amazonense e de seus dirigentes, embora haja consciência de que as atuais restrições financeiras vêm dificultando a plena execução do meu Plano de Governo.

Isto explica o quadro de austeridade administrativa implantada, política que tem permanentemente norteado a gestão das finanças públicas, pautada na estratégia de disciplinar a despesa, pela redução dos gastos em atividades essenciais, pelo aprimoramento dos métodos de administração financeira e tributária, pela concentração de atividades em setores altamente prioritários, bem como no diferimento, para etapas posteriores, de programas adiáveis.

Em razão disso, a execução da política financeira do Estado apresenta resultados significativos, como o superávit líquido alcançado de 415 milhões de cruzados. Ademais, o exercício foi encerrado com recursos disponíveis do Tesouro Estadual no montante de um bilhão e meio de cruzados, representando um superávit de caixa decorrente da relação dos recursos arrecadados e as despesas pagas até 31 de dezembro.

Os compromissos com o pagamento da Dívida Pública estão rigorosamente em dia e, para 1988, o pagamento previsto de parcelas da Dívida Pública Interna e Externa representará apenas 7,67% do valor da Receita Global estimada no Orçamento do Estado.

Com vistas ao fortalecimento da Zona Franca de Manaus, dedicamo-nos, firmemente, à tarefa de difundir informações acerca das oportunidades de investimento no Estado e, com isso, conseguimos ampliar significativamente a

quantidade de projetos industriais homologados. Somente no exercício de 1987, foram aprovados 72 projetos de indústrias para o Estado.

Mas coube ao interior do Estado, desde o início do meu Governo, as minhas maiores atenções, senão em maior significação devido as grandes dificuldades financeiras com as quais tenho me defrontado, em razão da insuficiência da arrecadação própria estadual, bem como das limitações e dos graves inconvenientes que decorrem da busca de outras fontes alternativas supridoras de crédito público.

Medidas urgentes e inadiáveis faziam-se portanto necessárias, notadamente as relacionadas à infraestrutura urbana básica e à desmotivação do êxodo rural, caminho ao equacionamento de inúmeros problemas herdados de gestões anteriores.

Encontrei a Cia. de Saneamento do Amazonas **COSAMA,** totalmente descaracterizada como empresa. Sua receita atende pouco mais de 50% do custo do serviço. Os sistemas de água, tanto da Capital como do Interior, apresentam deficiências gritantes em face da precariedade de equipamentos. Felizmente já existem recursos assegurados para a ampliação e melhoria dos serviços de água. Estudos estão sendo procedidos visando o saneamento financeiro da Empresa, que apresenta vultosos débitos.

No Setor de energia elétrica, encontrei a Cia. Energética do Amazonas – **CEAM,** enfrentando seríssimos problemas com os sistemas do interior, os quais, em razão da falta de manutenção dos seus grupos geradores, e devido a necessidade de ampliação do seus parques de geração, estavam levando as sedes municipais às escuras.

Determinei a elaboração de programa emergencial para a aquisição imediata de grupos geradores, valendo destacar os grupos já adquiridos para Itacoatiara e Parintins, além de outros de menor porte para outras cidades.

Outra empresa que foi motivo de minha preocupação foi a **CODEAGRO,** que, totalmente descapitalizada, nenhuma ação efetiva podia realizar em apoio ao setor primário. Hoje, já devidamente integrada na filosofia do meu Governo, vem experimentando significativos avanços na comercialização e transporte da produção agrícola.

Ainda na fase de programação de meu governo fui informado da difícil situação operacional em que se encontrava o Matadouro Frigorífico de Manaus S.A. **(FIGOMASA).**

A situação era realmente de extrema dificuldade, e estava a exigir a adoção de urgentes medidas saneadoras, sobretudo através da aquisição de novas máquinas e equipamentos, haja vista o acentuado estado de obsoletis-

mo e deterioração dos em utilização, os quais haviam sido adquiridos à época da instalação da empresa.

Tendo em conta a precariedade da assistência médico-hospitalar por ocasião de minha chegada ao Governo, desencadeei ações objetivando a recuperação física de unidades de saúde do interior, as quais se encontravam em lamentável estado de deteriorização, bem como a construção de novas unidades, inclusive de barcos-hospitais.

Por outro lado foi iniciado um programa de incentivo aos profissionais de saúde, objetivando a sua interiorização.

Na área de Educação, por absoluta falta de salas de aula, foi detectado, no interior do Estado, um elevado número de crianças fora da escola. Determinei o imediato desenvolvimento de Projetos Especiais no sentido de ampliar a oferta de vagas e incentivar o ensino profissionalizante e de iniciação ao trabalho, através do programa de escolas agro-técnicas.

Logramos êxito em distribuir o espaço físico amazonense em nove subregiões, com o fortalecimento da estrutura municipal e direcionamento adequado dos investimentos públicos; estamos sendo bem sucedidos na contenção e reversão do fluxo migratório, direcionando-o para as áreas de novos empreendimentos no interior do Estado. O apoio às pequenas comunidades rurais tem sido um dos objetivos do meu Governo

Ao lado de antigas aspirações de nossa gente, como a Ponte de São Raimundo-Aparecida que já transformamos em realidade, entregamos à população outras obras de grande representação econômica dentre as quais destaca-se a Estrada da Várzea, já interligando por via terrestre os municípios de Manaus, Silves e Itapiranga. Ainda no que tange a valorização do homem interiorano e a sua fixação, está pronta para cumprir as suas finalidades a Escola Agro-técnica de Tefé.

E em breve teremos a implantação da Companhia de Pesca para fomentar e organizar as atividades pesqueiras.

O Banco do Estado do Amazonas, cuja situação financeira é sólida e estável, promoveu um notável incremento no volume de recursos canalizados ao setor privado, grande parte destinados ao interior, em perfeita sintonia com a política de interiorização do desenvolvimento que caracteriza este Governo,

Mas o **BEA – Crédito Imobiliário S.A.**, não obstante a sua eficiente administração, não tem logrado o mesmo êxito, em razão do ônus da absorção, em 1980, da **AMAZON-LAR APE de Manaus,** empresa à época em situação tecnicamente falimentar e sob intervenção do **BNH,** o que ocasionou à sociedade de crédito amazonense sucessivos e crescentes prejuízos operacionais.

Desde o início de meu mandato, compreendendo as dificuldades enfrentadas pelo servidor público, tendo em vista os problemas de ordem financeira que existem nos tempos atuais em todo o país, e ciente de que a perda salarial é constante, tendo engendrado imensuráveis esforços no sentido de conceder ao servidor público, na medida do possível, reposição da sua remuneração perdida pela força da inflação.

É com vistas a esta finalidade que, apesar das dificuldades enfrentadas, o governo amazonense tem procurado ser fiel ao pagamento do funcionalismo, respeitando, e às vezes até antecipando, a data estipulada em calendário fixado no início de cada ano.

Desta forma, foi concedido em abril de 87 um aumento no percentual de 40%, a todos os servidores, indistintamente.

Em agosto de 87, novamente o governo concedeu um aumento, desta vez diferenciado, de 10 a 300%, visando beneficiar aqueles que ganham menos, e que representou um aumento médio de 53%.

Em dezembro, concedeu-se um abono no valor de três mil cruzados ao servidor que tivesse seus vencimentos e/ou salários limitados ao teto de 3 salários mínimos, caracterizando-se, mais uma vez, a preocupação do Governo em proporcionar um natal digno aos servidores de menor renda.

Por fim, em janeiro deste ano, ousadamente, o governo do Estado mais uma vez concedeu aumento que variou de 40 a 100%, novamente visando beneficiar aqueles que menos recebem.

Não parou aí, entretanto, o desejo de melhorar a situação do servidor público. A intenção é, de cada vez mais, proporcionar uma remuneração digna ao trabalhador, dentro das possibilidades financeiras do Estado.

O lastro de realizações desta Administração inclui escolas, hospitais, postos médicos, creches, casas populares, estradas, água encanada, eletrificação rural e urbana, estímulos às atividades produtivas, assistência social, enfim, dezenas de outras atividades cuja descrição pormenorizada pode ser encontrada nos relatórios das Secretarias de Estado. Recomendo a leitura por Vossas Excelências de tais relatórios pois, refletem o desempenho administrativo e financeiro do Estado no primeiro ano de meu Governo e traduzem o esforço de realização, cristalizado em obras públicas na Capital e no Interior.

AMAZONINO ARMANDO MENDES
Governador do Estado

II - Resumo dos Relatórios

• SEPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
SEPLAN

RELATÓRIO/1987

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN apresentou, no exercício de 1987, ações direcionadas a promover uma transformação no processo capaz de resgatar a confiança em sua eficácia, preocupando-se principalmente com a melhoria do padrão de vida da população e promovendo atividades econômicas voltadas para sua fixação no interior.

GESTÃO DE FUNDOS ESTADUAIS

- FUNEDE - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico de natureza contábil e financeira destinado a promover o desenvolvimento do Estado do Amazonas através do financiamento de empreendimentos turísticos fora do município de Manaus e do apoio financeiro, de maneira complementar e sempre sob a forma de contrapartida, a fundo perdido, a programas de formação e treinamento de mão-de-obra técnico-especializada e a programas e/ou projetos de estudos e pesquisas, especificamente relacionadas com os objetivos do FUNEDE.

Através do Decreto nº 10.809/A, de 23 de dezembro de 1987, a Legislação do FUNEDE sofreu reformulação constituída basicamente da eliminação da atividade de Ação Social/Cultural do orçamento do FUNEDE, a qual será desenvolvida por uma nova programação a ser criada.

Neste exercício, os recursos foram direcionados em maior quantidade aos setores básicos da economia, ou seja, à Indústria e Agropecuária, observando a necessidade de medidas urgentes e eficazes para a promoção do fortalecimento da estrutura econômica do interior do Estado, através do apoio financeiro, técnico e gerencial aos micro e pequenos produtores rurais e empresários.

Neste sentido as aplicações de recursos do FUNEDE foram distribuídos entre Empresas Industriais, Empresas Agrícolas e Cooperativas, Empresas de Serviços, Ação Social e/ou Cultural, Estudos, Pesquisas e Treinamento e FINAMICRO, conforme se pode observar no quadro comparativo dos anos de 1986 e 1987 das aplicações de recursos do FUNEDE:

FUNEDE - APLICAÇÕES DE RECURSOS QUADRO COMPARATIVO - 1986/1987.
(Cz$ 1.000,00)

ITENS DE DESPESA	1986		1987		%
	VALOR (A)	%	VALOR (B)	%	(B/A)
. Ação Social e/ou Cultural	28.311,4	62,4	30.091,7	30,5	6,2
. Empresas Industriais	6.756,8	14,9	12.884,4	13,1	90,6
. Empresas Agrícolas e Cooperativas	4.329,8	9,5	40.459,2	41,0	834,4
. Empresas de Serviços	1.453,2	3,2	-	-	-
. Estudos, Pesquisas e Treinamento	1.490,7	3,2	7.928,1	8,0	431,8
. FINAMICRO	3.000,0	6,8	7.300,0	7,4	143,3
T O T A L	45.341,9	100,0	98.663,4	100,0	-

O Fundo Estadual de Desenvolvimento do Interior tem por objetivo maior a viabilização de recursos, a fundo perdido, para a elaboração e/ou execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano ou rural dos municípios do interior.

Neste exercício o FDI passou por um processo de reformulação, visando a corrigir algumas distorções e adaptá-lo às diretrizes desta administração, tornando-se muito mais disponível às demandas municipais. Tal mudança se constitui basicamente a reestruturação de fontes de recursos, desvinculação do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODAM e na desoneração dos orçamentos municipais.

Essa necessidade de reformulação da legislação e sistemática do FDI dificultou a sua gestão orçamentário-financeira e levou a administração Estadual a viabilizar outras alternativas de crédito às Prefeituras Municipais.

Não obstante essas inconveniências, foi possível a aprovação de recursos na ordem de Cz$ 10.693.592,00, representando, em termos nominais, um crescimento da ordem de 59,3%, comparativamente às liberações ocorridas em 1986. Com isso foram contemplados programas de educação, urbanização e saneamento, produção agrícola e abastecimento, administração e fiscalização e ação social.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR - FDI

APLICAÇÃO DE RECURSOS - 1987

P R O G R A M A S	V A L O R	%
. Educação	1.165,4	10,9
. Urbanização e Saneamento	3.273,1	30,6
. Produção Agríc. e Abast.	5.268,2	49,2
. Administração e Fiscalização	95,0	0,8
. Ação Social	891,8	8,5
T O T A L	10.693,5	100,00

APLICAÇÃO DE RECURSOS POR MICROREGIÕES - FDI

ANÁLISE A PREÇOS NOMINAIS

M I C R O R E G I Õ E S	1986 (A)	1987 (B)	% (B/A)
. Alto Solimões	1.642,7	245,8	- 85,0
. Purús	1.117,7	150,0	- 86,5
. Juruá	628,0	3.699,4	+ 489,0
. Madeira	199,6	441,8	+ 121,3
. Rio Negro	511,8	2.086,9	+ 307,7
. Solimões-Japurá	1.120,0	200,0	- 82,1
. Médio Amazonas	1.707,0	3.869,6	+ 126,6
T O T A L	6.926,8	10.693,5	-

PROGRAMAS ESPECIAIS

PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA – POLAMAZÔNIA

Devido ao atraso da SUDAM na liberação dos recursos, as atividades do POLAMAZÔNIA para o exercício sofreram alterações, havendo iniciado apenas em setembro de 1987 e não sendo sido possível a realização do acompanhamento físico-financeiro dos projetos, incluindo viagens aos municípios para verificação "in loco", o que deverá acontecer até março de 1988.

Os trabalhos executados neste ano se resumem na avaliação geral da atuação do Programa nos 11 pólos localizados na Amazônia Legal, em seminário realizado em Belém, contando com a participação desta Secretaria através da Coordenadoria de Programas Especiais, além de Técnicos de outros Estados e Territórios e Técnicos da SUDAM/ Belém; elaboração de um documento contendo a situação atual dos projetos POLAMAZÔNIA de 1979 a 1986; elaboração da Programação para 1987/1988 e elaboração de um documento avaliando o Programa no Estado do Amazonas.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS COOPERATIVOS OU COMUNITÁRIOS – FUNDEC.

Durante o exercício de 1987 a SEPLAN realizou viagens com técnicos da sua Coordenadoria de Programas Especiais e técnicos do Banco do Brasil para visitas a comunidades selecionadas a fazerem parte do FUNDEC, como as comunidades de Bom Jesus e Nossa Senhora de Lourdes em Maués; Panannin, Catuiri, Arraia e Parajaí em Alvarães; São Tomé do Mocambo em Parintins e Lago do Limão em Iranduba. Além disso foram feitas viagens para fiscalizar irregularidades ocorridas em municípios diversos.

Foram também feitas análises de novas comunidades pretendentes a este Programa em conjunto com o Banco do Brasil.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO – P.D.L.I.

A estratégia deste Plano é constituída na alocação prioritária de recursos em setores que apresentam elevado efeito multiplicador de benefícios,

tornando viável qualquer ação governamental para promover o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades, tendo sido neste exercício realizadas visitas e elaborados diagnósticos dos Municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Visando à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Municipal, a SEPLAN estabeleceu uma programação que será realizada a partir de visitas aos 58 municípios do Estado, divididos em 09 sub-regiões e que deverão ser cumpridas no período de fevereiro a junho de 1988.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL – PESR.

Como a coordenadoria da equipe interinstitucional para a elaboração deste Programa, a SEPLAN forneceu acomodações físicas e apoio logístico aos técnicos envolvidos no trabalho, encaminhou ao Governo Federal um plano de aplicação dos recursos indispensáveis para o financiamento dos trabalhos técnicos e orientou a equipe na elaboração de um diagnóstico sócio-econômico detalhado das áreas que poderão ser beneficiadas, tendo sido identificadas cerca de 200 comunidades, que receberão investimentos iniciais em 1988.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR TRANSPORTE

O Programa de Desenvolvimento do Setor Transporte vem sendo coordenado pela SEPLAN a nível local.

Durante este exercício o objetivo maior nos trabalhos referentes a este Programa foi a revisão 87/90, com a proposta de uma nova estrutura de rotas e pólos para o ciclo 88/91.

Neste sentido a SEPLAN participou do Primeiro Seminário Regional em Manaus, do Segundo Seminário Regional em Rio Branco – AC e do Terceiro Seminário Federal em Brasília, tendo, como resultado dos trabalhos até aqui desenvolvidos, a proposta de revisão de pólos e rotas para a região, especificamente o Estado do Amazonas, o estudo de demanda para o setor transporte e o diagnóstico sobre a situação das rotas do Estado aprovados para o PRODEST – 88/91.

PLANO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Encaminhou-se projeto ao Ministério de Habitação e Urbanismo para a elaboração do Plano de Uso do Solo, para o Município de Tabatinga, prevendo aplicação de recursos da ordem de Cz$ 1.800.000,00.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Este projeto visa a reativar o Sistema Estadual de Planejamento, contribuindo para a eficácia da Administração Governamental através da criação de um novo modelo e da implantação dos subsistemas de orçamento, acompanhamento e avaliação, além de objetivar dotar o Governo do Estado de um sistema de informação para o Planejamento.

Sua negociação foi feita em conjunto com outros projetos do ICOTI e SEAD, resultando no convênio 040 celebrado com a SAREM no valor de Cz$ 2.200.000,00, e será executado para SEPLAN e CODEAMA.

DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES PARA A SELEÇÃO DE PROJETOS

Foram definidos pela SEPLAN critérios de priorização de pleitos encaminhados a diversos Ministérios visando a atender os seguintes Municípios:

- Ministério do Interior; Santa Izabel do Rio Negro, Manicoré, Juruá, Santo Antonio do Içá, Caapiranga, Anamã, Manacapuru, Urucará, Humaitá, Maués, Tefé, Beruri e Eirunepé. Dentre os objetivos desse pleito destacam-se a construção de estradas vicinas, melhoramento do sistema viário e saneamento básico.
- Ministério da Educação e Cultura, cujos Municípios beneficiados são: Novo Airão, Anori, Novo Aripuanã, Barcelos, Barreirinha, Borba, Caapiranga, Coari, Codajás, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Japurá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Manaus, Maraã, Maués, Ipixuna, Nhamundá, Parintins, Santo Antonio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tefé, tendo como objetivo a construção de escolas, ginásio de esporte, aquisição de equipamentos escolares e outros;

- Ministério da Habitação, Urbanização e Meio Ambiente, beneficiando os Municípios de Atalaia do Norte, Parintins, Carauari, Fonte Boa, Nova Olinda, Urucará, Barreirinha, Borba, Jutaí, Maraã, Macanapuru, Itapiranga, Anori, Careiro, Novo Aripuanã, Boca do Acre, Japurá, Tabatinga, Lábrea, Itacoatiara, Manaus e Autazes, com projetos de abastecimento d'água, drenagem, construção de praças, programas sociais, transporte público e urbanismo.

SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL

Visando a identificar o melhor modelo institucional para atingir os objetivos colimados pelo Governo, promovendo-se efetiva modernização administrativa no Estado, a fim de se minimizar custos e maximizar benefícios, a SEPLAN desenvolveu proposta de redefinição do Sistema de Planejamento Estadual.

Este trabalho é produto de nova filosofia implantada no órgão, a qual resgata para si funções originais de planejamento e orçamento.

Representa verdadeiro avanço no amadurecimento do problema, ao dedicar visão de conjunto às principais estratégias de desenvolvimento em nível de planificação global e setorial.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

Tendo em vista a necessidade de um mecanismo eficiente para a obtenção de dados sobre projetos e/ou atividades em execução no Estado, está em vias de implantação o Sistema Estadual de Acompanhamento de Projetos.

Nesse sentido foi desenvolvido modelo capaz de oferecer ao Governo Estadual informações que lhe dêem uma visão global e/ou detalhada do processo administrativo governamental num curto espaço de tempo.

ORÇAMENTO ESTADUAL

A Proposta Orçamentária para 1988 foi elaborada em função das emergentes necessidades sociais, compatibilizadas com as atuais possibilida-

des financeiras do Estado, a qual espelha uma política administrativa inteiramente voltada para o desenvolvimento do Amazonas e o bem estar de seu povo.

Neste sentido foram contemplados recursos para obras consideradas de maior importância como estradas vicinais, terminal pesqueiro, rodovias da várzea, embarcadouros fluviais, escolas, etc..

Para uma melhor adéquação do orçamento ao programa do Governo, foram fixados limites máximos para as Despesas Correntes a serem observadas pelas Secretarias de Estado e demais órgãos estaduais, tendo sido feito um consenso em manter as Despesas de Capital nos níveis mínimos indispensáveis para o possível cumprimento do programa.

A Proposta Orçamentária para o exercício de 1988 está estimada em Cz$ 32.658.640.000,00 (TRINTA E DOIS BILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO MILHÕES, SEISCENTOS E QUARENTA MIL CRUZADOS), dos quais Cz$ 31,467 bilhões representam as receitas provenientes do Tesouro Estadual e Cz$ 1,191 bilhões correspondem a recursos vinculados à Administração Indireta, ostentando um crescimento, em termos nominais, de 469,52% em relação ao Orçamento de 1987.

As receitas do Tesouro apresentam um acréscimo nominal de 475,87% sobre a previsão para 1987, distribuindo-se em Cz$ 26,816 bilhões de Receitas Correntes e Cz$ 4,650 bilhões de Receitas de Capital. Esse acréscimo é devido a um melhor desempenho do Setor Público, especialmente na área de arrecadação de Tributos, onde o Imposto sobre Circulação de Mercadorias aflui com maior vulto, produzindo a expectativa de crescimento da ordem de 371,70% sobre o valor de Cz$ 3,180 bilhões estimado para 1987, prevendo-se um recolhimento de Cz$ 15 bilhões em 1988.

As transferências da União, consideradas globalmente, representam uma das principais fontes de recursos para o Custeio de Investimentos do Governo do Estado e cresceram 426,50% em relação aos valores estimados para 1987. A participação da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, é a mais representativa dentre as Transferências, que, para o exercício de 1988 está orçado em Cz$ 4,2 bilhões apresentando acréscimo nominal de 426,32% em comparação com os valores orçados para 1987.

ESTADO DO AMAZONAS

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO-ESTADUAL

PERÍODO 1983/1988

A N O S	VALORES DO ORÇAMENTO	
	VALORES NOMINAIS CZ$ 1.000,00	NÚMERO - ÍNDICE BASE: 1983= 100
1983 (1)	71.300	100,00
1984 (1)	290.872	407,95
1985 (1)	1.629,955	2.286,05
1986 (1)	5.662.237	7.941,43
1987 (1)	17.927.564	25.143,45
1988 (2)	31.467.000	44.133,24

FONTE C.O.R. SEPLAN

Nota: (1) Valores realizados. Dados de Balanço - SEFAZ/AM

(2) Valores estimados . Lei de Orçamento - Exercício Financeiro - 1988

NEGOCIAÇÃO DE RECURSOS

A SEPLAN vem negociando, junto à SUDAM, recursos da ordem de Cz$ 2 bilhões de cruzados para aplicação na área de transportes visando a sua alocação em construção e recuperação de estradas vicinais, aeroportos, portos e rampas nos Municípios do Estado, bem como em pequenas centrais hidrelétricas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Apuí.

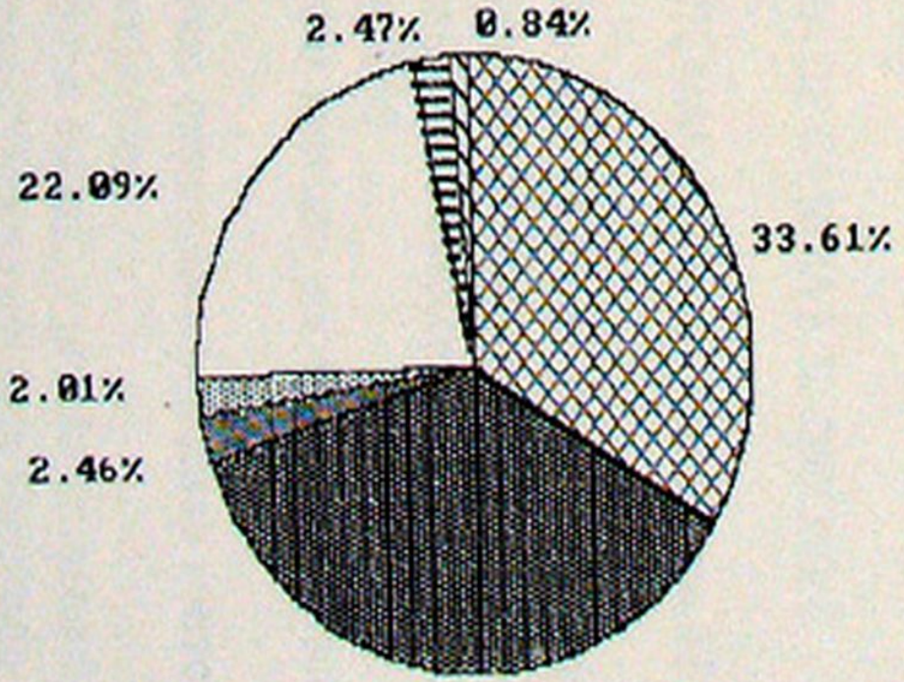
TREINAMENTO

A SEPLAN celebrou contrato com o PRODAM relativo a locação de 02 microcomputadores, tendo em vista a automatização dos trabalhos executados pela Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação e demais setores da SEPLAN.

Nesse sentido, a C.P.A.A. promoveu cursos visando à assimilação dos programas de Wordstar, Multiplan e Chart a serem utilizados nos diversos trabalhos produzidos no órgão, especificamente na elaboração do orçamento estadual e no Sistema de Acompanhamento de Projetos.

A clientela do curso constitui-se dos técnicos alocados nos diversos setores da Secretaria, que conta agora com mais um recurso para a efetivação mais célere e eficiente dos seus trabalhos.

ESTADO DO AMAZONAS



- SOCIAL
- ECONOMICA
- LEGISLATIVA
- JUDICIARIA
- ADM. E PLANEJ.
- *
- RESERVA DE CONT.

* Programacao a conta de recursos de entidades da Administracao indireta.

FONTE: COR/SEPLAN

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS
CODEAMA

RELATÓRIO/1987

No ano de 1987 o Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA apresentou uma ação caracterizada por um intenso esforço na captação de recursos externos, resultando na formalização de convênios com vários órgãos do Governo Federal e pelo prosseguimento da política de apoio às entidades locais pertencentes ao Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

Os projetos e atividades técnicas do CODEAMA estão agrupados em 06 grandes áreas, de acordo com as características de cada trabalho, como se vê a seguir:

ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nessa área o CODEAMA dividiu sua atuação em 02 pólos: o interno e o externo.

- INTERNO – Pólo que realiza as atividades voltadas para o planejamento das ações necessárias ao desenvolvimento do Sistema.

Nesse âmbito prosseguiu a elaboração do orçamento de Ciência e Tecnologia iniciado em fins de 1986.

- EXTERNO – Pólo formado por entidades públicas pertencentes ao Sistema de C & T.

Nesse âmbito foram executadas pesquisas voltadas para os setores da saúde humana e de agronomia.

Cabe destacar, entre outros, o projeto de pesquisa sobre "Violência Urbana na Cidade de Manaus" executado pela Faculdade de Estudos Sociais da Universidade do Amazonas, "Estudos da Leishmaniose" compreendendo os aspectos "A Histopatologia de Lesões de LTA" e o "Tratamento da Leishmaniose Cutânea" desenvolvidas pelo Instituto de Medicina Tropical de Manaus.

Deu-se também início ao Projeto "Técnicas de Extração de Folhas e Galhos para obtenção de mudas de pau-rosa para estabelecimento de plantio, através de um convênio com o Instituto Nacional de Pesquisa do Amazônia –

INPA e a canalização de recursos para o Instituto de Medicina Tropical de Manaus, objetivando a formação de um Biotério de Serpente e do Banco de Venenos ofídicos do Amazonas e para o Centro de Dermatologia Tropical e Venereologia "Alfredo da Matta", a fim de criar as pré-condições necessárias ao estudo das "Alterações Índices Baciloscópicos e Morfológicos em esfregaços cutâneos de pacientes com Hanseníase Virchoviana e Dimorfo Virchoviana sob Tratamento Multidroga".

ÁREA DE RECURSOS NATURAIS DO MEIO–AMBIENTE

Nesta área o CODEAMA enfrenta problemas referentes à limitação de seu quadro pessoal e nível salarial insatisfatório, o que traz dificuldades no desenvolvimento das atividades programadas, necessitando de urgente readequação do quadro funcional e reexame do equilíbrio entre capacidade técnica e nível salarial.

Por essas limitações o CODEAMA teve colaboração técnica de órgãos especializados como a Universidade do Amazonas através da Faculdade de Tecnologia – Departamento de Hidráulica e Saneamento e da Federação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, tornando possível a execução de estudos que viabilizaram a instalação de 13 Estações Fluviométricas nos Municípios de Barreirinha, Urucará, Careiro, Parintins e Manacapuru, com o apoio da primeira Instituição e a realização do estudo denominado "Integração de dados de Recursos Naturais e Planificação no Uso da Terra" em áreas abrangidas pelo PDRI–AM, contendo indicações sobre as características do solo e potencialidades de utilização, com apoio da segunda Instituição.

No âmbito do PDRI–AM foi ainda feito o trabalho "Estudos para identificação de áreas com potencial para criação de Unidades de Conservação".

Ainda na Área de recursos Naturais e Meio Ambiente desenvolve-se o Projeto "Zoneamento Ecológico e Sócio–Econômico do Médio – Amazonas".

A seção de Meio Ambiente dedicou-se basicamente à análise de Projetos Econômicos com vistas à concessão de Licenças de acordo com as diretrizes do Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto (SELAPI).

Com o apoio da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA e a participação de técnicos ligados a esta área, foram realizados os seguintes cursos:

- Curso de Controle da Poluição na Mineração – Manaus/maio/87;
- Curso de tratamento de Resíduos Industriais – Rio de Janeiro/maio/87;
- Impacto Ambiental de Represas – Foz de Iguaçu/PR – junho/87;
- Seminário-Ação da PETROBRÁS na Amazônia ocidental/ACA – julho/87 – Manaus;
- Cursos de Preservação e Combate à poluição por Óleo no Mar – São Paulo/julho/87;
- Balbina: Energia e Ecologia – Manaus/junho/87;
- Curso de Energia Solar e suas aplicações – Manaus/agosto/87;
- 1º Ciclo de Debates sobre a Hidrelétrica de Balbina – Manaus/agosto/87;
- 2º Seminário de ITAIPU BINACIONAL, sobre Meio Ambiente-outubro/87 – Foz do Iguaçu/PR;
- 1º Curso de Avaliação de Impactos Ambientais – Manaus/setembro/87.

ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO–ECONÔMICO

A Coordenadoria de Estudos e Pesquisas, responsável pelas atividades desta área de atuação do CODEAMA, concluiu uma série de trabalhos iniciados em anos anteriores como o Projeto de Atualização da Rede Funcional Urbana do Amazonas, o Projeto de Estudos dos Custos de Funcionamento das Escolas de 1º e 2º Graus da Cidade de Manaus e a II Pesquisa sobre Orçamentos Familiares da Cidade de Manaus; deu prosseguimento à realização de projetos em colaboração com outros órgãos estaduais como "Caracterização Sócio–Econômico do Menor Carente no Estado do Amazonas" em conjunto com o Instituto Estadual do Bem Estar do Menor, "Violência Urbana" na Cidade de Manaus em colaboração com a Universidade do Amazonas, "Programa Estadual de Saneamento Rural" em colaboração com o Comitê Estadual de Saneamento Rural /AM, "Termo de Referência para estudo de viabilização técnica do estabelecimento de uma rota na área Manaus/Parintins"; "Projeto de Coleta de Lixo" para a Cidade de Tabatinga, elaborado por solicitação da Secretaria para Promoção e Desenvolvimento das Áreas de Fronteiras e deslanchou pesquisas voltadas para a investigação e análise dos aspectos sócio-econômicos dos Municípios do Amazonas como os Projetos "Estudos de Hierarquia Urbana" e "Planejamento de Núcleo Urbano".

O Projeto de Desenvolvimento Integrado das Cidades do Interior – PRODICIA, com execução prevista para este ano, teve prejuízo devido à não liberação dos recursos destinados à conclusão de sua 1ª fase, tendo sido apenas realizados os levantamentos de dados sobre os Municípios de Itacoatiara, Parintins, Benjamin Constant e Tefé e, paralelamente, foram feitos levantamentos sobre o Setor Terciário desses Municípios para a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo–SIC.

ÁREA DE ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS E DERIVADAS

As atividades desenvolvidas neste segmento estão basicamente voltadas para o tratamento de informações quantitativas que viabilizam a elaboração de indicadores Econômicos e Sociais:

- Divulgação mensal do Índice de Preços ao Consumidor e do Índice de Custo de Construção Civil através do acompanhamento sistemático dos preços dos Bens e Serviços;
- Cálculo do Produto Interno Bruto do Setor Primário;
- Edição do Anuário Estatístico 35/86.

Produto Interno Bruto Agropecuário a Custos e Fatores a Preços Correntes. Período: 1980-1984.

GRANDE DIVISÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	14.063.483	41.584.313	53.884.235	160.817.334	668.590.639

ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Essa área é composta pelos segmentos de Biblioteca, Microfilmagem, Processamento de Dados, Publicação e Difusão. Seu objetivo principal é dar apoio às atividades técnica/administrativas do CODEAMA e SEPLAN, além de dar ao público externo acesso permanente ao acervo bibliográfico e documental existente.

Destacaram-se os seguintes trabalhos:

- Catálogo de Autoridades do Estado do Amazonas
- Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia
- Organização e Manutenção do Serviço de Informação Legislativa
- Organização e Manutenção do Acervo Documental
- Normalização de Documentos
- Projeto de Implantação do Setor de Arquivo
- Catálogo Coletivo Nacional – CCN
- Índice Bibliográfico dos trabalhos realizados pelo CODEAMA
- Processamento Técnico de periódicos

Microfilmagem – Neste segmento foi realizado o processamento da documentação interna e o atendimento de informação a servidores.

Processamento de Dados – As atividades computacionais estiveram em fase de implantação. Ainda assim foi implantado o Sistema do Projeto Zoneamento Ecológico e Sócio–Econômico do Médio Amazonas e foi desenvolvido estudo que resultou na implantação da Base de Dados para o cálculo do índice do Custo de Vida da Cidade de Manaus, que vai possibilitar para 1988 maior rapidez para o Cálculo desse Índice.

Publicação e Difusão – Todos os serviços de impressão, gravação e/ou reprodução de trabalhos produzidos internamente são canalizados para o Departamento de Documentação e Informação; neste exercício o atendimento estendeu-se para outros órgãos da administração pública como a SEPLAN, SESAU, SETRABES, SESEG, GABINETE DO VICE-GOVERNADOR e ainda PRODAM, ICOTI, IGHA, FUA e PGE.

Foram impressos em off-set o Guia de Informação em Ciência e Tecnologia, obra de 3 volumes, a Pesquisa do Setor Industrial, a IV Pesquisa Sócio–Econômico da Cidade de Manaus, o Sistema Enérgetico do Estado do Amazonas e a Proposta Orçamentaria para o exercício financeiro de 1988.

ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Essa área sofreu dificuldades em decorrência da limitação de recursos financeiros. A despeito disto, foram viabilizadas, em 1987, 50 oportunidades de treinamento para o Corpo Técnico e realizados 10 cursos para o público interno e profissionais de outros Órgãos da Administração Pública.

Foi mantida a concessão de estágios para estudantes de nível médio e superior, criando 10 vagas para alunos egressos da rede pública e particular de ensino.

Encontra-se em fase de conclusão o diagnostico da área administrativa, a Revisão do Regimento Interno e Atualização das Normas de Pessoal do CODEAMA e foi definida a Programação de Treinamento para o biênio 88/89, que viabilizará oportunidade de reciclagem para o corpo técnico e administrativo interno e oferta de capacitação profissional para o público externo.

METAS PROGRAMADAS PARA 1988

A programação para 88/89 é constituída de Projetos que, por uma razão ou outra, não foram executados em exercícios anteriores, conclusão de outros Projetos cujos recursos somente foram liberados em novembro e dezembro de 1987 e atividades de caráter rotineiro como Índices, Estatísticas Primárias, Documentação, Informações Documentais, Microfilmagem etc..

Além disso existem 08 novos projetos que estão dependendo de negociação.

• SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SEFAZ

RELATÓRIO/1987

O exercício de 1987, na Secretaria de Estado da Fazenda, ofereceu oportunidade de realizar adequações e reajustes em diversos programas, projetos e atividades, principalmente nas áreas de arrecadação, finanças, contabilidade e execução orçamentária, para melhor aproveitar o potencial dos instrumentos e sistemas operativos implantados no período anterior, adaptados às diretrizes e metas do novo Governo eleito para o período 1987/91.

Esses instrumentos e sistemas operacionais deram as condições e os meios efetivos para o atingimento, no exercício de 1987, dos objetivos centrais da política financeira do Governo, de acordo com as orientações do Governador Amazonino Armando Mendes, com ênfase à receita pública, através da arrecadação de tributos, principalmente, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, e o firme controle dos gastos públicos.

A consecução dos objetivos fazendários foi de fundamental importância para a realização das metas de investimentos setoriais governamentais; para o pagamento dos servidores públicos sem atraso, nas datas pré-fixadas no calendário mensal, com a concessão de três reajustes salariais, além do pagamento do abono natalino e o início, em dezembro, da concessão do vale-transporte para 23 mil servidores; para atender aos compromissos de manutenção (custeio) dos órgãos da Administração Pública e pagamento em dia dos fornecedores do Estado.

Assim a perfeita execução orçamentária pela Secretaria de Estado da Fazenda, mantendo o acompanhamento e controle do fluxo, e ingresso das receitas e a realização e controle das despesas públicas, alocando os recursos aos órgãos públicos através de cotas mensais conforme a Programação Financeira de Desembolso do Estado, garantiu o êxito e a excelência das ações governamentais no campo financeiro.

Destaca-se, ainda, a renegociação e rolagem de parte da dívida pública estadual, praticada com base nos limites permitidos pela política adotada pelo Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil, mantendo-se rigorosamente em dia o pagamento dos compromissos remanescentes referentes a encargos e amortização do principal.

ASPECTOS FINANCEIROS

O instrumento básico para o perfeito desempenho das atividades de administração financeira utilizado pela Secretaria foi o Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade que, com as inovações e ajustes implementados durante o exercício, permitiu alcançar bons resultados quanto à segurança e confiabilidade na execução das tarefas referentes às áreas orçamentária, financeira e contábil do Estado, com a ampliação desse Sistema, para abranger os órgãos da Administração Indireta, a SEFAZ tem sob operação todos os órgãos da Administração Estadual, o que permite manter um perfeito controle e equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

É importante destacar a excelência da execução da política financeira do Estado no exercício de 1987, que alcançou um superavit líquido de Cz$ 415,1 milhões. Ademais, o exercício foi encerrado com recursos disponíveis do Tesouro Estadual no montante de Cz$ 1.521 bilhão, representando um superavit de caixa decorrente da relação dos recursos arrecadados e as despesas pagas até 31 de dezembro.

O valor da receita global estimada no Orçamento do Estado, para o exercício foi de Cz$ 5,464 bilhões. A receita global arrecadada atingiu o montante de Cz$ 17,927 bilhões, ou seja, um crescimento de 328,09% sobre o valor orçado que, em valores absolutos, correspondeu a um acréscimo de mais Cz$ 12,463 bilhões.

A arrecadação do ICM foi de Cz$ 7,577 bilhões contra um valor estimado no Orçamento de Cz$ 3.180 bilhões, representando um acréscimo relativo de 238,29% e um valor absoluto de Cz$ 4,397 bilhões, em comparação com o valor orçado.

As transferências federais tiveram um crescimento nominal de 246,28% em relação ao exercício anterior, e participaram com 27,91% da Receita Global Arrecadada, cujos itens estão assim distribuídos:

Transferências Correntes	Valores (cz$ 1.000.000)		Variação
	1986	1987	1987/86
F P E	764,5	1.955,3	155,76
F E	168,9	1.695,0	903,55
I U M	170,9	225,7	32,06
Imposto de Renda	51,5	163,8	218,05
IULCLG (F R N)	52,5	377,9	619,81
Adicional do IULCLG (FNDU)	6,6	44,8	578,79
I U E E	169,3	388,5	129,47
Salário Educação	53,1	137,0	158,00
Outros	7,7	15,7	103,89
T O T A L	1.445,0	5.003,7	246,28

Comparando-se com o valor orçamentado, estimado em Cz$ 1,643 bilhão, as transferências federais arrecadadas foram superiores em 204,54%, atingindo o valor total de Cz$ 5,003 bilhões, conforme demonstrativo acima.

A execução orçamentária e financeira do Estado, no exercício de 1987, está sintetizada nos resultados a seguir, conforme as informações e dados extraídos do Balanço Geral do período:

RECEITA	Cz$ 1,00	%
- Receita Prevista.....	5.464.216.000	100,00
- Receita Arrecadada.....	17.927.565.776	328,09
- Excesso Global.....	12.463.349.776	228,09
DESPESA		
- Despesa Autorizada.....	17.923.226.984	100,00
- Despesa Empenhada.....	17.582.465.330	98,10
- Saldo Orçamentário.....	340.761.650	1,90
COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA		
- Receita Arrecadada.....	17.927.565.776	99,61
- + Superavit/87.....	70.000.000	0,39
- Total.....	17.997.565.776	100,00
- Despesa Empenhada.....	17.582.465.330	97,69
- Superavit/Deficit.....	415.100.440	2,31
COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA PAGA		
- Receita Arrecadada.....	17.927.565.776	99,61
- + Superavit/87.....	70.000.000	0,39
- Total.....	17.997.565.330	100,00
- Despesa Paga.....	16.476.381.956	91,55
- Superavit/Execução.....	1.521.183.820	8,45

Merece destacar, no que se refere às despesas empenhadas no exercício, a participação do item Pessoal e Encargos Sociais com Cz$ 6,074 bilhões, representando uma participação relativa de 34,55%, e a Manutenção da Administração Direta e Indireta com Cz$ 2,868 bilhões, ou seja, participação relativa de 16,31%.

No âmbito das despesas de capital, merece relevância o valor destinado pelo Governo do Estado aos investimentos públicos, em obras e serviços essenciais à população, que atingiu Cz$ 6,368 bilhões, representando uma participação nas despesas globais empenhadas de 36,22%.

DÍVIDA PÚBLICA

Em 31 de dezembro de 1987, o valor total da Dívida Pública Interna e Externa, incluindo amortização do principal mais os encargos financeiros, e abrangendo a Dívida Flutuante e Dívida Fundada, era de Cz$ 26,009 bilhões, representando 82,65% do valor global do Orçamento do Estado para o exercício de 1988, estimado em Cz$ 31,467 bilhões.

No decorrer do exercício de 1987, o Estado dispendeu recursos no valor de Cz$ 372,5 milhões no pagamento da amortização e encargos financeiros da Dívida Interna e Externa, o que representou um desembolso de 2,12% do Orçamento Global executado no período. Os compromissos com o pagamento da Dívida Pública estão rigorosamente em dia, cujos valores de amortização e encargos foram de Cz$ 276,7 milhões para saldar a Dívida Interna e Cz$ 95,8 milhões para a Dívida Externa.

Para 1988, o pagamento previsto de parcelas da Dívida Pública Interna e Externa será no montante de Cz$ 2,413 bilhões, representando uma participação de 7,67% no valor da Receita Global estimada no Orçamento do Estado. Os compromissos serão pagos rigorosamente nas datas de vencimentos das parcelas.

ICM RESTITUÍVEL

No exercício de 1987, o valor global do ICM gerado no Estado do Amazonas foi de Cz$ 14,891 bilhões. O Estado ficou com o valor de Cz$ 7,577 bilhões, representando uma arrecadação de 50,88%, e às empresas foi restituído o montante de Cz$ 7,314 bilhões, equivalente a 49,12% do valor global.

Do total de Cz$ 10,973 bilhões gerados de ICM pelo setor industrial da Zona Franca de Manaus, o Estado ficou com o valor de Cz$ 3,695 bilhões, o que representa uma participação de apenas 33,68%.

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇAO

Resultante da atuação do corpo de fiscais e fiscais auxiliares, a SEFAZ arrecadou o valor de Cz$ 616,1 milhões, oriundo da lavratura de autos de infração. Foram fiscalizados 786 firmas e lavrados 1124 autos de infração.

Na área de fiscalização relativa à circulação de mercadorias em trânsito, a atuação da SEFAZ se fez presente na lavratura de 6.241 autos de infração.

A Coordenadoria de Fiscalização ganhou nova estrutura, com a criação de Seção de Fiscalização da Automação Empresarial, que absorveu o Grupo Especial de Fiscalização, Acompanhamento e Controle de Máquinas Registradoras – GEFAC, que teve ativa participação nas atividades de fiscalização.

Na área de tributação e informações foram desenvolvidos estudos que originaram a elaboração de 01 lei, onze decretos e vinte resoluções referentes a tributos, no exercício de 1987. Foram atendidas cerca de 6000 consultas pessoalmente ou por telefone, evidenciando um dinamismo na orientação e integração entre o fisco e os contribuintes.

Dentre as alterações da legislação tributária processadas no exercício de 1987, destacam-se:

a) A Lei nº 1807, de 23 de novembro de 1987, que adotou nova forma de atualização da cobrança das taxas e multas, bem como da remuneração do pessoal do quadro do fisco, de modo que seus valores acompanhassem as constantes desvalorizações da moeda. Modificou os prazos referentes ao processo tributário administrativo e adequou os percentuais das multas. Criou, na oportunidade, a Procuradoria Fiscal em substituicão à PROFAZ.

b) A partir do Decreto nº 10356, de 10.07.87, iniciou-se no Estado uma política fiscal de retirada gradual das isenções ou benefícios fiscais concedidos com o ICM, que não vinham produzindo os resultados satisfatórios ao consumidor final, de modo que houvesse entrada de maiores recursos para atender a programas de desenvolvimento estadual. Dentre estas medidas, destacam-se, também, a alteração do regulamento do ICM que incorporou as

modificações processadas pela Lei supracitada e outras alterações para o exercício de 1988.

c) Salienta-se que, no intuito de sanear débitos pendentes relativos ao IPVA, permitiu-se ao contribuinte liquidá-los, sem multa, desde que o fizesse até 30.11.87. O imposto, entretando, foi atualizado monetariamente e não se prejudicou a exigência dos juros monetários.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

As adequações administrativas, necessárias à permanente atualização estrutural e ao acompanhamento da dinâmica da sociedade, traduziram-se na introdução de atividades novas e, ao fim do exercício, na reformulação da estrutura organizacional da SEFAZ.

Além da transferência das atribuições da Procuradoria Fazendária Geral do Estado, outras reformulações na estrutura da SEFAZ foram operadas. Todas elas buscam conferir maior grau de eficiência às ações da Secretaria e atender às demandas por serviços que a Pasta oferece aos contribuintes e às demais Secretarias do Estado.

Destaque-se a criação de um órgão interno destinado à administração do patrimônio estadual sob a custódia da SEFAZ, que é a Divisão de Material e Patrimônio. Também merece destaque a criação da Seção de Bem-Estar que, na Divisão de Pessoal, buscará atender às necessidades dos servidores e seus dependentes.

Merece ressaltar a posse de 38 novos Agentes de Arrecadação, resultante do Concurso Público realizado pela SEFAZ, já lotados e desenvolvendo atividades nas Agências da Fazenda dos municípios do interior.

Houve a renovação também da frota de viaturas da Secretaria, com a aquisição de 20 novos veículos, marca Volkswagem, modelo Gol Furgão para substituir veículos inservíveis que foram encaminhados à Secretaria da Administração para alienação.

CONVÊNIOS – OBRAS E EQUIPAMENTOS

No ano de 1987 foram celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, 146 convênios, beneficiando 46 municípios do interior

com repasses de recursos estaduais no montante global de Cz$ 204,0 milhões.

Esses recursos destinaram-se à execução de obras e aquisição de equipamentos nos seguintes municípios beneficiados: Alvarães, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Santa Izabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Silves, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins e Urucará.

Também foram firmados convênios com as seguintes entidades na capital:

- Prefeitura Municipal de Manaus, para a reforma da Praça da Saudade;
- Associação Comercial do Amazonas, para ornamentação natalina;
- Universidade do Amazonas, para pesquisas de culturas com tecidos vegetais e aquisição de equipamentos para o Departamento de Biologia;
- Casa do Trabalhador, para a reforma do prédio sede;
- Imprensa Oficial, para a construção do prédio para auditório;
- Federação Comunitária do Estado do Amaznas, para alfabetização de adultos, Projeto de Educação Básica.

PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1988

Durante o exercício de 1988 deverão ser desenvolvidos outros projetos, sempre em consonância com os objetivos anteriormente referidos. Dessa forma serão informatizados os controles dos processos fiscais, arrecadação do ICM-Fonte, ICM antecipado, o sistema de compras da Secretaria, implantação do novo sistema de pessoal, material, patrimônio e protocolo, reorganização dos serviços de transporte terrestre e fluvial.

Novas alterações serão incorporadas à estrutura da SEFAZ, através da descentralização de atribuições e funções para melhor desempenho e eficiência das atividades inerentes à Secretaria, além do que será desenvolvido grande esforço na reorganização da Biblioteca Especializada, e intensificação do treinamento do pessoal em diversos níveis.

Ainda nesse exercício a SEFAZ programou executar obras de reformas e contruções de prédios de Agências e Postos Fiscais nos seguintes Municípios.

a) Obras de Reforma

Anori, Barcelos, Carauari, Careiro, Codajás, Fonte Boa, Humaitá, Lábrea, Parintins, Santa Izabel do Rio Negro, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Urucará.

b) Construções Novas

Anamã, Autazes, Boca do Acre, Canutama, Eirunepé, Itamarati, Novo Ayrão, Nova Olinda do Norte, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá, Tonantins.

O programa de reequipamento da SEFAZ inclui aquisição de veículos e embarcações necessárias à implantação das atividades fazendárias. Ainda dentro desse programa será implantado um sistema de micro-processamento nas diversas unidades da SEFAZ, objetivando melhorar a eficiência e o atendimento dos serviços fazendários.

Na área de fiscalização de contribuintes serão implantados novos instrumentos de controle e acompanhamento, objetivando recuperar tributos decorrentes de fraudes e sonegações fiscais

Nessa área ainda a SEFAZ deverá desenvolver trabalho de fiscalização integrante, envolvendo SUFRAMA e Receita Federal, principalmente nos locais de embarque e desembarque de mercadorias. Como parte dessa integração deverá funcionar um sistema de permuta de informações de interesse fiscal dos setores de governo envolvidos.

Na área de arrecadação será implantado um Sistema de Controle da Receita da Capital e Interior para tornar mais eficazes e confiáveis os dados da arrecadação tributária do Estado, mantendo-se maior controle e acompanhamento da receita estadual junto à rede arrecadadora.

PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS
PRODAM

RELATÓRIO/1987

O Processamento de Dados do Amazonas S.A – PRODAM, vinculado à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, desenvolveu com grande relevância suas atividades no exercício de 1987.

A empresa buscou, através dos recursos da informática, contribuir para a modernização da máquina administrativa do Estado no sentido de colocar estes serviços cada vez mais próximos do usuário final, destacando-se dentro desta política as seguintes atividades:

– Instalação de um Núcleo de Entrada de Dados na Secretaria de Estado da Segurança, objetivando cadastrar, em computador, cerca de 1.000.000 fichas de registro civil e posterior emissão eletrônica da carteira de identidade;

– Instalação de um Núcleo de Entrada de Dados na Secretaria da Administração objetivando transferir para ele o controle da execução da folha de pessoal do Estado;

– Desenvolvimento de um moderno Sistema de Administração Financeira para a Secretaria de Estado da Fazenda e abrangendo ainda o controle da Administração Indireta, que deverá ser implantado no início de 1988;

– Disseminação da cultura da informática nos diversos órgãos do Estado envolvendo treinamento de pessoal, instalação de cerca de 40 microcomputadores e suporte técnico para a utilização plena desses equipamentos;

– Cadastramento de 100.000 famílias carentes da capital que receberam o "Sacolão Natalino", entregue pelo Governo do Estado.

– Desenvolvimento de diversos sistemas de apoio administrativo para a Polícia Militar, COSAMA, SEFAZ, IPASEA etc.

Mesmo levando em consideração as dificuldades enfrentadas no ano de 1987, a empresa desenvolveu uma considerável gama de serviços que, apesar de contar com um prazo estabelecido para executá-los, foram elaborados satisfatoriamente, demonstrando assim a capacidade técnica utilizada.

Para o exercício de 1988 o Processamento de Dados do Amazonas S/A - PRODAM possui as seguintes metas:

- Implantação dos Sistemas de Administração Financeira da SEFAZ e do pessoal da SEAD;
- Modernização dos Sistemas de Administração da Receita da SEFAZ;.
- Criação de um Banco de Dados para o Governo do Estado com o registro de todas as famílias da capital;
- Desenvolvimento de um moderno Sistema de Gerenciamento de Operações para a COSAMA;
- Desenvolvimento de um Sistema de apoio às atividades da central de compras implantadas pela SEAD;
- Continuidade do programa de disseminação da cultura da informática.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS
B E A

RELATÓRIO/1987

O ano de 1987, não obstante os números que deverão ser divulgados pelo Setor Bancário, principalmente no tocante a resultados, proporcionou, ao segmento BANCOS ESTADUAIS, a oportunidade de patentear publicamente sua importância social, tendo em vista a solução de problemas caracterizados pela indefinição política que afetou de modo significativo a evolução de todos os segmentos da economia brasileira.

Apesar dos óbices enfrentados, o BEA/BANCO cumpriu com rigor as metas impostas pelo Banco Central do Brasil em "manter o nível ótimo de relacionamento com os órgãos do Governo Estadual".

Para confirmar a observância da diretriz em tela, é imperioso ressaltar a evolução da Carteira de Desenvolvimento do BEA – CADES – que no ano de 1987 observou um incremento nominal de 604,1%, bem acima da inflação registrada nesse estágio de tempo (395,96%).

Na composição dessas operações, merece destaque o crescimento relativo dos recursos canalizados ao setor privado, que registrou 744,7%, com significativo volume destinado ao interior, em perfeita sintonia com o Programa de Interiorização de Desenvolvimento do Amazonas.

A missão de Banco de Desenvolvimento vem sendo cumprida com esmero, tanto assim que 87% da Ação Financiadora está alocada na Carteira de Desenvolvimento, área que confere baixa rentabilidade, já que apoia operações de fomento à indústria e ao meio-rural em condições de longo prazo e juros reais aquém dos vigentes no mercado.

Por outro lado, o mecanismo da CADES confere uma característica essencialmente regional ao BEA, na medida em que o respectivo poder de endividamento em 15 vezes o valor do capital próprio da carteira, permite captar recursos em outras regiões para serem aplicados no Amazonas. Assim, em dezembro/87, o capital próprio do Banco na Carteira de Desenvolvimento montava em Cz$ 485,0 milhões; em contrapartida, o volume de recursos aplicados pelo Banco nesse segmento registrou o valor de Cz$ 12,4 bilhões excedendo com 5,1 bilhões o limite normatizado.

Tendo em vista esta filosofia de ação, as atividades desenvolvidas no exercício anterior pelo Banco pautaram-se nos seguintes preceitos, prioridades constantes do Plano de Ação Anual:

- Capitalização Obrigatória
- Desimobilização do Ativo
- Participação Obrigatória no processo de recuperação do BEA/SCI;
- Otimizar a capacidade produtiva das Agências e ampliar a participação no mercado;
- Racionalização de Custos;
- Rigorosa observância no Fluxo da Caixa;
- Recuperação dos Créditos Irregulares;
- Observação rigorosa das metas da Carta Compromisso;
- Desenvolver a área de Informática;
- Proceder a otimização dos instrumentos de apoio à Política de Recursos Humanos;
- Cumprir com rigor o objetivo de Banco de Desenvolvimento.

Portanto o BEA direcionou seus esforços ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação Anual e alcançou-as, primordialmente, naquelas onde evidencia-se o seu objetivo básico de Banco de Desenvolvimento, conforme se pode concluir com o quadro a seguir:

METAS E REALIZAÇÕES DO BEA – 1987

ITEM	VALOR EM CZ$ (MILHÕES)		VARIAÇÃO %
	PROGRAMADO	REALIZADO	
Depósitos	1.186	2.702	127,82
à vista	1.169	2.653	126,97
à prazo	17	49	188,2
Oper. Crédito	12.250	14.166	15,6
Cart. Desenvolv.	10.395	12.773	23,0
Cart. Comercial	1.855	1.393	(25,0)
Patrimônio Líquido	1.048	1.284	22,0

Na esfera administrativa, além do concurso público necessário para consolidar a credibilidade junto ao seu público, o BEA dentre, as principais atividades, projetou e alcançou o que segue:

ITEM	1987		VARIAÇÃO %
	PROGRAMADO	REALIZADO	
• Treinamento	324	632	95,1
• Construção de Agências	3	1	(66,6)

Ainda com vistas ao atendimento público, foi restaurado e reativado o POSTO DE SERVIÇOS BARROSO, criando maior comodidade ao público recolhedor de Tributos, bem como ao funcionalismo, proporcionando o desafogo das agências metropolitanas de Manaus.

Diante do cumprimento das metas previstas e das atividades executadas, os resultados financeiros não poderiam deixar de ser satisfatórios.

Os quadros abaixo ressaltam a evolução dos principais indicadores referentes a dezembro de 1982 e dezembro de 1987 (a preços constantes), visto que, a partir de 1983, nenhuma análise qualitativa de desempenho do BEA poderá ser feita dissociada do seu Processo de Recuperação incitado a partir deste período, bem como, o quadro comparativo (a preços correntes) entre 1986 e 1987.

ANÁLISE EVOLUTIVA

DISCRIMINAÇÃO	Valores Constantes de Dez/87 (Cz$ Mil)	
	Dez/82	Dez/87
1. REC. OPERACIONAL	7.252.284	11.653.151
1.1. Desp. Operacional	12.546.497	11.311.744
1.2. Res. Operacional	(5.294.213)	341.407
2. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(4.700.405	1.272.939 (*)
3. ENVID. ESPECIAL	5.740.432	209.933
3.1. Banco Central	-	161.024
3.2. Dep. a Prazo	5.740.432	48.909

(*) Valores sujeitos a confirmação

ANÁLISE COMPARATIVA

DISCRIMINAÇÃO	Valores Correntes (Cz$ Mil)		Variação %
	1986	1987	
1. DEPÓSITOS	800.602	2.702.342	238
1.1. À Vista	677.284	2.653.432	292
1.2. A Prazo	123.328	48.910	(60)
2. APLICAÇÕES	2.444.692	14.269.885	484
2.1. Cart.Comercial	423.610	1.181.333	179
2.2. Cart.Desenvol.	1.894.000	12.985.048	586
2.3. Cart.Câmbio	127.082	103.504	(19)
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	232.372	1.272.939	449
4. RESULTADO OPERACIONAL	60.536	341.407	468

A análise dos indicadores permite realçar outros aspectos importantes, para a melhor compreensão do desempenho do BEA no exercício recém-findo, a saber:

a) DEPÓSITOS À VENDA

O BEA apresentou, na rubrica em tela, o valor de Cz$ 677 milhões em Dezembro/86 e em Dezembro/87. Tal montante ascendeu ao patamar de Cz$ 2.653 milhões perfazendo uma evolução nominal da ordem de 292%. Isto indica que o Banco do Estado do Amazonas, a despeito da lei da fuga de depósitos não-remunerados em período de elevada inflação, não apresentou perda nominal desse tipo de fonte de recursos, tal como aconteceu com o sistema bancário brasileiro.

b) DEPÓSITOS A PRAZO

De acordo com a política adotada pela Diretoria do Banco, deve-se lançar mão, somente em última instância, do endividamento via depósitos remunerados. Assim, se em Dezembro/86 o saldo da rubrica foi da ordem de Cz$ 123,0 milhões, em Dezembro/87 esse registro foi da ordem de apenas Cz$ 49 milhões, representando um decréscimo de (60,5%).

c) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito acusavam um saldo de Cz$ 2.445 milhões em Dezembro/86 e evoluiram para Cz$ 14.270 milhões em dezembro/87, sinalizando um crescimento de 484% o que denota vigoroso esforço do Banco em apoiar as atividades produtivas da economia amazonense.

d) ÁREA ADMINISTRATIVA

Destacam-se neste setor as seguintes atividades:

- Reforma e Construção de Prédios
- Reajuste Salarial
- Concessão de licença aos funcionários com mais de cinco anos de atividades no Banco

- Realização de concurso público
- Implantação em Informática do Sistema de Cobrança e Desconto (Agências de Porto Velho, Itacoatiara, Manacapuru e Rio de Janeiro), do Sistema de Cadastro e Risco, da Contabilidade Geral.

e) DESEMPENHO DO BEA/SCI

Independentemente à situação Amazon-Lar/BEA/SCI/Ex-BNH, o BEA/Banco aportou recursos para aumento de capital do BEA-Crédito Imobiliário S/A no valor de Cz$ 50,0 milhões, visando melhorar a situação do Patrimônio Líquido da coligada.

Do ponto de vista do mercado, a imagem do BEA/SCI continua incólume junto ao público, fato evidenciado na atitude e preferência da clientela pelos serviços disponíveis nas lojas de Poupança do Sistema.

Assim o saldo geral das cadernetas de poupança passou de Cz$ 297.767 mil em Dezembro/86 para Cz$ 1.963.668 mil em Dezembro/87, apresentando um crescimento nominal da ordem de 559,5%. Foram abertas 43.918 contas, durante o exercício de 1987 e implantaram-se lojas de poupanças nas seguintes localidades: Barreirinha, Nhamundá, Urucará, Carauari, Novo Aripuanã e Fonte Boa.

O Sistema Financeiro BEA possui devidamente instalados 46 pontos de captação de poupança sendo, 19 distribuídos pelo Hinterland Amazonense.

Para 1988 o BEA programou atingir metas operacionais e administrativas que induzam a alcançar melhores índices qualitativos e quantitativos.

Os dados a seguir resumem as metas pretendidas por esta Instituição, porém se referem somente ao primeiro semestre de 1988, nos termos do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, em razão das possíveis modificações na política econômica do país.

ÁREA OPERACIONAL

ITEM	1988 VALORES EM CZ$ MILHÕES
DEPÓSITOS	3.725
À Vista	3.357
A Prazo	368
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.052
CADES	22.334
Cart. Comercial	3.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.145
RESULTADO OPERACIONAL	327

ÁREA ADMINISTRATIVA:

- Uniformizar os balanços do Sistema Financeiro BEA.
- Unificar a Administração do Sistema Financeiro BEA.
- Implantação da mesa open/market.
- Implantação do Plano de Modernização Organizacional
- Construção de Prédios (Agências): Boulevard, Boca do Acre, Carauari, Careiro, Urucará e Construção da Central de Serviços na Direção Geral.
- Oferecer 1.000 oportunidades de treinamento.
- Desenvolver Sistemas Integrados de Informações a Clientes.

• SIC

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
S I C

RELATÓRIO/1987

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, juntamente com seus orgãos vinculados deixam registradas as seguintes atividades no período de março a dezembro de 1987.

A reestruturação organizacional promovida por esta Secretaria atevese à criação de condições operacionais para a execução de importantes programas relacionados à promoção industrial, à dinamização e aperfeiçoamento das atividades vinculadas à administração dos incentivos fiscais, à identificação de oportunidades de investimentos e ao aperfeiçoamento e modernização da estrutura de informações e processamento de dados do órgão.

Para tanto foram criados dois departamentos: de Promoção Industrial e de Informação e Documentação; uma Coordenadoria Jurídica e três Câmaras Estaduais: da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O Departamento de Administração de Incentivos (DAI) e a Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) foram fortalecidos em termos de pessoal técnico e conseguiram aperfeiçoamentos sucessivos, assegurando assim elevado grau de eficiência nos trabalhos desenvolvidos.

Outra medida adotada foi a transferência do Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Amazonas – CEAG/AM e do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODAM, anteriormente vinculados à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN para a SIC.

Através do Decreto Lei nº 10.520 de 01.09.87 foi criado o Conselho Estadual da Indústria da Construção – CEICO, objetivando: elaborar e propor ao governo do Estado uma polítca de apoio ao desenvolvimento da indústria da construção civil, fomentar a implantação e o acompanhamento de sistema estadual de informações de interesse deste setor e especialmente, conciliar a polítca estadual de apoio à indústria de construção civil com as estabelecidas pelo Ministério da Indústria e do Comércio e pela Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil.

No setor industrial foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Criação e estruturação do Departamento de Promoção Industrial;
- Elaboração pelo CEAG/AM do perfil industrial das nova sub-regiões

do Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – PID/AM;

- Elaboração do diagnóstico industrial das sedes sub-regionais (1ª sub-região: Benjamin Constant e 2ª sub-região: Tefé) em conjunto com o CODEAMA,
- Participação na implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGERAR;
- Elaboração através do CEAG/AM de estudos sobre:

– A implantação do Parque de Tecnologia;

– Aspectos locacionais para o Desenvolvimento do Setor de Construção Naval;

No campo do Desenvolvimento Comercial, efetuaram-se as seguintes ações:

- Realização da Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Zona Franca de Manaus;
- Realização de Pesquisa sobre bagagem acompanhada, de onde se obtem todas as informações sobre os principais produtos saídos da Zona Franca de Manaus, através do Aeroporto Internacional;
- Levantamento dos problemas existentes no comércio da Zona Franca;
- Estudos com vistas à elaboração de um programa de formação de Recursos Humanos para o setor comercial;
- Acompanhamento das vendas das indústrias para o comércio local.

Com relação à Administração de Incentivos foi efetuado:

- Aprimoramento do roteiro de análise de projetos;
- Emissão de 890 laudos técnicos de inspeção;
- Fortalecimento da equipe de analistas de projetos;
- Realização de um treinamento em conjunto com a SUFRAMA e a FUCAPI, de análise e avaliação de projetos;
- Levantamento da situação dos projetos industriais aprovados no CODAM;
- Levantamento da situação do pólo relojoeiro;
- Análise de projetos técnico-econômico-financeiros;
- Aperfeiçoamento das proposições e resoluções que tratam da concessão do incentivo fiscal de restituição do ICM;

- Realização de 4 reuniões Ordinárias do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODAM com a apreciação de 72 projetos;
- Operacionalização do cadastramento das firmas de consultoria e pessoas físicas que elaboram projetos técnico-econômico-financeiros;
- Acompanhamento semanal da flutuação da mão-de-obra empregada nos setores ótico, eletroeletrônico, duas rodas e relojoeiro.

Foram aprovados, no exercício de 1987, 72 projetos sendo 35 de implantação; 26 de diversificação; 4 de ampliação; 3 de ampliação com diversificação e 2 para elevação do percentual de restituição. Todos estes projetos juntos irão gerar, ao curso de suas atividades produtivas, cerca de 11.832 novos empregos e inversões fixas programadas no valor de Cz$ 6.720.100.197' (SEIS BILHÕES, SETECENTOS E VINTE MILHÕES, CEM MIL, CENTO E NOVENTA E SETE CRUZADOS).

Além dos treinamentos realizados visando elevar a qualidade dos recursos humanos disponíveis, a SIC executou as seguintes atividades:

- Elaboração do Guia de Recursos Humanos da Secretaria;
- Elaboração do Diagnóstico de Recursos Humanos;
- Elaboração da Programação de Treinamento de Recursos Humanos do Setor Industrial.

DEMONSTRATIVO DE PROJETOS APROVADOS NO EXERCÍCIO DE 1987

Nº DE PROJETOS	INV. FIXAS PROGRAMADAS Cz$ 1,00	MÃO-DE-OBRA PREVISTA
72	6.720.100.197	11.832

DEMONSTRATIVO POR TIPOS DE PROJETOS

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Implantação	35
Diversificação	26
Ampliação	4
Ampliação com Diversificação	3
Elevação do % Restituição	2
TOTAL	72

DEMONSTRATIVO POR TIPOS DE PROJETO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Bens Intermediários	29
Bens que Utilizam Matéria Regional	7
Bens de Capital	2
Bens Destinados a Alimentação, Vestuário e Calçado	4
Bens de Consumo	30
TOTAL	72

No planejamento setorial efetuou-se:

- Elaboração do Plano de Trabalho do Órgão para o período de 1987/1990, estruturado por setores (indústria, comércio e turismo) e detalhado a nível de programas e projetos;
- Elaboração do Estudo de Avaliação do Sistema SIC, no período de março a novembro de 1987, que consistiu na verificação do grau de cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho do Órgão;
- Operacionalização de um sistema de Acompanhamento e Controle Mensais de Ações desenvolvidas pelo órgão através de seus departamentos;
- Elaboração do Regimento Interno da Secretaria;
- Coordenação das atividades de registros de marcas e patentes no Estado;
- Elaboração do Plano Operacional da SIC para o exercício de 1988;
- Coordenação do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da SIC.

O apoio dado à Micro, Pequena e Média Empresa ficou a cargo do CEAG/AM que executou os seguintes projetos.

- Projeto de Desenvolvimento Setorial
  - Subsetor Madeira/Movéis
  - Subsetor Vestuário
  - Subsetor Alimentos
- Projeto de atendimento Diversificado na Capital
  - Projeto de Desenvolvimento Empresarial de Bairros
  - Treinamento Empresarial
  - Atendimento a Grupos de Produção
- Projeto de Fomento à Industrialização e Desenvolvimento Empresarial do Interior.

O Registro do Comércio a cargo da JUCEA efetuou as seguintes atividades:

- Implantação do Registro Instantâneo para Firmas Individuais nos Municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Tefé e São Gabriel da Cachoeira;
- Reativação dos Escritórios de Lábrea e Coari;
- Preparação, para implantação no mês de janeiro/88, do Registro Instantâneo para Sociedades Limitadas, somente na capital;

- Celebração do Convênio MIC/DNRC/Nº 05/87 com vistas à ampliação das instalações físicas da autarquia, no valor de Cz$ 1.798.000,00.

O desenvolvimento do turismo, a cargo da Empresa Amazonense de Turismo - EMAMTUR, foi bastante expressivo durante o ano de 1987, apesar das limitações em termos de recursos orçamentários e humanos. Mesmo assim foram registrados cerca de 210 mil turistas nacionais e estrangeiros em Manaus, representando a injeção de US$ 60,0 milhões na economia estadual.

Dentre as várias atividades desenvolvidas durante este período destacam-se:

– A participação da EMAMTUR em eventos públicos e "WORKSHOPS" estratégicos para a divulgação do turismo do Amazonas no país e no exterior;

– Promoção, Organização e Coordenação do Carnaval/87; XXXI Festival Folclórico do Amazonas além do apoio em 7 outros eventos entre festivais, feiras e a procissão de N.Sra. da Conceição (padroeira da cidade);

A programação definida no plano de trabalho da SIC referente a infra-estrutura turística previa;

1 – Implantação do Centro de Convenções, Eventos e Feiras cujo objetivo era "ampliar a infra-estrutura turística de Manaus, com a criação de um espaço especificamente destinado a sediar congressos, simpósios, encontros e grandes eventos de natureza técnica e cultural de que a cidade carece para estimular o turismo local", chegou-se à conclusão de que era impraticável, até por razões de caráter orçamentário e mercadológico, a execução da obra diretamente pelo Governo Estadual.

Decidiu-se, a partir desta constatação, a agir indutoramente, no sentido de criar condições para que o setor privado invista no projeto, estimulando-se através de várias medidas de natureza fiscal e financeira a construção de Centros de Convenções de menor porte ao inicialmente concebido, integrado a hotéis de 4 a 5 estrelas.

2 – Implantação de um Hotel-Escola, que objetivava "criar um espaço especializado para treinamento da mão-de-obra envolvida com serviços, oferecendo a necessária união entre a teoria e a prática e contribuir adicionalmente, para o aumento da oferta de leitos", tendo, em 1987, o projeto arquitetônico elaborado e definido o local para sua implantação, estando prevista para janeiro de 88 a assinatura de convênio entre o Governo do Estado e o projeto Rondon que irá ceder o prédio.

3 – Implantação do Terminal Rodo-Fluvial objetivando "concentrar num espaço adequado, condições infra-estruturais de recepção e transporte rodoviário e fluvial dos turistas que demandam MANAUS, dotando o terminal de equipamentos e serviços necessários ao conforto e orientação do turista". Este projeto encontra-se em situação semelhante ao projeto anterior, prevendo-se para janeiro de 88 a assinatura do Convênio com a PORTOBRÁS, com vistas à utilização de instalações de sua propriedade, com realizações de obras civis de adaptação.

• SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SEDUC

RELATÓRIO/1987

As diretrizes governamentais para o setor educacional tinham como metas: construção, equipamento e operacionalização de escolas para formação de técnicos de nível médio, voltados para as vocações da população interiorana nas especialidades de pesca, madeira, construção naval e mineração; manuntenção, ampliação e reforma das escolas que compõem a rede estadual de ensino de 1º grau em todo o Estado do Amazonas: dotar o corpo docente da SEDUC de condições que incentivem a melhoria de qualidade do ensino, através do treinamento, reciclagem, participação em seminários, cursos, congressos e remuneração justa e compatível com as disponibilidades financeiras do Estado; elevação em 25 % do percentual de atendimento aos escolares na faixa etária de 07 a 14 anos; capacitação de 2000 professores a nível de 1º grau e 600 professores a nível de 2º grau; construção e equipamento de 1000 salas de aula para oferecer 70000 novas vagas e manuntenção, ampliação e reforma das escolas que compõem a rede de ensino de 1º e 2º graus no Estado.

Durante o ano de 1987 foram elaborados 35 projetos financiados com recursos do FNDE, Tesouro Ordinário, LBA, SUDAM, INAMPS, Salário Educação Quota Estadual, MINC e outros.

Foram firmados pela SEDUC 142 convênios com Prefeituras Municipais e outras entidades.

Esta Secretaria realizou, em 1987, as seguintes atividades nas diversas modalidades de ensino:

EDUCAÇÃO PRÉ–ESCOLAR

- Distribuição de material didático e de consumo para 19.971 crianças, sendo 4.608 da capital e 15.363 do interior;
- Cursos e treinamentos para 485 professores na capital e no interior;
- Elaboração de uma coletânea "Repensando a Pré-Escola";
- Implementação do polo de Parintins, com treinamento para 59 participantes: Professores e Supervisores,

- Distribuição de equipamentos para 7 escolas da capital e 5 do interior;
- Assistência Técnico-Pedagógica a 42 escolas da capital e 14 municípios;
- Elaboração de documento "Crianças e a Constituinte", enviado ao MEC;
- Análise de Processo de 15 escolas particulares sobre a Programação com os devidos pareceres para reorientação.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Assitência técnico-pedagógica e administrativa às escolas da capital e interior;
- Implantação de uma Escola Trabalho, Projeto Meu Filho, para 240 crianças em regime de semi-internato;
- Implantação da Lei Nº 7.044/82 que reformula o currículo escolar de 1º Grau;
- Elaboração e implantação das Propostas Curriculares de OSPB/EMC (7ª e 8ª séries), Ciências com Programa de Saúde e Matemática de 5ª a 8ª série na rede estadual da capital;
- Elaboração e testagem da Proposta Curricular de Língua Portuguesa (5ª a 8ª série);
- Implantação e implementação de 20 classes de aceleração na capital e em 04 municípios;
- Elaboração do programa de reorganização do ensino de 1º grau que consiste na criação do ciclo de ensino fundamental;
- Elaboração dos livros dos Municipios de Tefé e Manacapuru;
- Reelaboração do livro do Município de Manaus;
- Treinamento para 39 professores sobre o livro regional de Silves.

SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO ODONTOLÓGICO

- Avaliação de saúde de 480 merendeiras de escolas;
- 26.617 exames de saúde e 7.300 exames complementares;
- 58.017 serviços de atendimento clínico-odontológico preventivo e curativo;

- Atendimento a 6.831 alunos através de bochechos fluorados e sessões de escovações, e a 26.617 escolares com testes de acuidade visual;
- Atendimento medico-odonto-oftalmológico através de serviço móvel;
- Realização de palestras, cursos, campanhas profiláticas;
- Assessoramento a FAE e REFAE/AM no projeto de municipalização do programa Saúde do Escolar, atendendo a 14 municípios;
- Atendimento à clientela escolar através do programa de Alimentação Escolar na capital e no interior.

ENSINO DE 2º GRAU

- Realização de um Encontro Regional de Educação com professores e técnicos da SEDUC e Universidade sobre o ensino de 2º grau;
- Elaboração do documento "Uma Política para o ensino de 2º grau no Amazonas;
- Elaboração do Programa de Reorganização do ensino público de 2º Grau.

ENSINO SUPLETIVO

- Oferta de curso de Educação Básica-PEB em 54 escolas da capital;
- Oferta de cursos supletivos de 1º e 2º Graus (SPE e SSG) em 20 escolas da capital, na Penitenciária Central do Estado, Comando da Polícia Militar e na Empresa Gillette da Amazônia;
- Treinamento para 153 orientadores, supervisores e docentes do projeto Logos II de 63 municípios;
- Capacitação de 117 professores da capital sobre a metodologia do PEB/PEI;
- Realização de exames de suplência geral de 1º e 2º graus na capital e em 14 municípios;
- Realização de exames de suplência profissionalizante para auxiliar de enfermagem em Barreirinha ;
- Assistência técnico-pedagógico a 26 municípios;
- Elaboração de projetos, sugestões de atividades e outros documentos referentes ao Ensino Supletivo.

- Elaboração e impressão da pesquisa "Levantamento da População Portadora de Deficiências, nas áreas: Auditiva, Física, Visual e Múltipla Deficiência", em 12 bairros de Manaus;
- Distribuição de material didático, de consumo e equipamento, beneficiando 12 escolas;
- Implantação de 23 novas classes especiais, 08 na capital e 15 no interior;
- Triagem de 402 alunos pertencentes a várias escolas da rede pública e particular;
- Qualificação de Recursos Humanos, dentro e fora do Estado, para 193 técnicos e professores;
- Assistência técnico-pedagógico a 20 escolas da capital e 09 do interior de classes especiais;
- Elaboração de projeto, boletins, sugestões de atividades e outros documentos referentes à Educação Especial;
- Realização dos III Jogos de Deficientes: Atletismo, Handebol, Futebol de Salão e Ginkanas;
- Atendimento de 30 alunos deficientes através do Programa Bolsa de Trabalho.

Em Cultura, a SEDUC realizou as seguintes atividades:

- Implantação do Projeto Centro de Cultura Artística nas Escolas;
- Implantação dos Cursos Permanentes de Teatro e Dança de Teatro dos Artistas para 100 alunos;
- Apoio no 15º Festival Folclórico Marquesiano;
- Realização do 1º Festival do Circo do Amazonas;
- Realização do Balet de Abertura do Desfile da Semana da Pátria;
- Realização do IV Encontro Nacional de Conselho da Cultura;
- Realização da Oficina de Teatro e Dança em Maués;
- Realização da V Mostra Estudantil de Artes Cênicas com 45 espetáculos de Teatro e Dança;
- Obras editadas: Canção Manaus, de Áureo Nonato; Revista do Conselho Estadual de Cultura nº 3; A Paróquia de Nossa Senhora Aparecida dos Tocos, de Moacir de Andrade e Poesia Estudantil.

• Foram apoiados 300 Grupos de Teatro, Dança e Música de grupos populares.

Atualmente a SEDUC conta com 25.835 servidores na capital e no interior, compreendendo professores, técnicos e administrativos.

A Secretaria da Educação e Cultura, em 1987, realizou o seu plano de trabalho com recursos financeiros oriundos do Orçamento da União e do Estado, perfazendo um total de Cz$ 2.705.764.832,94.

METAS PARA 1988

(ÁREA DE ABRANGÊNCIA – CAPITAL E INTERIOR)

– ENSINO PRÉ-ESCOLAR

• Incentivou a melhoria dos padrões de qualidade de atendimento à Educação Pré-Escolar.

– ENSINO DE 1º GRAU

• 1º GRAU REGULAR

• Expansão da oferta de vagas, reduzindo o déficit de atendimento em 3,0% e assegurando o atendimento eficiente;

• Melhoria da qualidade do ensino com ênfase nas quatro primeiras séries – zona urbana, tendo como parâmetro a redução dos índices de evasão em 3,5% e de repetência em 4,0%;

• Apoio ao ensino na zona rural, contribuindo com a melhoria nas quatro primeiras séries, visando reduzir os índices de evasão em 2,0% e repetência em 1,0% – Capital e Interior;

• Redução do déficit de atendimento e aumento da produtividade do Ensino de 1º Grau através da construção e equipamento de Escolas/Trabalho e Escolas Técnicas.

– PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

• Assistência médica e odontológica a estudantes;

• Fornecimento de equipamento às unidades de atendimento;

• Capacitação de Recursos Humanos.

– PROGRAMA MONHANGARA

• Manutenção e conservação de Prédios Escolares reduzindo a aplicação de recursos em reformas precoces;

• Concorrer para a redução da taxa de repetência de 20% das áreas de abrangência do Subprograma MONHANGARA, permitindo o livre percurso de mais de 447 alunos de um total de 22.323 beneficiados.

• Fortalecimento do desempenho técnico-administrativo da Secretaria de Educação e Cultura, principalmente dos setores envolvidos com o Programa MONHANGARA;

• Construir e equipar unidades escolares diminuindo a demanda nas quatro primeiras séries do 1º Grau/Ensino Regular, oferecendo 2.560 novas vagas;

• Reduzir 2,0% da taxa de evasão e repetência nas áreas de abrangência do Programa, representando em termos absolutos 546 alunos.

– 1º GRAU – SUPLETIVO

• Incentivou a melhoria do atendimento a clientela supletiva de 1º Grau.

– EDUCAÇÃO ESPECIAL

– ENSINO PRÉ-ESCOLAR

• Melhoria e expansão do atendimento aos portadores de necessidades especiais a nível de pré-escolar.

– ENSINO DE 1º GRAU

• Expansão e melhoria do padrão de atendimento aos portadores de necessidades especiais.

– ENSINO DE 2º GRAU

– 2º GRAU REGULAR

• Melhoria do Ensino de 2º Grau, elevando a 4,0% o índice de aprovação;

• Reestruturação física, administrativa e curricular de 04 escolas da capital, onde serão implantados 04 Institutos profissionalizantes que atenderão 500 alunos.

– 2º GRAU SUPLETIVO

- Incentivo à melhoria do atendimento à clientela Supletivo de 2º Grau – Capital e Interior.

– APOIO AO SISTEMA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

- Inquérito do Sistema Nacional;
- Estudos e análise;
- Disseminação de dados;
- Capacitação de Recursos Humanos;
- Medida da Qualidade da Coleta.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL DO AMAZONAS
I E R/A M

RELATÓRIO/1987

1. EXPOSIÇÃO SUMÁRIA SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE ENVOLVEM O SETOR:

O que ficou constatado a partir de dados educacionais, pesquisas, mapeamento e visitas in loco nos municípios, foi a identificação de problemas que por si justificam a interferência do Estado, propiciando uma reorientação no processo educativo nos níveis de Educação Formal e Não Formal, visando à melhoria dos serviços educacionais.

Os principais problemas que envolvem o setor de Educação Rural são:

- Insuficiência e precariedade dos prédios escolares para atender a demanda;
- Carência de equipamento e material didático;
- Fragilidade dos órgãos Municipais de Educação para agenciar a Educação a nível municipal;
- Escassez de recursos humanos qualificados para supervisionar o ensino de 1º Grau municipal;
- Calendário Escolar, Currículo e Material de Ensino-Aprendizagem adaptados à realidade rural, ainda não implantados em todos os municípios do Estado;
- Classes multiseriadas;
- Elevado índice de repetência e evasão;
- Não oferecimento de continuidade de estudos aos alunos egressos da 4ª série;
- Insuficiência e dificuldade na distribuição de merenda escolar
- Elevado índice de professores leigos;
- Instabilidade funcional dos professores rurais;
- Desarticulação entre Educação Formal e Não Formal.

O problema relativo ao elevado índice de evasão e repetência, segundo dados de 1986, decorre da qualidade dos professores que lecionam para o 1º Grau em classes de 1ª a 4ª série. Além deste fato, o atendimento à população em idade escolar (7 a 14 anos) na zona rural do Estado é insuficiente, o que

vem a agravar o problema. Os maiores índices de evasão nesta faixa etária apresentam-se da 1ª para 2ª série e desta para a 3ª série. A matrícula para a 4ª série é insignificante.

Das 3.182 escolas localizadas na zona rural, existe o predomínio de escolas com 01 sala de aula, com dimensões abaixo dos padrões aceitáveis. A carência de equipamento e material de apoio didático dificulta o bom funcionamento da escola e contribui para um baixo atendimento do ensino-aprendizagem.

Até maio/87 a forma de pagamento dos professores rurais era efetuada por recursos oriundos de diversas fontes: Salário-Educação Quota Estadual/SEDUC, Prefeituras Municipais (ICM) e Projetos (PDRI, SUDHEVEA, INCRA). À exceção do ICM, liberado mensalmente pela SEFAZ aos Municípios, as demais ficavam condicionadas à liberação dos recursos do Estado, e deste aos Municípios, o que concorria para o atraso de até 10 meses do pagamento dos professores, ocasionando insatisfação e afastamento do professor da sala de aula em busca de outra fonte de sobrevivência.

Com relação à educação Não Formal, a ausência de alternativas educacionais para a população rural adulta do Estado tem levado ao distanciamento dos diversos fatores que concorrem para o desenvolvimento da região. Apesar da presença do MOBRAL, hoje FUNDAÇÃO EDUCAR, no Estado, estima-se que 40% da população adulta no Estado não é alfabetizada.

2. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS PARA O SETOR ESTABELECIDAS NO PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PID-AM.

Seguindo as diretrizes estabelecidas no Programa de Interiorização do Desenvolvimento PID/AM, o IER/AM, desde o segundo semestre de 1986, apresentava ao Governo do Estado uma alternativa que inovasse o mecanismo de pagamento dos professores rurais através do cheque-sálario. Após encontros e reuniões com dirigentes dos órgãos envolvidos com educação rural(SEDUC, SEFAZ e Prefeituras Municipais), em junho de 1987, os Governos Estadual e Municipal iniciaram concretamente esta ação.

À exceção dos Municípios de Benjamin Constant e Parintins, que firmaram convênio com a SEDUC para o repasse direto, Presidente Figueiredo

e Itamarati, que assumiram integralmente o pagamento de seus professores e Itacoatiara, que optou em receber o cheque-sálario no valor correspondente a 60%, os demais municípios estão recebendo dentro da nova sistemática.

A partir de janeiro de 1988, o desconto referente aos encargos sociais serão efetivados à medida em que o município enviar ao IER/AM os documentos exigidos para o cumprimento de tal fim, muito embora constasse no convênio firmado entre SEFAZ/Prefeitura.

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO DESCREVENDO-SE SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS.

As atividades desenvolvidas pelo IER/AM em 1987 estão discriminados nos quadros a seguir:

SÍNTESE DAS ATIVIDADES TÉCNICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELO IER/AM, EM 1987, NA ZONA RURAL DO ESTADO, EM ATENDIMENTO AO ENSINO DE 1º GRAU DE 1ª A 4ª SÉRIE.

* CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SECRETÁRIOS E SUPERVISORES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (OMEs).
  OBJETIVOS: Capacitar Secretários e Supervisores dos OMEs no Processo de Educação dos Municípios.
  MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: Anori, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Boca do Acre, Boa Vista do Ramos, Canutama, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Parintins, Rio Preto da Eva, Tabatinga, Tefé, Urucará, Urucurituba.
  RESULTADOS ALCANÇADOS: 37 Secretários e/ou Supervisores capacitados quanto a implementação da estrutura e organização dos (OMEs).
  CURSO DE CAPACITAÇÃO E TITULAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS A NÍVEL DE 4ª SÉRIE DE 1º GRAU.
  OBJETIVOS: Melhorar o desempenho do professor rural através da oferta de cursos supletivos a nível de 4ª série do 1º Grau.
  MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: Autazes, Iranduba, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, Parintins, Barcelos, Manacapuru, Urucará, Barreirinha, Careiro, Manaquiri e Itacoatiara.

RESULTADOS ALCANÇADOS: 245 professores rurais capacitados e titulados a nível de 4ª série abrangendo linguagem (expressão oral e escrita) Matemática, Estudos Sociais e Ciências.

* CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SECRETÁRIOS E SUPERVISORES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (OMEs).

OBJETIVOS: Secretários e Supervisores dos OMEs para planejarem e administrarem o ensino do 1º Grau na Zona Rural de seus Municípios.

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: São Sebastião do Uatumã, Alvarães, Boca do Acre, Santa Izabel do Rio Negro, Uarini, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá, Novo Aripuanã, Pauini e Fonte Boa.

RESULTADOS ALCANÇADOS: 12 Secretários e/ou Supervisores capacitados nas atividades educativas e administrativas dos OMEs.

* ENCONTROS DE SECRETÁRIOS E SUPERVISORES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (OMEs).

OBJETIVOS: Capacitar Secretários e Supervisores para reorganizarem e fortalecerem os OMEs.

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: Barreirinha, Coari, Codajás, Careiro, Canutama, Eirunepé, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nhamundá, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, Parintins, Tefé, Urucará, Urucurituba, Barcelos.

RESULTADOS ALCANÇADOS: 21 Secretários e/ou Supervisores reciclados na reorganização e fortalecimento dos OMEs bem como na elaboração de projetos do MEC.

* SUPERVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (OMEs) E ESCOLAS RURAIS.

OBJETIVOS: Capacitar Secretários e Supervisores para reorganizarem e fortalecerem os OMEs.

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: Borba, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã (JUMA).

RESULTADOS ALCANÇADOS: Secretários e Supervisores dos OMEs assessorados nas suas atividades pedagógicas referentes ao ensino na zona rural.

- Órgãos Municipais de Educação fortalecidos em suas atividades burocráticas e administrativas.
- Professores orientados nas suas atividades docentes.

* AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO.

OBJETIVOS: Avaliar, junto aos professores rurais, a operacionalização do Currículo de 1ª a 4ª série do 1º Grau.

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Parintins.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Currículos e materiais didáticos avaliados e professores reciclados quanto a aplicação da metodologia do Programa de Ensino utilizado, bem como dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

- Calendário escolar analisado quanto a sua funcionalidade frente ao período estabelecido para a aplicação do Currículo.

4. ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE O DESEMPENHO DO ÓRGÃO EM 1987

Com relação à Educação Formal, a análise dos dados coletados pelos Órgãos Municipais de Educação constata a existência de 4.309 professores atuando nas escolas da Zona Rural do Estado. Um dos fatores que interferem no desempenho dos professores, influindo, consequentemente, no resultado do processo ensino-aprendizagem, é a Habilitação para o Magistério. A situação do Quadro do Magistério Rural do Amazonas quanto à escolaridade apresenta-se da seguinte forma:

- 2.310 professores não completaram as 04 Séries iniciais do 1º grau, correspondendo a 53,60%;
- 894 concluíram a 7ª Série do 1º grau, representando um percentual de 20,74%;
- 509 possuem o primeiro grau completo, representando 11,81%;
- 275 possuem o 2º grau completo;
- 228 têm o 2º grau incompleto;
- 10 possuem o curso Adicional e 3 possuem escolaridade superior incompleta.

Diante dessa realidade, o IER/AM, em conjunto com as Prefeituras Municipais através de suas Secretarias de Educação, definiu uma política de Capacitação e Titulação de Professores Rurais a nível de 1º e 2º graus a ser alcançado a longo prazo.

A estratégia adotada para execução dessa política consiste em modalidades de cursos de:

- Nivelamento de escolaridade dos professores a nível de 1ª a 4ª Série do 1º grau;
- Nivelamento de 5ª a 8ª Série;
- Formação específica para o magistério através do Logos II.

A organização, acompanhamento e controle dos cursos serão de responsabilidade do IER/AM em conjunto com a SEDUC/CEPAN e órgãos municipais.

Foi realizado, em 1987, mapeamento nos Municípios do Careiro, Urucará, Itacoatiara, cujos documentos foram entregues às Prefeituras Municipais. Este mapeamento está permitindo um conhecimento real e confiável da Zona Rural do Estado, pois que a equipe do IER/AM percorre todas as localidades e comunidades durante a pesquisa.

De junho a dezembro de 1987, foram desenvolvidos cursos de 1ª a 4ª Série, beneficiando 245 professores rurais e atingido os seguintes Municípios: Autazes, Iranduba, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, Parintins, Barcelos, Manaquiri, Itacoatiara, Manacapuru, Urucará, Barreirinha, Careiro.

Ainda em 1987 foram realizados 3 cursos para Coordenadores e Supervisores dos Órgãos Municipais com uma clientela de 50 participantes.

Após 3 anos de implantação do Currículo de 1ª a 4ª série adaptado para a Zona Rural, o IER/AM está realizando a avaliação junto aos professores e alunos a fim de ajustar as distorções dos conteúdos, adequando-os ao calendário escolar e ao processo de avaliação do rendimento escolar. Os resultados dessa avaliação permitirão conhecer o impacto que esta ação inovadora introduziu nas escolas rurais que estão adotando o currículo. Outro aspecto que está sendo avaliado são os livros-textos contendo exercícios, cartilhas de alfabetização, material regionalizado, sendo utilizados pelas crianças da Zona Rural, com o propósito de verificar a sua aplicabilidade.

A Educação Não Formal, que é a Educação para os adultos, não pode ser encarada de forma tradicional; requer que sejam atendidas as características da própria realidade rural, dentre elas:

- Processos históricos do homem interiorano;
- Condições geográficas e climáticas da região;
- Resposta às necessidades e anseios da própria população;
- Vinculação da Educação ao processo produtivo.

O desempenho do IER/AM em 1987 foi comprometido pelo número reduzido de técnicos para executar o volume de ações programadas, associado

às dificuldades de atendimento à população beneficiada, isto é, professores e alunos da Zona Rural localizados em uma área de difícil acesso (Transporte e Comunicação).

Outro aspecto a considerar é de ordem financeira. A Instituição iniciou a execução da programação de 1987, em outubro, após a liberação dos recursos alocados nos diversos projetos. Este fato concorreu para a alteração no cronograma físico, extrapolando a execução de ações do exercício de 1988, além de redução de metas face à defasagem dos recursos.

5. METAS PROGRAMADAS PARA 1988

As metas programadas para o exercício de 1988 pelo IER/AM são as seguintes;

- Cadastramento da rede física (Mapeamento Escolar);
- Capacitação e Titulação de 383 Professores Rurais de 15 Municípios a nível de 4ª série do 1º grau;
- Curso de 5ª a 8ª série do 1º grau para 90 professores rurais de três Municípios;
- Capacitação de 58 Supervisores de 58 Municípios;
- Avaliação da implantação do Currículo e do Calendário Escolar em 7 Municípios;
- Cooperação Técnico-Pedagógica e Administrativa à equipe técnica do Órgão Municipal de 58 Municípios;
- Impressão de documentos de Currículo;
- Construção e equipamento de 31 escolas Rurais em 7 Municípios;
- Seminário para divulgação da metodologia para alfabetização de adultos;
- Revisão da estrutura organizacional do Órgão.

BIBLIOTECA PÚBLICA
DO ESTADO

• SEJUS

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SEJUS
RELATÓRIO/1987

A Secretaria da Justiça, com o advento da Lei nº 1.783, de 14 de maio de 1987, passou a ocupar as seguintes áreas de competência:

- Assistência Judiciária Gratuita;
- Sistema Penitenciário;
- Imprensa Oficial.

Desaparelhada, quer de recursos humanos, quer de recursos materiais, a SEJUS não logrou ainda acompanhar o surto de modernização administrativa que se desenvolve em nosso Estado, o que requer urgentes providências para que não se quebre um dos elos do sistema que se pretende implantar no Amazonas, com vistas à racionalidade administrativa.

A defasagem é, igualmente, flagrante em relação ao Ministério da Justiça, cada vez mais exigente quanto à coleta e avaliação de dados pertinentes à administração carcerária. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), no campo deliberativo, e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), na área executiva, estão sacudindo o País, visando à regeneração de nossas práticas carcerárias.

Em que pesem aos percalços, com o esforço e a criatividade de seu pessoal, e o apoio decisivo do Governo do Estado e do Ministério da Justiça, este último, com a concessão de recursos financeiros, alcançou a SEJUS relevante desempenho nas áreas de sua atribuição, como se verá a seguir:

1. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A Assistência Judiciária Gratuita, em favor dos necessitados, vem sendo proporcionada pelo Departamento de Assistência Judiciária (DAJ), integrante da estrutura orgânica da Secretaria da Justiça, com atuação na capital e no interior do Estado.

O DAJ teve expressivo desempenho em 1987, com 13.883 atendimentos a pessoas carentes, bem superior ao movimento de 1986, quando foram registrados 07.637 atendimentos. Foram propostas, em 1987, 1456 ações e concluídos 1.224 acordos. Ao interior foram realizadas 29 viagens dos Advogados de Ofício, às mais diferentes Comarcas.

Como primeiro passo no sentido de interiorização da Assistência Judiciária Gratuita, foi admitido um Advogado de Ofício para, em caráter permanente, atuar nas Comarcas do Alto Solimões (Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte).

2. SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Sistema Penitenciário do Amazonas está concentrado em Manaus, para onde são deslocados os condenados em todas as Comarcas, isto porque ainda não dispomos de estabelecimentos penais no interior do Estado. Os presos provisórios, nas Comarcas do interior, permanecem sob a custódia das autoridades policiais.

Está em curso, porém, um projeto pioneiro, mediante ação conjugada das Secretarias da Justiça e da Segurança, com apoio da Caixa Econômica Federal, no sentido da construção de Cadeias Públicas nos Municípios de Parintins, Maués, Coari e Tefé, ponto de partida de programa mais ambicioso, a envolver as comunas de maior densidade populacional.

Os fatos mais significativos de 1987, no campo penitenciário, estão materializados em dois convênios celebrados com o Ministério da Justiça:

- o de nº 20/87, de 30 de setembro, no valor de Cz$ 43.489.352,00, para a restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, antiga Penitenciária Central do Estado, cujas obras já foram iniciadas;
- o de nº 39/87, de 18 de dezembro, no valor de Cz$ 282.300.000,00, para as obras de ampliação e reforma da Colônia Agroindustrial Anísio Jobim, a ensejar a criação de 210 novas vagas para o regime fechado, obras a serem concluídas dentro de 12 meses.

Quando tais obras ficarem prontas, os presos sujeitos ao regime fechado serão transferidos para o Novo Presídio, no complexo da atual Colônia Agroindustrial Anísio Jobim, à altura do km 80 da BR-174 (Manaus-Caracaraí), passando a velha Penitenciária Central do Estado à condição de Cadeia Pública, destinada aos presos provisórios.

Tais realizações fortalecem a convicção de que algo novo e inovador está sendo feito no Amazonas, em matéria de infra-estrutura penitenciária,

medidas que não esgotam a política do Governo nesse importante campo da atividade do Estado.

3. METAS A ALCANÇAR

Além do exposto, pretende-se, para seguir o dinamismo que caracteriza a atual Administração Estadual em todos os setores, acionar mecanismo que assegure o ritmo crescente da atividade das áreas, eliminando a defasagem salarial dos Advogados de Ofício em relação aos integrantes de outros Serviços Jurídicos do Estado e reformular a carreira, fazendo-a começar pelo interior do Estado, na esteira do Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas; "pari passu" também urge restabelecer a qualidade dos serviços de apoio administrativo e das instalações de forma a assegurar o bom desempenho da Secretaria.

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL
ICOTI

RELATÓRIO/1987

O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI, órgão vinculado à SEJUS, encerra o exercício de 1987 com um saldo positivo no desenvolvimento de sua função, que é oferecer assistência técnica aos Municípios do Estado, melhorando a estrutura técnico-administrativa, além de atuar efetivamente na elaboração de projetos/atividades em favor da melhoria de vida da população interiorana. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo órgão destacou-se:

– Administração Interna e Assistência Técnica:

- Atualização de débitos com o IAPAS no Município de BARCELOS;
- Realização de concurso público e elaboração do regimento interno da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos;
- Coleta de informação do PDLI coordenado pela SEPLAN-Am nos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Santo Antonio do Içá.

– Participação de servidores do ICOTI em cursos, seminários e congressos dentro e fora do Estado;

– Realização de vários cursos para treinamento de servidores municipais;

– Implantação de viveiros comunitários de laranja no Município de Coari e guaraná no Município de Envira;

– Planos de melhorias urbanas nos Municípios de Itapiranga, Codajás, Ipixuna e Benjamin Constant;

– Elaboração, Implantação e Atualização de Cadastro Imobiliário Fiscal nos Municípios de Rio Preto da Eva, Anori, Maraã, Itapiranga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Maués;

– Desenvolvimento Comunitário nos Municípios de Coari, Manacapuru e Iranduba;

– Recadastramento e Melhoria Urbana nos Municípios de Juruá, Carauari, Nhamundá, Barreirinha e Autazes;

– Apoio às Organizações Representativas da Secretaria em Anori, Manacapuru, Anamã, Coari, Autazes e Iranduba;

- Prestação de assistência técnica nas áreas Administrativa, Orçamentária Patrimonial e Jurídica nos Municípios de Anamã, Autazes, Borba, Coari, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Parintins e Codajás;
- Organização administrativa de Prefeitura e Comarcas de Carauari, Tabatinga e Benjamin Constant;
- Elaboração de perfis nos novos Municípios: Caapiranga, Beruri, Anamã, Manaquiri, São Sebastião do Uatumã, Boa Vista do Ramos, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo;
- Elaboração, Implantação e atualização de Cadastros Municipais nos Municípios de São Sebastião do Uatumã, Urucará, Carauari, Eirunepé, Silves, Codajás, Borba e Manaquiri;
- Realização de Estudos – Diagnósticos dos Municípios da Sub-Região do Vale do Madeira: – Município de Itacoatiara.

Dentro da programação para o exercício de 1988, o ICOTI pretente desenvolver trabalhos nos diversos municípios do Estado, atuando nas áreas de Planejamento, Assistência Técnica e Modernização Administrativa, Assistência Comunitária, Treinamento de Servidores Municipais e do próprio órgão.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

I O

RELATÓRIO/1987

Em 1987 a Imprensa Oficial desenvolveu todas as suas atividades a contento e, não obstante o recrudescimento do processo inflacionário e suas consequências, pode a autarquia encerrar o exercício financeiro com um superavit da ordem de Cz$ 8.043.119,73 (Oito Milhões, Quarenta e Três Mil, Cento e Dezenove Cruzados e Setenta e Três Centavos). Os resultados obtidos se expressam através da receita da ordem de Cz$ 58.509,517,07 e despesa de Cz$ 50.466.451,34.

AS METAS ALCANÇADAS NO EXERCÍCIO DE 1987 FORAM:

- Edificação do Centro de Atividades João Liberal, com cerca de 280 m^2 de área construída, dotada de auditório para 100 pessoas;
- Redimensionamento da Casa de Força e substituição de toda a rede elétrica;
- Recuperação da Câmara Fotográfica Ravena;
- Revisão geral na processadora automática de filmes;
- Aquisição de uma camioneta Pampa;
- Manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos da área gráfica;
- Pavimentação do pátio interno;
- Regularidades nos níveis de estoque das principais matérias-primas;
- Instalação de novos bebedouros;
- Refrigeração de vários setores;
- Treinamento de pessoal.

•Pode-se sintetizar a atual situação da Imprensa Oficial como de estrangulamento do seu processo de crescimento.

Com efeito, os principais problemas que afetam a autarquia decorreram basicamente de um único fator: a exiguidade de espaço físico para a operacionalização adequada de suas atividades, fato que lhe impede o crescimento e gera desconforto, determinando a queda da produtividade.

Trata-se, pois, de um problema básico que só poderá ser solucionado mediante a ampliação das instalações com a construção de um prédio de três pisos que, de acordo com o projeto, compreenderá uma área construída de 550 m^2, destinados a abrigar as Seções de Acabamento, Arte, Fotolito, Montagem e Gravação de Chapas e Refeitório.

A meta prioritária a ser atingida no exercício de 1988 é a ampliação das instalações, com o objetivo de fornecer melhoramentos para o desenvolvimento das atividades gráficas além de promover maior conforto aos seus funcionários.

Outra medida a ser concretizada será a refrigeração da Área Gráfica, onde o grau de calor é intenso, refletindo-se, inquestionavelmente, na queda da produtividade.

Além dos itens acima citados fazem parte das metas da Imprensa Oficial a aquisição dos seguintes bens e serviços:

- Carro utilitário para entrega de serviços
- Máquina de lavar rolos
- Fontes para titulagem do Diário Oficial
- Revisão Geral da Impressora Rotoplana
- Novas fontes de Material de apoio para tipografia
- Grampeadeira Miruna
- Dobradeira automática
- Impressora Manual formato 4.

TABELA DEMONSTRATIVA DO DIÁRIO OFICIAL

MÊS	DIÁRIO OFICIAL Nº DE EDIÇÕES	TRIAGEM DO MÊS	Nº DE PÁGINAS
JANEIRO	21	28.065	460
FEVEREIRO	20	19.096	388
MARÇO	21	16.186	432
ABRIL	20	29.633	644
MAIO	20	24.900	481
JUNHO	20	21.632	400
JULHO	23	28.788	520
AGOSTO	21	25.104	456
SETEMBRO	21	26.821	564
OUTUBRO	21	21.794	368
NOVEMBRO	20	22.361	392
DEZEMBRO	21	20.426	388
TOTAL	249	284.806	5.493

• SEAD

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SEAD

RELATÓRIO/1987

A Secretaria de Estado da Administração – SEAD – devido a inexistência de condições mínimas, físicas e funcionais, a precariedade de suas instalações, a carência de móveis e equipamentos, e, principalmente, um reduzido corpo técnico, ainda assim buscou a efetivação de algumas atividades básicas, necessárias ao cumprimento de seus principais objetivos, tais como: recuperação do prédio central da Secretaria, incluindo a reforma de suas instalações internas; reforma do prédio e instalações internas do departamento de arquivo público; reforma do prédio da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – ESPEA; ampliação das instalações do Banco de Dados; construção das instalações da Junta Médica do Estado; recuperação e aquisição de veículos para a Secretaria; aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios; elaboração e implantação de novo lay-out; diagnóstico e redefinição das atividades básicas por setores; recrutamento e admissão de 10 técnicos através da instituição do Regime Especial de Trabalho – GRUPO TAREFA, inventário, registro e elaboração de termos de responsabilidade dos bens mobiliários da Secretaria; diagnóstico, redefinição e reativação das Coordenadorias dos Sistemas de Material, Patrimônio e Organização Administrativa; diagnóstico e elaboração de diretrizes para reestruturação da Coordenadoria do Sistema de Pessoal.

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Realizou as seguintes atividades de levantamento e análise dos servidores admitidos em Regime Especial pelas Secretarias de Estado e também a dos que optaram pela Lei nº 1.762 de 14/11/86; dos funcionários públicos à disposição; da estrutura de cargos efetivos de cada Secretaria; dos cargos comissionados e funções gratificadas do Estado, o que resultou na proposta que propiciou a melhoria da remuneração desses cargos e funções; da Legislação Estadual sobre pesssoal.

Implantou terminais de computação e de microcomputadores, no seu Banco de Dados e Serviços da Junta Médica do Estado, na própria sede.

Recadastrou os servidores da Secretaria de Saúde – SESAU. Deu Assessoria Técnica à Secretaria de Saúde, no estudo que possibilitou nova distribuição de pessoal nos diferentes setores daquela Secretaria, à Polícia Militar – PMAM – na realização do enquadramento dos seus servidores civis no Regime Especial e à UTAM na proposta que resultou no atual Estatuto do Magistério Superior, do Instituto de Tecnologia da Amazônia-UTAM (Lei nº 1.823 de 28.12.87).

Elaborou o novo sistema de cadastro e folha de pagamento de Pessoal, CFPP, para a Administração Direta e Indireta do Estado, o Plano de Cargos, Empregos e Salários para a Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas – STREA – e 244 pareceres jurídicos. Relotou mais de 500 servidores públicos em quase todas as Secretarias do Estado.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Dentro de suas finalidades, implantou o Sistema de Organização Administrativa do Estado, tendo como órgão central a Coordenadoria do Sistema de Organização Administrativa – COSORG/SEAD, destinada a coordenar, elaborar, orientar e executar procedimentos referentes a criação ou modificação de estruturas administrativas dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Deu Assessoria Técnica no Trabalho de reorganização administrativa do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI – e na proposta para reestruturação organizacional da Secretaria de Saúde – SESAU.

Elaborou a nova Estrutura Organizacional, o Regimento Interno e o organograma para a Sociedade de Habitação do Amazonas – SHAM.

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

Elaborou o Manual de Administração de Material do Estado: concepções gerais, rotinas e procedimentos.

Realizou estudo para a implantação do Almoxarifado Central do Estado, para adquirir, guardar e distribuir materiais de uso comum. Planejou o subsistema centralizado de compras do Estado. Emitiu 299 certificados de Regularidade Jurídica Fiscal (C.R.J.F.)

Fez auditagem na área de material da Superintendência de Rádio e Televisão Educativa do Amazonas – STREA – em setembro de 1987.

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Elaborou a Proposta de Manual de Patrimônio do Estado, com o objetivo de estabalecer rotinas, procedimentos e sistema de controle patrimonial adequados ao Serviço Público e a Proposta do Catálogo de Bens Patrimoniais do Estado, com o objetivo de propiciar maior racionalidade e padronização das atividades nas áreas de Material e Patrimônio.

Realizou também a alienação de Bens Móveis – inservíveis do Estado, incluindo veículos e materiais permanentes diversos, efetuada na forma de leilão, sendo apurada a cifra total de Cz$ 3.939.868,60 (Três Milhões, Novecentos e Trinta e Nove Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Cruzados e Sessenta Centavos)

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE TRANSPORTES OFICIAIS

Foi feito um levantamento, junto às Secretarias, dos veículos do Estado, suas especificações, situação legal e condições de uso para a realização da alienação efetivada em julho de 1987.

Elaborou formulários de controle de veículos, e do controle do abastecimento. Foi apresentada uma proposta para racionalização e ampliação da rota de distribuição de correspondências oficiais e o projeto do Curso de Administração de Transportes Oficiais.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO

Além das atividades rotineiras de coleta, processamento técnico, recuperação e arquivo dos documentos oriundos dos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, foram realizadas ainda as seguintes atividades: Reforma das instalações do Arquivo Público, Elaboração do Projeto do Sistema Estadual de Arquivo do Estado do Amazonas, com o objetivo de harmonizar as diferentes fases da gestão de documentos arquivísticos, no âmbito da Administração Pública Estadual; Elaboração do Projeto de implantação da microfilmagem, no arquivo público, objetivando a preservação e segurança dos docu-

mentos arquivísticos históricos e administrativos do Estado; Elaboração do Projeto de restauração e conservação do acervo Documental do Arquivo Público do Estado do Amazonas; Preparação da Revista do Arquivo Público, do Guia e Boletim Bibliográfico.

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – ESPEA

Realizou durante o período os cursos de Chefia e Liderança, Secretária Júnior, Ciclos de Estudos e Avaliação; Administração Orçamentária e Financeira; Inglês e Taquigrafia para Secretária; Formação para Secretária-Executiva; Datilografia e Redação Oficial.

Na área de recrutamento e seleção houve concurso público para Secretaria de Indústria e Comércio – SIC –, com aprovação de 217 candidatos, para os cargos de: Técnico de Incentivos, Assistente Técnico, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Motorista. E o recrutamento e a seleção de 159 candidatos para os cargos de Auxiliar de Enfermagem, Atendente de Enfermagem e Médico para o Hospital Universitário Getúlio Vargas – H.U.G.V.

Uma avaliação das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração nesse 1º ano de Governo, por mais superficial que seja, não deixará de registrar intenso esforço despendido pela Administração Superior e pelos técnicos e funcionários da Secretaria, para o seu soerguimento, objetivando reconduzí-la à posição que real e necessariamente lhe pertence no contexto da Administração Pública Estadual.

Uma comparação entre o que era a SEAD em março de 1987 e o que executa e representa atualmente, conduzirá a uma fácil conclusão: as atividades gradativamente realizadas ao longo do ano significam, sem dúvida, a própria reativação da Secretaria da Administração.

Assim é que, levando-se em conta as condições concretas em que se encontram os órgãos e as mudanças que se poderiam operar, dentro das limitações globais do Governo do Estado, foi elaborada uma Proposta de Trabalho e iniciaram-se as atividades de reorganização da Secretaria. Entre essas atividades damos destaque à redefinição e reativação das Coordenadorias do Sistema Estadual da Administração, que não só reassumiram suas funções de normatização e controle, mas, em curto espaço de tempo, passaram a orientar tecnicamente os órgãos componentes do Sistema Estadual de Administração, na elaboração de quadro de pessoal (Planos de Cargos), reestruturação orga-

nizacional e modernização administrativa, e na administração de material e patrimônio.

O êxito alcançado pela Secretaria de Estado da Administração não seria possível sem a ajuda e o apoio do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Amazonino Mendes, que representa, concretamente, a manifestação clara e insofismável da seriedade do seu governo e de seu interesse irredutível pela eficácia e moralização do Serviço Público Estadual.

É em consequência a esse apoio que temos, dentre outras, as seguintes metas para 1988: Implantação do novo Sistema de Cadastro e Folha de Pagamento de Pessoal – CFPP – do Estado; Reativação das atividades de auditoria, na área de Pessoal da Administração Pública; Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas; Elaboração do Manual do Servidor Público; Reestruturação Administrativa dos Órgãos da Administração Pública Estadual; Racionalização e Modernização das atividades-meio das Secretarias de Estado; Elaboração do Organograma Geral da Administração Pública Estadual; Reativação do órgão setorial de Planejamento; Elaboração e Implantação dos planos executivos do novo Sistema Estadual de Material; Implantação da Comissão Estadual de Licitação; Informatização do Subsistema de Compras; Planejamento do sistema de controle de estoque e consumo interno dos órgãos setoriais; Levantamento e alienação dos bens inservíveis do Estado – Capital; Constituição da equipe de técnicos para avaliação e regularização de projetos de imóveis; Implantação em conjunto com a SEFAZ, de um sistema para atualização permanente da contabilidade Patrimonial do Estado; Elaboração do Manual de Transportes Oficiais do Estado; Tombamento geral de veículos oficiais do Estado; Implantação da nova rota de entrega e recebimento de correspondências oficiais, ampliada para atender 60 repartições dos três níveis da Administração Pública: federal, estadual e municipal; Implantação do Sistema Estadual de Arquivo; Implantação do projeto de microfilmagem no Arquivo Público; Execução de encontros com os agentes setoriais dos sistemas de administração do Estado, para a realização de cursos.

• SEPROR

SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO
SEPROR

GOVERNO DO ESTAD
BIBLIOTECA D
CODEAMA

RELATÓRIO/1987

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento – SEPROR e suas vinculadas tiveram como finalidade o alcance do programado no Plano Setorial, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Programa de Interiorização do Desenvolvimento–PID-AM.

Das orientações do plano governamental surgiram as alternativas de ação, para o incremento da produção agrícola mediante a execução de projetos que estão possibilitando acréscimos e transformações no abastecimento. O esforço conjunto, concentrado e coordenado, busca aprimorar o desenvolvimento institucional para também provocar melhoria na qualidade de vida das populações rurais.

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Agrícola para o Estado. – O Plano Setorial 1987/90 – segundo diretrizes da SEPROR, visando estabelecer um marco de referência ao Setor, mostra uma compreensão clara da importância das ações de planejamento, na coordenação do Setor Público Agrícola Estadual – SPAE.

Este fato recoloca a CEPA como órgão de assessoria à SEPROR, representando significativo apoio e estímulo ao desempenho de seus trabalhos, sendo restaurador do Sistema de Planejamento Setorial, colocando a comissão em permanente atuação de acompanhamento, controle e avaliação de todas as políticas executadas.

Dentre as atividades desenvolvidas pela CEPA/AM destacam-se:

- Plano Setorial de Desenvolvimento Agrícola 1987/1990;
- Plano de Metas – Ação Agricultura – Detalhamento 1ª Etapa (1986/1987);
- Programas e recursos para o setor Primário;
- Programa de distribuição de sementes – 1987;
- Programação Orçamentária do Setor Público Agrícola do Estado – 1987/1988;
- Proposta para um Zoneamento Agro-Ecológico do Estado do Amazonas;
- Projetos de Apoio às Comunidades Rurais;

- Programa de Produção e Distribuição de Alevinos para a Estação de aquicultura do Projeto Balbina;
- Coordenação, elaboração e realização do acompanhamento, controle e avaliação de planos, programas e projetos tais como o PDRI/Am e Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas;
- Coleta, sistematização, divulgação de dados sobre os principais produtos agropecuários extrativos do Estado.

Algumas medidas para a reorganização institucional foram tomadas visando alcançar um melhor desempenho dos órgãos do setor tais como:

- Reorganização da Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento – SEPROR, trazendo, ao Governo do Estado, a responsabilidade de coordenação de fato e de direito da Política Agrícola do Estado, em consonância com os órgãos federais, municipais, Federações, Associações de Classe, Comunidades Rurais, direta e indiretamente afins;
- Implantação do Conselho Técnico de Agricultura – CONTEAS, com a finalidade de apreciar os Planos Operativos Anuais, compatibilizar os planos de ações e avaliar o desempenho do Setor Público Agrícola Estadual – SPAE;
- Reestruturação do Sistema de Planejamento do Setor colocando a CEPA/AM em permanente atuação de acompanhamento, controle e avaliação de todas as políticas implementadas;
- Análise e reformulação da estrutura organizacional da EMATER/AM;
- Reestruturação administrativa da EMADE e do FRIGOMASA;
- Reorganização e redirecionamento da CODEAGRO tendo como base o Plano Setorial de Desenvolvimento Agrícola 87/90:
- Apresentação de Proposta à Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, visando transferir para o Governo do Estado o controle acionário da CEASA, a fim de desencadear o projeto de recuperação de suas instalações e redirecionar o seu funcionamento.
- Privatização da Indústria e Pasteurização de Leite do Amazonas – IPLAM, buscando a eficientização dos seus serviços.

Com o objetivo de fazer a manutenção, melhoria e expansão da infra-estrutura, esta Secretaria e seus órgãos vinculados realizaram as seguintes ações:

CODEAGRO

- Conclusão das obras da Unidade de Beneficiamento de Sementes – UBS, localizada no Km 14 da Am-010, e também a recuperação da UBS de Parintins;
- Construção de 25 boxes de alvenaria e 50 barracas de madeira para a comercialização do pescado, produtos olerícolas e grãos de primeira necessidade;
- Recuperação da estrutura existente de beneficiamento e acondicionamento de Pescado – CODEPESCA;
- Reativação dos Postos de Gêneros Básicos em Barreirinha, Parintins, Urucará, Manacapuru e Novo Aripuanã;
- Abertura de 02 cantinas comunitárias, no Lago do Limão e na Colonia Antônio Aleixo;
- Recuperação e reativação do Posto de Venda da Cidade Nova e a abertura de um Posto de Venda de Pescado no Bairro da Betânia;
- Manutenção da Fazenda da CODEAGRO-COFAZ e da Feira do Produtor;
- Construção de 02 barcos com 14 m de comprimento e aquisição de outro com 18 metros;
- Aquisição de 03 caminhões e recuperação de mais 03 a fim de expandir o apoio ao escoamento da produção, principalmente em áreas contempladas pelo PDRI.

EMATER

- Recuperação do Centro de Treinamento – CENTRER;
- Construção do Escritório Local de Nova Olinda do Norte;
- Recuperação de alojamento em Manacapuru e Barreirinha e construção do muro do alojamento do Escritório local do Castanho;
- Recuperação dos Flutuantes de Codajás, Autazes e Coari;
- Casa de vegetação para hortaliças no Centro de Treinamento;
- Aquisição de 30 veículos e 35 motores de popa.

CEPAVAM

- Recuperação total da base física;

- Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, tanto para a sede quanto para as gerências locais;
- Modernização do sistema de informática, com vistas à eficientização da coleta e processamento de dados;
- Aquisição de aparelho de filmagem objetivando a documentação audio-visual.

EMADE

- Manutenção e melhoramento de 8,5 Km de estradas de acesso e 7,25 Km das secundárias;
- Abertura de 05 Km de estradas novas;
- Conclusão da obra de uma escola com 04 salas de aula na Agrovila;
- Administração e manutenção de uma vila agrícola com 52 casas, uma escola, um posto de saúde, rede elétrica e água;
- Reestruturação dos serviços de embarque e desembarque de mercadorias;
- Ampliação da estrutura do prédio onde funciona a EMADE/Manaus.

SEPROR

- Recuperação das instalações do Parque de Exposições da Feira Agropecuária de Manaus;
- Recuperação da frota de veículos.

FRIGOMASA

- Recuperação de 08 currais, 04 compressores, 200 m de cerca de proteção, parte do telhado do refeitório, motores e veículos, parte da estrutura do matadouro e serviços gerais de pintura.

Para o trabalho de Fomentc à Produção, a SEPROR atuou bastante em conjunto com a CODEAGRO e utilizou sua estrutura. O "Plano Setorial de Desenvolvimento Agrícola 1987/1990" balizou o "Plano Diretor" 87/88 daquela entidade.

Do ponto de vista operacional têm-se as seguintes realizações:

- Elaboração e execução do Projeto de Pescado mais conhecido como Projeto de Alimentação Popular – PAP, respaldado na aquisição, beneficiamento e estocagem de mais de mil toneladas de pescado;
- Aquisição e beneficiamento de mais de 06 toneladas de arroz produzidas em Parintins;
- Aquisição e distribuição de sementes de milho (55 t); arroz (41,4 t); feijão (2,2 t); hortaliças (1,5 t) e juta (67 t).
- Estoque de 20 toneladas de sementes de juta, no Município de Parintins, para atendimento do Plantio de Lama/88;
- Aquisição da produção disponível: 6,11 t de farinha; 6,9 t de milho e 20 t de arroz;
- Transporte de 2.700 t de produtos, em barcos e caminhões da empresa, beneficiando 3.700 produtores;
- Adminstração da Feira de Produtos onde foram comercializadas 1,4 t de hortaliças, 4 t de frutas, 218 t de farinha e grãos, 357 t de carnes (bovina, suina e aves); 163 t de pescado e 609 mil dúzias de ovos.
- Aquisição e distribuição de equipamentos, beneficiando 430 comunidades rurais em 22 municípios, conforme o quadro geral de distribuição de equipamentos e implementos em anexo.

De acordo com as diretrizes governamentais, a Ação do Setor Público Agrícola está proposta sob os seguintes pontos:

- O desenvolvimento deve ser interiorizado, para reduzir os desequilíbrios espaciais e setoriais existentes;
- As comunidades devem ter ampla participação na definição das ações a serem implementadas;
- O fluxo migratório interior-capital deve ser contido e revertido, mediante a instalação de atividades produtivas que, a nível das localidades, efetive a oferta de empregos e oportunise melhoria de vida às populações.

A Assistência Técnica, através da EMATER/Am, procurou incentivar a crescente organização dos pequenos produtores e suas famílias, transferindo-lhes conhecimentos de natureza orgânica e social, contribuindo para que estes diversifiquem a produção e se tornem auto-suficientes na produção de alimentos básicos.

Com relação aos Programas Especiais desenvolvidos por esta Secretaria e suas vinculadas, destacam-se os seguintes segmentos que abrangeram os Municípios de Barreirinha, Careiro, Iranduba, Manaquiri, Manacapuru, Parintins e Urucará, atendendo 196 comunidades.

- Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas – PDRI-AM.
- Pesquisa de Experimentação
- Produção e Abastecimento de Sementes e Mudas
- Comercialização e Cooperativas
- Organização Fundiária
- Transportes
- Dendê (complexo Agroindustrial)
- Educação
- Saúde e Saneamento
- Desenvolvimento Comunitário
- Programa Nacional de Irrigação – PRONI
- Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas – PNMH
- Programa Especial de Crédito Rural para Reforma Agrária – PROCERA
- Administração e Monitoria

Diante de uma agricultura caracterizadamente não comercial e, portanto, com complexos problemas estruturais que geram inúmeras dificuldades para a implementação das ações do Setor Público, mas considerando essa condição como inerente ao processo que se tem a enfrentar, apontam-se como problemas os ítens que mais prejudicam na formulação das políticas de desenvolvimento, quer pela especificidade das estratégias requeridas, quer pelo elevado custo dos serviços e/ou inversões. São eles:

- A dispersão espacial e a descapitalização dos produtores que, em conjunto, exigem tanto quanto dificultam a consecução das ações de fomento, de assistência técnica, muito especialmente as ações de comercialização da produção, restringindo essas operações a nível isolado da propriedade, o que favorece fortemente o aviltamento dos preços pagos ao produto;
- Insuficiência da infra-estrutura instalada para o atendimento e apoio à produção, transporte, beneficiamento, armazenamento e comercialização nas áreas interioranas.

PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM EXECUTADOS EM 1988

– Programa de Incentivo à Produção Vegetal

- Sub-Programa de Sementes e Mudas
- Sub-Programa de Insumos e Equipamentos
- Sub-Programa de Produção de Material para Propagação Assexuada de Plantas Frutíferas
- Sub-Programa de Incentivos à Produção Rural de Hortaliças na Entressafra
- Sub-Programa de Mecanização Agrícola
- Sub-Programa de Produção Animal
- Sub-Programa de Desenvolvimento da Pesca

– Programa de Abastecimento

- Sub-Programa de Estoques Reguladores
- Sub-Programa Sistema de Distribuição de Produtos Agrícolas.

Trabalhos a serem executados pela CEPA em 1988

- Detalhamento do Plano Setorial POA – 1988
- Análises conjunturais da Produção e Abastecimento Agrícola
- Avaliação do PDRI/AM
- Implantação do Banco de Dados Agropecuários
- Administração e Monitoria do PDRI/AM
- Administração do Fundo de Desenvolvimento Comunitário
- Manual de Procedimento para Estudos de Impactos Ambientais no Setor Agropecuário.

QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELA SEPROR

NOS DIVERSOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO AMAZONAS

EQUIP./IMPLEMENTO / MUNICÍPIOS	EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS												
	Nº DE COMUNIDADE	MOTO-SERRA (nº)	CASA DE FARINHA (nº)	FUMIGEIRA COM COSTAL MANUAL DE 20 LITROS (nº)	TRATOR (nº)	MOTOR DE RABETA (nº)	GERADOR (nº)	ENXADA (nº)	MACHADO (nº)	BOCA DE LOBO (nº)	ANCINHO (nº)	PÁ (nº)	TERÇADO (nº)
. CODAJÁS	32	17	18	-	-	23	06	144	72	72	144	144	144
. URINI	19	20	20	-	-	20	04	120	-	60	120	120	120
. ALVARÃES	24	20	20	-	-	20	08	126	63	63	126	126	146
. CAAPIRANGA	22	22	22	-	-	17	02	132	66	66	132	132	132
. ANAMÃ	20	20	20	-	-	20	05	120	60	60	120	120	120
. ANORI	23	15	20	-	-	15	05	120	60	60	120	120	120
. BERURI	44	39	10	-	-	34	03	198	99	99	198	198	198
. COARI	30	30	30	-	01	29	14	186	93	93	186	186	186
. TEFÉ	23	22	22	-	01	22	05	132	-	66	182	182	147
. MANACAPURU	-	77	39	05	04	29	-	-	-	-	-	-	-
. IRANDUBA	-	29	30	02	03	32	-	-	-	-	-	-	-
. ANATURÁ	20	20	20	-	-	20	04	200	200	200	200	200	200
. FONTE BOA	15	15	15	-	-	15	04	150	150	150	150	150	150
. JUTAÍ	15	15	15	-	-	15	04	150	150	150	150	150	150
. MARAÃ	21	20	20	-	-	20	05	200	200	200	200	200	200
. BENJAMIN CONSTANT	24	24	24	-	-	24	04	240	240	240	240	240	240
. SANTO ANTONIO DO IÇÁ	20	20	20	-	-	20	04	200	200	200	200	200	200
. TONANTINS	17	17	17	-	-	17	04	170	170	170	170	170	170
. ATALAIA DO NORTE	15	14	14	-	-	14	04	140	140	140	140	140	140
. JAPURÁ	15	15	15	-	-	15	04	150	150	150	150	150	150
. SÃO PAULO DE OLIVENÇA	15	15	15	-	-	15	04	150	150	150	150	150	150
. TABATINGA	16	13	13	-	-	13	04	130	130	130	130	130	130
T O T A L	430	499	439	07	09	449	98	3.158	2.383	2.519	3.208	3.208	3.193

• SESAU

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SESAU

RELATÓRIO/87

A Secretaria de Estado da Saúde tem por finalidade o estabelecimento das diretrizes para o saneamento do meio-ambiente; prevenção de doenças transmissíveis; saúde materno-infantil; educação sanitária; saúde do escolar; assistência médico-hospitalar; saúde pública; assistência laboratorial; reabilitação; pesquisas relativas à saúde e avaliação dos níveis de saúde da população.

Na condição de órgão integrante do Sistema Nacional de Saúde, a SESAU coordena as atividades da Comissão Interinstitucional de Saúde – CIS, à qual compete estabelecer a polítca de saúde do Estado.

Conta com 26 Centros de Saúde, 05 hospitais, 05 maternidades, 05 serviços de Pronto Atendimento, 04 Serviços Especializados de referência e 02 Serviços de Urgência.

O serviço laboratorial encontra-se implantado em 64 Unidades de Saúde da SESAU, sendo 27 na capital e 37 no Interior.

Visando a descentralização das atividades e a expansão efetiva dos serviços para a zona urbana e rural, foi aprovada pela CIS proposta de reestruturação das Regionais de Saúde, incluindo a implantação das Comissões Regionais Interinstitucionais de Saúde – CRIS.

A Regionalização dos Serviços, que foi avaliada durante 1987, busca agrupar, em uma regional, municípios próximos, com características populacionais semelhantes, situadas no percurso de um rio, tendo sido estabelecida nova divisão de Municípios por Regional (Anexo).

A 1ª Regional Metropolitana, com sede em Manaus foi implementada visando à descentralização de atividades técnico-administrativas, fortalecendo assim este Município que detém a maior rede de Unidades de Saúde do Estado.

A reorganização dos Municípios nas Regionais de Saúde vem, principalmente para o interior do Estado, proporcionar, dentro do sistema, hierarquização de serviços e sua maior agilização.

Foram implementados com equipamentos e materiais permanentes os Centros de Saúde de Ajuricaba, Alexandre Montoril, Alvorada, Santo Antônio, José Rayol dos Santos e Petrópolis; Hospital Infantil Dr. Fajardo, Maternidade

Ana Nery, Pronto Socorro 28 de Agosto e Unidades Mistas de Tefé, Nhamundá, Canutama, Codajás, Borba, Maués e Barreirinha.

Também foi equipado totalmente o Laboratório de Bromatologia e parcialmente o Centro de Ofidismo. Foram adquiridos 12 veículos utilitários para atender a sede da SESAU e Programas, 03 caminhões, 01 veículo utilitário para a COFIS e 05 ambulâncias.

O Programa de Controle de Doenças Diarréicas-Prevenção da Desidratação, está implantado em todas as Unidades de Saúde, prevenindo e tratando casos leves. Para os casos moderados a SESAU equipou 05 Centros de Saúde nos Bairros de Japiim, Alvorada, Morro da Liberdade, São Raimundo e Santo Antônio.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE, FONTE, CODIFICAÇÃO E DESPESA REALIZADA, EM 1987

PROJETO/ATIVIDADE	FONTE	CODIFICAÇÃO	DESP. REALIZADA Cz$ 1,00
Funcionamento do IMIM	Estado	1701 1375 0572 057 000	52.456.331,19
. Construção/Ampliação e Equipam. de Unidades de Saúde - Interior	Estado	1701 1375 4281 043 000	700.000,00
. Manutenção das Atividades de Saúde - Sangue e Hemoderivados	M.S.	1701 1375 4282 059 000	3.868.220,00
. Manutenção das Atividades de Saúde/U.S. Infra Estrut.Física	M.S.	1701 1375 4282 058 000	4.616.332,62
. Manutenção dos Serv.Básicos de Assist. Médica-Odonto.Sanit. Área prod.Borracha SUDHEVEA	M.Ind.Com.	1701 1375 4282 061 000	3.274.427,66
. Manutenção das Ativ. de Saúde US Adm. e Operação de Serviços	M.S.	1701 1375 4282 062 001	16.673.610,83
. Manutenção das Ativ. de Saúde US Capacit.Recursos Humanos	M.S.	1701 1375 4282 062 002	758.606,23
. Manutenção das Ativ. de Saúde US.Coord.Téc. Administrativa	M.S.	1701 1375 4282 062 003	8.842.293,97
. Manutenção da Rede Básica e Hospitalar - Capital - AIS	AIS/MPAS	1701 1375 4282 063 000	117.199.277,57
. Manutenção da Rede de Unid.Saúde - Interior/AIS	AIS/MPAS	1701 1375 4282 064 000	22.062.943,54
. Equipamento Hospitalar Convênio Brasil/França	Bras/França	1701 1375 4281 181 000	22.262.829,91
. Implantação do SUDS no Amazonas	SUDS/MPAS	1701 1375 4281 199 000	106.296.437,88
. Implant.do Núcleo Regional de Ofidiologia - IMIM	M.S.	1701 1375 0571 204 000	5.036.375,00
. Diária	Estado	1702 1375 0212 002 023	11.611.477,00
. Manutenção dos Órgãos Saúde	Estado	1702 1375 0212 066 000	1.042.388.506,85
. Manutenção das CAMI	Estado	1702 1375 4282 065 000	10.524.925,81
. Aquisição de Medicamentos Básicos CEMI	Estado	1702 1375 4282 068 000	37.858.470,69
. Manutenção Pronto Soc. Munic.	Estado	1702 1375 0212 067 000	14.286.986,76
. Camp. Nacional de Vacinação	Estado	1702 1375 4291 160 000	1.262.040,00
T O T A L			1.481.980.093,51

FONTE: Departamento Financeiro

No ano de 1987 a SESAU realizou despesa no total de Cz$ 1.481.980.093,51, assim distribuídos por fonte de recursos:

FONTE	VALOR	%
Estado	1.171.088.738,30	79,02
MS	39.795.348,65	2,69
MPAS (AIS/Cap. e Int.)	139.262.221,11	9,40
MPAS (SUDS)	106.296.437,88	7,17
Convênio Brasil/França	22.262.829,91	1,50
Min. Ind. Com. (Sudhévea)	3.274.427,66	0,22
TOTAL	1.481.980.093,51	100.00

Nas atividades de capacitação foram treinados 408 servidores dos níveis elementar, médio e superior, nas diversas áreas de saúde e realizado um curso em imunizações com 26 participantes dos diversos Centros de Saúde.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança priorizou a capacitação de recursos humanos, visando à implantação destas ações na rede básica de saúde. Foram capacitados, nas ações de assistência à mulher e à criança, 60 enfermeiros, 60 auxiliares de enfermagem, 37 médicos ginecologistas e médicos pediatras.

Projetos foram elaborados objetivando a expansão e cobertura dos serviços básicos de saúde na capital e no Interior, tais como:

- Implantação de Regionais de Saúde;
- Implantação do Programa de Odontologia.

Numa ação integrada de Estado/Município, foi feito um Projeto de adequação da estrutura física da maternidade do S. José Operário para um Pronto Atendimento, com recursos SESAU/SEMSA.

Quanto à expansão da rede física, durante o período de janeiro a dezembro de 1987, foram realizadas 04 implantações de laboratórios, sendo 01 na capital, Centro de Saúde Armando de Souza Mendes, e 03 no interior do Estado, Unidade Mista de Maraã, Jutaí e Rio Preto da Eva.

CENTROS DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL "BALBINA MESTRINHO"

CAMI I, II e III - 1987

LOCAL	PARTOS NORMAIS	CONSULTA MÉDICA A GESTANTE	CONSULTA MÉDICA A CRIANÇA
CAMI - I ALVORADA	1.88	353	333
CAMI - II CIDADE NOVA	199	638	6.137
CAMI - III COL.O.MACHADO	435	1.555	3.008
T O T A L	1.832	2.546	9.479

FONTE: Núcleo de Estatística/SESAU

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

. DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987
. DENOMINAÇÃO DO PROGRAMA	PNS	PNS	PSA	PSA	PSA
. CLIENTELA	G.N.C. (6 meses a 06 anos)	G.N.C. (6 anos a 06 anos)	G.N.Cr. (0 a 4 anos)	G.N.Cr. (0 a 4 anos)	G.N.Cr. (0 a 48 meses
. ENTIDADE ENVOLVIDA NO PROGRAMA	SESAU, F. SESP, SEMSA FUNAI	IDEM	SESAU. INAMPS, F. SESP, SEMSA,	SESAU. INAMPS, F. SESP, SEMSA; L.B.A.	SESAU, F. SESP; INAMPS ; SEMSA, L.B.A.
. NUMERO DE UNIDADES EXECUTORAS NO PROGRAMA.					
CAPITAL	12	12	30	32	42
INTERIOR	30	30	16	68	71
. NUMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	17	17	06	57	58
. NUMERO DE BENEFICIÁRIO P/ O ESTADO	G. 10.958 N. 7.561 C. 47.807 TOTAL: 66.326	IDEM	G. 20.463 N. 20.463 C. 94.718 TOTAL: 135,930	IDEM	IDEM
QUANTIDADE DE ALIMENTOS P/ O ESTADO	ARROZ 106,500Kgs FEIJÃO 48.690Kgs AÇUCAR 97.380Kgs LEITE 9.125Kgs	IDEM	ARROZ 203.970Kgs FEIJÃO 176.800Kgs AÇUCAR 158.200Kgs LEITE 94.720Kgs	ARROZ. 258.090 Kgs FEIJÃO 176.800 Kgs AÇUCAR 176.800 Kgs LEITE 94.720 Kgs	IDEM

G Gestantes
N NUTRIZES
C CRIANÇA DE 0 meses 48 meses

• SESEG

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SESEG

RELATÓRIO/1987

Num centro urbano, onde se verifica um rápido crescimento populacional, as condições sociais tendem a ser desiguais. Esta condição social leva, por diferentes motivos; a novas formas de atentado ao patrimônio e à segurança da coletividade.

Em face desse quadro, o Estado lança mão da Secretaria da Segurança Pública (SESEG), para tentar manter a tranquilidade da comunidade em geral.

A SESEG, no ano de 1987, teve suas atividades administrativas desenvolvidas pelo gabinte do Secretário e órgãos superiores. Assim as atividades do gabinete do Secretário foram:

- Atendimento ao público: 3.122 pessoas;
- Reunião com líderes comunitários: 108 reuniões;
- Documentos expedidos e recebidos : 2.713;
- Atividades externas do Secretário com encontros, assinaturas de convênio etc..
- Os órgãos superiores da Secretaria são: Coordenadoria Setorial de Planejamento (COPLAN), Corregedoria Geral de Polícia (CGP) e Escola de Polícia Civil (ESPOL).

A COPLAN foi responsável pelo planejamento, controle, acompanhamento e avaliação das atividades setoriais referentes à área de segurança. As prioridades foram dirigidas para solucionar as deficiências em relação ao pessoal, equipamentos, instalações, métodos e procedimentos de trabalho. A esta Coordenadoria coube a responsabilidade pela instalação da Delegacia de Crimes contra a Mulher em julho de 1987, objetivando sociabilizar o atendimento ao público feminino.

A implantação, em 14 de outubro, do serviço de informática do Instituto de Identificação foi bem sucedida. Objetiva maior segurança e presteza na digitação de prontuários e de expedição de Cédulas de Identidade.

A COPLAN tem contribuído com outras diferentes atividades, através do programa "Ruas em Paz", construção de postos policiais comunitários, bem como ampliações de alguns localizados nos diversos bairros de Manaus,

além do Projeto Polícia-Comunidade que ocorreu através do plantão móvel, principalmente nas periferias da cidade.

Dentro de seu quadro de recursos, no ano de 1987, a Secretaria pleiteou ao Governo do Estado a nomeação de novos servidores concursados, sendo:

- 2 delegados de polícia de3 ª classe
- 20 escrivães da polícia de 3ª classe
- 106 agentes de polícia de 2ª classe.

Nesta Coordenadoria encontram-se em fase de implantação os seguintes programas e projetos:

- Programa Mutirão Contra a Violência. Este programa pretende a locação de recursos para que, em 1988, sejam iniciadas ou concluídas 48 Delegacias Municipais, 10 Delegacias Regionais, 5 Delegacias Distritais e 4 Delegacias Especializadas, como também a construção de cadeias da Comarca e Equipamentos de Comunicação nos municípios de Parintins, Maués, Coari e Tefé;
- Projeto de Construção da Academia de Polícia Civil;
- Projeto de Construção do Instituto de Criminalística;
- Projeto do Anexo do Instituto de Identificação;
- Projeto de Ampliação da Central de Transporte;
- Projeto de Recuperação de Delegacias Municipais;
- Projeto de Recuperação de Roubos e Furtos;
- Projeto de Segurança Jovem;
- Projeto Paz Sempre.

A Corregedoria Geral de Polícia (CGP) é outro órgão superior da SESEG. Tem por finalidade precípua a correção dos procedimentos legais dos órgãos policiais, bem como a apuração dos atos praticados por policiais no exercício da função ou em razão dela.

Esta Corregedoria, em 1987, analisou 55 inquéritos policiais e 117 sindicâncias:

- Inquéritos Policiais
  - Instaurados 20
  - Remetidos à Justiça Pública 24
  - Baixados para Diligências 3
  - Devolvidos à Justiça Pública 8

- Sindicâncias
  - Instauradas 59
  - Remetidas ao Secretário 58

A Escola de Polícia (ESPOL) foi criada e implantada em 1982 com a finalidade de formar novos agentes e escrivães, além do aprimoramento dos já existentes na Secretaria. Em 1987, a ESPOL formou 118 policiais civis: 94 agentes de polícia de 2ª classe e 24 escrivães de polícia de 1ª classe.

No mês de julho foi promovido um seminário de estudo sobre sequestro, com participação do Dr. José Grimaldi Filho, Delegado de Polícia de São Paulo.

A ESPOL, também realizou treinamento de pessoal interno, quando, através do Projeto Mutirão Contra a Violência, foram deslocadas servidores até Brasília para participar do Curso Técnico de Ensino realizado pela Academia Nacional de Polícia.

A SESEG desempenha ainda atividades através dos seus órgãos intermediários.

Um desses órgãos é o Departamento de Administração, responsável pela direção, coordenação, execução e supervisão das atividades relativas a pessoal, finança, material e serviços gerais. Ligado diretamente ao Gabinete do Subsecretário, serve como ordenador de despesas, promovendo a política financeira da SESEG.

A Central de Operações (COPE) é outra unidade da Secretaria da Segurança que tem por finalidade coordenar e harmonizar as funções dos diferentes órgãos policiais. Foram as seguintes atividades desempenhadas pelo COPE em 1987:

- Operação Carnaval 87
- Operação Zona Franca
- Operação Greve Bancária
- Operação Gigante
- Operação Festival Folclórico
- Operação CUT
- Operação Civismo
- Operação Natal.

A Central de Informações (CINFO) é o órgão da SESEG responsável pela coleta e análise de informações sobre a conjuntura político-social. Esta Central, em 1987, apresentou as atividades abaixo relacionadas:

- Informações
  - Recebidas 4
  - Expedidas 48
- Memorandos
  - Recebidos 40
  - Expedidos 6
- Ofícios
  - Recebidos 69
  - Expedidos 20
- Pedidos de Busca
  - Recebidos 233
  - Expedidos 136

Uma outra atividade intermediária é desenvolvida pela Central de Comunicação (CECOM), responsável pela coordenação, controle e fiscalização dos meios de comunicação da Secretaria da Segurança e Polícia Civil.

Há ainda a Central de Transportes (CETRAN), responsável pela execução das atividades relacionadas a transporte e manutenção das viaturas da SESEG.

O trabalho de segurança, no ano de 1987, teve também a contribuição da polícia civil que estava constituída de 09 delegacias especializadas e também de 09 distritos policiais, além de 01 delegacia de plantão geral, 01 delegacia de plantão especializado e 01 (uma) delegacia de plantão móvel.

Integram ainda a Polícia Civil do Amazonas o Departamento de Polícia do Interior e o Departamento Técnico-Científico; este último formado pelo Instituto de Identificação, Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal.

As Delegacias Distritais e Especializadas, vinculadas ao Departamento de Polícia Metropolitana, instauraram em 1987 o total de 1.192 inquéritos policiais, dos quais 1.148 foram encaminhados à Justiça Pública.

O Instituto de Identificação, em 87, registrou as seguintes atividades:

- Expedição de 55.484 carteiras na capital e de 14.378 carteiras no interior.
- Expedição de Atestados de Antecedentes: Capital 4.784
  Interior 200
- Registro de 904 identificações criminais e 225 cancelamentos de identificação.

O Instituto Médico Legal totalizou 5.072 atendimentos dentre as diferentes funções que desempenha.

O Instituto de Criminalística teve 530 exames realizados e 5.727 laudos registrados.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS
P M A M

RELATÓRIO/1987

A Polícia Militar do Amazonas, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança, desenvolveu durante o ano de 1987 diversas e diferentes atividades, a saber:

- Elaboração de nova articulação com a criação de mais 02 Batalhões na capital e implantação de Companhias Independentes, proporcionando uma melhor operacionalização das Organizações Policiais Militares (OPM);
- Implantação da informática nas atividades administrativas e operacionais;
- Criação e ativação do Esquadrão de Cavalaria;
- Execução do PROJETO FAS, com recursos deste Fundo, para reequipar a corporação com lanchas, rádios, ônibus, carros leves e médios;
- Adestramento de tropas para Defesa Interna;
- Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Reforma e ampliação de aquartelamentos.

Com base no cumprimento das diretrizes estabelecidas no Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas e os resultados obtidos, o ano de 1987 pode ser considerado plenamente satisfatório pelo que a Corporação conseguiu obter e implantar.

O grande mérito alcançou-se através de melhor conduta do policial militar, com melhores salários, melhor adestramento e meios necessários para exercer as atividades. Ativou-se a assistência social, com a dinamização do Centro de Assistência Social (CAS), da Creche Casulo Infantil Tiradentes e do Hospital da Polícia Militar (HPM).

Para o ano de 1988, a Corporação pretende continuar desenvolvendo as suas atividades para consecução dos objetivos abaixo discriminados:

- Implantação de nova articulação a fim de racionalizar os recursos materiais e humanos e otimizar os resultados operacionais. Com esta nova articulação serão lançados 78 carros nas cidades do interior do Estado e Capital;
- Informatização total da operacionalização, com atendimento ao publico pelas viaturas de rádio patrulhamento controlado por terminais de computador, o que agilizará ao máximo a chegada da viatura ao local de uma ocorrência;

- Instalação do Esquadrão de Polícia Montada,
- Aquisição de novas viaturas. Planeja-se adquirir durante o próximo exercício os quantitativos de viaturas abaixo discriminados, para reposição e ampliação da frota atuai.

1) 50 viaturas de rádio patrulhamento;
2) 50 motocicletas de rádio patrulhamento;
3) 3 viaturas pequenas para controle de distúrbios;
4) 3 carros guinchos.
5) 8 viaturas de carga para administração.

- Recomplementamento do efetivo;
- Reformas e ampliações de aquartelamentos.

• SETRABES

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL
SETRABES

RELATÓRIO/1987

As principais dificuldades detectadas no ano passado estiveram relacionadas à insuficiência de recursos financeiros ou à demora na liberação desses escassos recursos, falta de mão-de-obra especializada, assim como a escassez de recursos humanos, falta de material de consumo e precárias instalações de trabalho nos centros culturais, postos e entrepostos.

Considerando-se os recursos disponíveis e aqueles negociados mediante a celebração de convênios, acordos ou do trabalho integrado com outras instituições, operacionalizou suas ações, no período de 1987, através de vários programas assistenciais, promocionais, laboratórios de assistência ao menor e à família, elevando os níveis de expectativas, perspectivas e participação das populações reconhecidamente pobres.

A assistência ao pré-escolar e creches tem sido um dos projetos de maior rendimento social pelo seu caráter preventivo, uma vez que garantiu, às crianças oriundas das famílias de baixa renda, condições básicas para o seu desenvolvimento, pela ação integrada de atividades de assistência à saúde, assistência nutricional e desenvolvimento de prática psico-pedagógica capazes de auxiliar o desenvolvimento intelectual e motor. Apesar de as metas desses projetos estarem direcionadas para vários municípios do interior, onde as condições de trabalho são bem mais difíceis, realizou-se atendimento na ordem de 157.403 entre assistência, promoção, educação, cultura, saúde, nutrição, recreação e esporte.

A nível de assistência ao migrante a SETRABES atendeu diretamente 2.545 pessoas com hospedagem, refeições, passagens, complementação alimentar e medicamentos, que lhes possibilitaram uma perspectiva de vida e aprendizado de ocupação que lhes possam garantir a subsistência.

O apoio ao artesanato alcançou suas metas com 443 atendimentos efetuados na Central de Artesanato, com a efetivação de 50% dos cursos previstos e com o dobro de realização de feiras e outros eventos comparáveis ao ano de 1986.

Outras programações, que contribuíram para a promoção social, foi a assistência a mulheres, na faixa etária de 12 a 19 anos nos bairros da periferia

da cidade de Manaus, oportunizando a capacitação de 24 jovens para uma visão preventiva à marginalidade social.

A SETRABES realizou atividades no setor de convênio na área de subvenção social em numerosos municípios, associações, dioceses, centros educacionais, abrigos, ação social, centro social, clubes de mães etc., no valor de Cz$ 3.040.000,00 e em convênios federais foi no valor de Cz$ 7.970.497,00 entre material permanente, apoio ao artesanato, SENE/AM, PNDA e FUNDAÇÃO LBA.

Em 1988 a Secretaria pretende construir e equipar centros de reintegração e assistência social. Programar também 2 salas para possibilitar maior rendimento das atividades de assistência em 33 bairros de Manaus, implantar 42 postos de atendimento do SINE/AM, recuperar e construir centros comunitários e creches, assim como a construção de infra-estrutura e instalação física do SINE, SETRABES e IEBEM na capital e interior. Outras metas são: a promoção de 30 cursos nas comunidades periféricas, atendimento a 1500 artesões, atendimento em colônias de férias, atendimento a 4000 crianças na capital e 2000 crianças no Município de Barreirinha, além de aproximadamente 2000 crianças, no total de 219.216 atendimentos no pré-escolar.

É fundamental citar que o suporte administrativo no desempenho das atividades da SETRABES necessita de recursos financeiros de grande porte, na ordem de Cz$ 39.000.000,00 que viabilizarão o efetivo atingimento das metas colimadas.

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR
I E B E M

RELATÓRIO/1987

O Instituto Estadual do Bem Estar do Menor, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social, tem como competência implantar, coordenar e executar a política de bem estar do menor no âmbito do Estado do Amazonas.

A estrutura oficial do órgão, a nível de atividade-fim, é composta de vinte e três Centros de Atendimento/Unidades e de Frentes de Trabalho, Creche Domiciliar, Movimento Patrulheirismo (preparação de menores para o mercado de trabalho) e apoio às iniciativas comunitárias. Apoiando a rede oficial, o IEBEM conta com 23 entidades particulares e as instituições públicas – Juizado de Menores e Comando Militar da Amazônia – que captam recursos da FUNABEM para as suas programações diárias destinados ao menor.

De acordo com o programa de ação do IEBEM, definido pelas diretrizes da política governamental de desenvolvimento social e econômico traçadas no PID-AM, as ações prioritárias são encaminhadas no sentido de atender a população carente, de menoridade, e suas famílias.

O atendimento é feito em regime aberto (internato e semi-internato) e semi-aberto (internato) mantendo-se o vínculo familiar.

Nesta linha de atuação o menor de conduta anti-social e autor de infração é atendido sem ser desligado do seu meio-ambiente, devendo o órgão responsável prestar serviços de caráter assistencial que consiste na alimentação, atendimento médico-odontológico, social e psicológico.

Outras medidas executadas e/ou que estão sendo incrementadas para essa clientela dizem respeito à desinternação do menor infrator via manutenção da "Casa Lar", "Apoio Técnico e Financeiro às Famílias" e "Liberdade Assistida", bem como ao apoio às entidades que trabalham com menor usuário e dependente de drogas, clientela a cargo do Desafio Jovem de Manaus e do Serviço Missionário do Amazonas.

Como formas complementares ou alternativas de atendimento são considerados os trabalhos prestados a menores e suas famílias, visando oferecer respostas imediatas a sua situação de carência socio-econômica, realizados através de Creches Institucionais e Domiciliares, atendimento ao pré-es-

colar, colocação de mão-de-obra formal de trabalho, apoio às entidades sociais particulares, apoio às iniciativas e descentralização/interiorização de serviços dirigidos a menores carentes, este último visando expandir os serviços dirigidos ao menor para outros municípios amazonenses nos quais o IEBEM não tem ainda nenhum trabalho.

Em 1987 os municípios beneficiados foram os seguintes: Humaitá, Manicoré, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Coari, Iranduba, Manacapuru, Benjamin Constant, Jutaí, Tefé, Itacoatiara, Maués, Urucará e Parintins.

Para apoiar e garantir a execução da proposta de trabalho foram elaborados pelo IEBEM, com recursos financeiros da FUNABEM, Cursos/Seminários para a formação de recursos humanos, a fim de capacitar e qualificar pessoal para o desenvolvimento de ações específicas junto ao menor.

Dentre os resultados alcançados no trabalho integrado com os órgãos comunitários em 1987, destacam-se a articulação com a SEDUC para a ampliação do serviço de Creches Domiciliares, a cessão de um prédio conseguida com a SESEG para a instalação de um Centro de Convivência, integração com os órgãos estaduais na elaboração e execução do Programa de Combate aos Tóxicos e de Assistência aos Toxicômanos, articulação com a EMATER para a elaboração e acompanhamento do Projeto Agrícola, ação integrada com a Universidade do Amazonas (CRUTAC e Fundação SESP) e celebração de aditivos, acordos e convênios, com entidades públicas e privadas.

Portanto o trabalho desenvolvido pelo IEBEM proporcionou o equilíbrio entre metas previstas e resultados obtidos, contribuindo, sobremaneira, para o suprimento das carências generalizadas da população de menoridade.

Em 1988 o órgão pretende dar continuidade às diretrizes estabelecidas no seu Plano de Ação e executar as seguintes metas, constantes no quadro a seguir:

METAS PROGRAMADAS PARA 1988

ATENDIMENTO DIRETO DIÁRIO

UNIDADES EXECUTORAS	QUANTIDADE DE ATENDIMENTO	
	MENORES	FAMÍLIAS
CENTROS DE ATENDIMENTO - CAPITAL	2.950	1.475
. Compensa I	300	150
. Compensa II	400	200
. Educandos	350	175
. Redenção	400	200
. São Francisco	300	150
. São Lázaro	300	150
. São Raimundo	400	200
. Expansão	500	250
CENTROS DE ATENDIMENTO - INTERIOR	2.800	1.400
. Coari	400	200
. Itacoatiara	400	200
. Manacapuru	400	200
. Parintins	400	200
. Tefé	400	200
. Urucará	400	200
. Maués	400	200
UNIDADES/PROGRAMAS OFICIAIS - CAPITAL	3.379	1.470
. Unidade Moacyr Alves	400	200
. Centro Profissionalizante André Araújo	500	250
. Centro de Atendimento a Menores de Rua	500	250
. Movimento Patrulheirismo	680	290
. Creches Domiciliares	599	250
. Unidade Assistente Social Dagmar Feitosa	240	120
. Unidade Irmã Maria do Carmo Cabral	100	80
. Núcleo Vivencial Casa-Lar	10	05
. Núcleo Vivencial Cidade Nova	20	10
. Núcleo de Serviço Social da DSPM	300	-
. Núcleo Vivencial Alvorada	20	-
. Casa Lar	10	-
UNIDADES/PROGRAMAS OFICIAIS - INTERIOR	550	275
. Centro Profissional de Parintins	400	200
. Centro de Atividades Agrícolas de Tefé	150	75
T O T A L	9.679	4.620

• SETRAN

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS
SETRAN

RELATÓRIO/1987

De acordo com a diretrizes governamentais estabelecidas para o setor no Programa de Interiorização do Desenvolvimento PID-AM, a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – SETRAN buscou, no ano de 1987, ser fiel à sua função básica de fortalecer a economia interna através da ampliação das fronteiras de produção e escoamento, realizando a expansão, conservação e. aumento das redes rodoviária, fluvial e aeroportuária estaduais, além de obras civís.

A participação desta Secretaria apresenta-se por meio das seguintes atividades:

SERVIÇOS EXECUTADOS NO SISTEMA VIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

- Foram executados serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de artes e outros nos Municípios de Nova Olinda do Norte, Parintins, Coari, Codajás, Autazes, Lábrea e Careiro (Castanho).
- Obras e serviços de imprimação asfáltica; pintura de ligação e revestimentos de concreto bituminoso usinado a quente em 05 ruas da sede do Município de Tefé.

OBRAS CIVÍS E RODOVIÁRIAS EXECUTADAS

- Construção de uma ponte sobre o rio Purús no perímetro urbano na cidade de Lábrea;
- Construção do Centro de Radiodiagnóstico do CECON na cidade de Manaus;
- Execução de 10 km de estrada vicinal na localidade de Vila do Campina – Município de Manacapuru;
- Manutenção da Unidade de Saúde no Município de Manaus;
- Imprimação asfáltica na pista de pouso na cidade de Canutama;

- Melhoramento da estrada Benjamin Constant – Atalaia do Norte;
- Construção do Distrito Agro-Industrial de Parintins;
- Construção de uma escola de 18 salas de aula no Bairro da Alvorada I – Manaus;
- Construção do Hospital Geral da cidade de Envira.
- Construção de 01 poço semi-artesiano na sede do Município de Eirunepé.

OBRAS CIVIS EM EXECUÇÃO

- Recuperação do Teatro Amazonas;
- Conclusão do prédio destinado ao Forum de Manaus;
- Obras complementares e instalação do sistema de ar condicionado no prédio destinado ao Forum de Manaus;
- Construção do Hemocentro;
- Conclusão do prédio destinado à sede do Tribunal Regional Eleitoral em Manaus;
- Construção de 01 escola com 09 salas de aula no bairro da Colônia Oliveira Machado, em Manaus;
- Reforma geral e ampliação da Escola Elvira Borges no Bairro da Compensa II, em Manaus.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO ESTADO DO AMAZONAS – PDRI – AM

A participação da SETRAN no projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas – PDRI/AM, programado para o período de abril/87 a março/88, teve seu início adiado para novembro/87 devido a atrasos ocorridos na aprovação e liberação dos recursos captados externamente.

O quadro a seguir apresenta as metas em execução que deverão ser concluídas até março/88.

PERÍODO: ABRIL/87 A JANEIRO/88

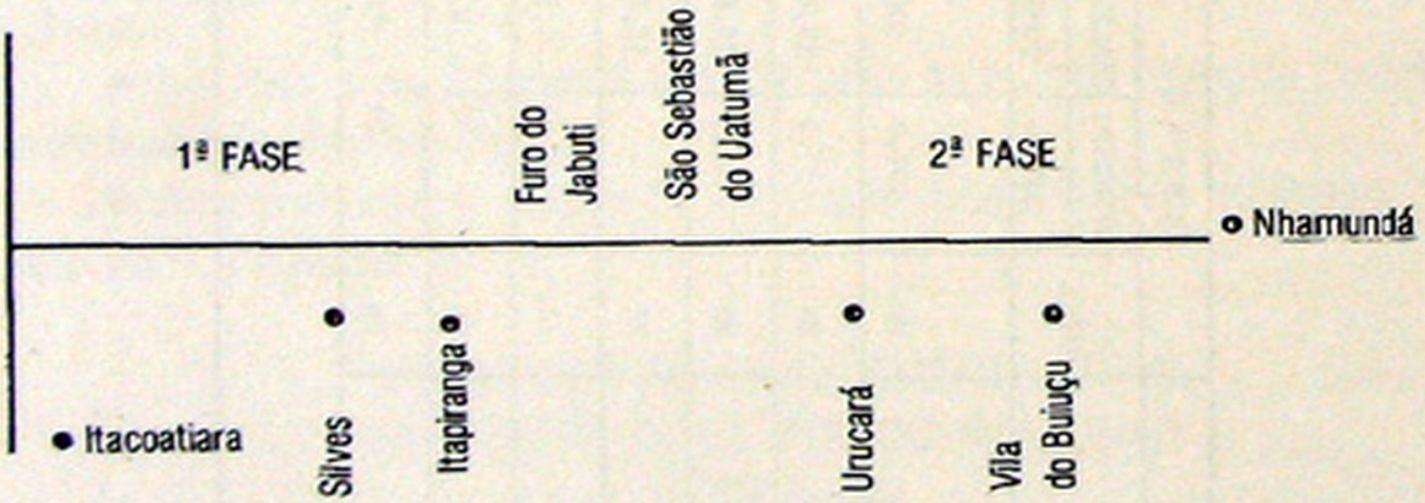
CONSOLIDAÇÃO DE METAS E CUSTOS		METAS		%	CUSTOS		
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	PREVISTO	REALIZADO	P/R	PREVISTOS	REALIZADOS	% P/R
		QUANT.	QUANT.		Cz$ 1,00	Cz$ 1,00	
ESTUDOS E PROJETOS	Km	206,0	106	51,5	1.330.348,00	544.000,00	40,9
IMPLANTAÇÃO DE VICINAIS	Km	17,0	48,86	275,6	35.700.000,00	45.092.354,65	126,3
MELHORAMENTO DE VICINAIS	Km	62,0	55,65	89,8	56.801.000,00	12.905.357,00	22,7
SERVIÇOS DE ATERRO E DRENAGEM	Ml	-	55,65	-	-	2.856.349,85	-
LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE FURO	Km	0,62	1,5	241,9	682.000,00	519.750,00	76,2
RECUPERAÇÃO DE ANCORADOURO	Un	02	02	100	226.400,00	488.619,00	215,8
CONSTRUÇÃO DE ANCORADOURO	Un	01	(*)	-	1.513.966,50	-	-
TOTAL					96.253.714,50	62.406.430,50	64,8

(*) EM CONSTRUÇÃO

RODOVIA AM-363 (RODOVIA DA VÁRZEA)

Tendo como ponto de partida o km 227 da Am-010-Manaus/Itacoatiara, a rodovia implantada tem plataforma de 10,0 metros, sendo 7,0 metros de revestimento primário, rampa máxima de 8%. Nos pequenos igarapés optou-se por bueiro metálico, revestido com epoxi. Nos cursos d'água com maior porte, como o Caru, Anebá, Itabani, foram usadas pontes metálicas, atingindo assim as sedes dos Municípios de Silves e Itapiranga, no total de 313 Km, sendo que o ramal de acesso a Silves tem uma extensão de 15 Km.

Durante esse período os serviços foram realizados nas fases de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e sinalização e obras complementares.



Subtrechos	Extensões
Am-010 – Entroncamento Silves	92 Km
Acesso Silves	15 Km
Entroncamento Silves/Entroncamento Itapiranga	18 Km
Acesso Itapiranga/Furo Jabuti	6 Km
Total da 1ª fase	131 Km

Subtrechos	Extensões
Furo do Jabuti/São Sebastião do Uatumã	19 Km
São Sebastião do Uatumã/Entroncamento Urucará	38 Km
Acesso Urucará	10 Km
Entroncamento Urucará/Entroncamento Vila Buiuçu	78 Km
Acesso Vila Buiuçu	28 Km
Entroncamento Vila Buiuçu	46 Km
Total 2ª fase	219 Km
T O T A L	350 Km

AM – 070 – MANAUS / MANACAPURU

Foram executados os serviços referentes às seguintes etapas:

- Remoção e recomposição do trecho com deformações plásticas;
- Obturação das panelas e buracos;
- Regularização das superfícies do rolamento;
- Recapeamento da superfície.

Consta, também, a construção de uma ponte metálica com canal revestido em pedra argamassada, tendo sido realizados serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e obras de arte especiais.

AM – 010 – ESTRADA MANAUS/ITACOATIARA

Esta rodovia foi duplicada no trecho Aeroporto-Ponte da Bolívia.

Tal alteração deixou o sub trecho Aeroporto-Tarumã com 02 pistas de 8,0 metros com 02 faixas de tráfego de 3,40 metros cada uma, sistema de drenagem superficial e profunda, bueiros, sinalização horizontal e vertical, retornos nos Km 7, 9, 11 e 13.

QUADRO RESUMO

OBRA	EXTENSÃO KM	A. P. I. CUSTO TOTAL (Cz$)	CUSTO/Km (Cz$)
Am – 363	131,0	535.794.513,44	3.937.300,91
Am – 070	78,4	126.566.586,42	1.614.369,72
(Pista Dupla) Am – 010	5,6	38.082.597,58	6.800.463,85
TOTAL		Cz$	700.433.697,44

Apesar das dificuldades existentes devido à situação em que se encontra a economia do país e do próprio Estado, bem como pelas características geográficas da região, a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras apre-

sentou, no ano de 1987, satisfatório desempenho, tendo atuado, dentro das reais possibilidades, em favor do crescimento e desenvolvimento do Amazonas.

• SECOM

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECOM

RELATÓRIO/1987

Com o propósito de levar à comunidade informações sobre a atuação do Governo, a Secretaria de Comunicação Social atuou em 1987 diretamente em comunidades periféricas, realizando propostas de auxílio com alguns projetos como: "Diagnóstico de Situação dos bairros de Manaus" e o "I Seminário de Lideranças Comunitárias". Atendimento direto de correspondências do povo, através do programa radiofônico "A Palavra do Governador". Cadastrou os serviços de alto-falantes instalados nos bairros. Foi responsável pela distribuição de fotografias oficiais do Governador do Estado aos órgãos estaduais.

Contactou com a SEFAZ, SEAD e PRODAM para veiculação, no Cheque Salário, das mensagens de parabéns aos funcionários públicos.

Elaborou biografias de autoridades do primeiro escalão do Governo para posterior publicação.

Realizou as programações da Semana da Pátria e do Amazonas.

Responsabilizou-se pela coleta e arquivo de material informativo sobre as atividades do Estado nas áreas de economia, saúde, obras, além de assuntos de interesse local, nacional e internacional.

Coletou informações para o Banco de Dados do Gabinete do Governador, como: Críticas e sugestões ao Governo, Dados Cadastrais dos Vereadores, Pronunciamentos de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, dados Eleitorais como número de votos e partidos políticos.

Organizou acervo de material informativo do Governo, como fitas cassete contendo entrevistas, pronunciamentos, conferências e discursos.

Com base nas informações colhidas junto ao Gabinete Governamental, fez montagem de textos, coordenou o serviço fotográfico para sua ilustração, e envolveu a realização de projetos e programas em execução do Governo do Estado.

Forneceu informações à Rádio Nacional, jornais e revistas fora do Estado, via telex, de assuntos relevantes, participando igualmente das viagens governamentais ao interior e exterior.

Criou um arquivo fotográfico utilizado no atendimento às solicitações de jornais, revistas, e outros interesses.

No aspecto orçamentário de 1987, foram liberados à Secretaria recursos no valor de Cz$ 121.772.832,00 destinados a área de divulgação do Governo e Cz$ 111.329.361,05 para pagamentos de despesas empenhadas. Foi repassado à Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas-STREA a verba de Cz$ 9.861.000,00 para despesas com pessoal, manutenção e investimentos.

A SECOM para 1988 pretende, dentre outras, desenvolver as seguintes metas:

1. Organizar programa de comemoração do 1º ano do Governo Amazonino Mendes, de acordo com a orientação do próprio Governador;
2. Dar prosseguimento ao trabalho de pesquisa e feitura dos livros "Série Bairros de Manaus", realizado pelos técnicos da SECOM;
3. Reciclar os funcionários através de cursos de atualização e aperfeiçoamento;
4. Efetuar trabalho de pesquisa para constituir acervo sobre dados históricos e geográficos do Estado; informações pertinentes às autoridades a nível estadual e nacional, bem como compilar dados sobre atividades e projetos desenvolvidos pela administração pública;
5. Efetuar um acervo de material institucional, como também fotográfico das administrações passadas;
6. Adquirir um terminal de computação para registro do material que a SECOM arquiva.

SECRETARIA DE ESTADO PARA
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO SETOR PRIMÁRIO

SECRETARIA PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

RELATÓRIO/1987

No corrente exercício, com o início da nova Administração do Estado, esta Secretaria passou por uma reformulação total. Sua denominação anterior Secretaria Especial para Promoção e Desenvolvimento transformou-se em SECRETARIA PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO.

Em cumprimento às diretrizes do Programa de Interiorização de Desenvolvimento do Amazonas – PID-AM – mantém-se como órgão responsável pela política desenvolvimentista do Estado, divulgando nos meios empresariais, tanto nacionais como internacionais, as facilidades e vantagens oferecidas pelo Governo do Estado e pela SUFRAMA, aos investidores que optarem pela Zona Franca de Manaus.

Para tanto, deu ênfase a desenvolver bom relacionamento com os Consulados e Escritórios Comerciais de países com bom desempenho industrial, em São Paulo, tendo também participado de todos os eventos que pudessem trazer novos potenciais investidores.

Os contatos feitos no corrente ano deverão transformar-se em investimentos a partir de 1988, consolidando assim a eficácia da campanha de convencimento sobre as potencialidades da Zona Franca de Manaus realizada por esta Secretaria junto ao empresariado.

EMPRESAS CONTACTADAS EM 1987

PAÍSES	Nº DE EMPRESAS
• Brasil	25
• U S A	03
• Venezuela	01
• China	02
• Inglaterra	02
• Japão	01
• Taiwan	03
• Singapura	01
• Noruega	01
• Peru	01
• Corea	01
• Tchecoslováquia	01
• Argentina	02
• Itália	01
• União Soviética	01
TOTAL	46

Em torno da programação de âmbito nacional e internacional destaca-se a TROPICTRONICS USA'88 – Feira de Componentes e Investimentos Eletrônicos Norte-Americanos que será realizada de 16 a 18 de maio de 1988, em Manaus, e de 24 a 26 de maio de 1988 em São Paulo.

A Secretaria para Promoção e Desenvolvimento do Setor Primário investiu ainda, no ano de 1987, na busca de colaboração de Instituições geradoras de tecnologia existentes no âmbito do Governo de São Paulo, através de um CONJUNTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA entre os Estados de São Paulo e Amazonas.

Nesta linha de atuação, merecem destaque as pesquisas sobre "Alternativas Energéticas a partir de óleos vegetais e outras fontes", onde evidenciou-se a importância do potencial do Estado como produtor privilegiado de fontes alternativas de energia.

Estudos promovidos pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, em conjunto com o INPA e órgãos do Governo do Amazonas, revelam altas possibilidades de aproveitamento de recursos naturais da região. Tais estudos apontaram 10 zonas no interior do Estado como estratégicas na implantação de usinas de beneficiamento de óleos vegetais.

Ademais foram contactados através da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, em Brasília, os coordenadores da pesquisa feita no Amazonas em 1984-86, ardorosos defensores do chamado PRO-ÓLEO. Além de informações verbais foram fornecidos relatórios, lista de pesquisadores do Brasil no assunto, empresas interessadas em investir no setor e órgãos públicos que atuam no tema.

Em São Paulo, a Secretaria, em conjunto com a FUNDAP, iniciou uma série de contatos que visaram estabelecer um convênio de cooperação para esta questão, entre outras, com o Estado de São Paulo.

Certamente todas essas providências beneficiarão o Amazonas através da atração de novos investimentos, proporcionando a economia de divisas para o Estado, a fixação do homem à terra e mais a criação de mecanismos de independência em relação ao petróleo, cujo ciclo de duração tem data prevista de encerramento.

Em 1987, a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento do Setor Primário atuou em outros setores de interesse da Administração Estadual, a saber:

* Assessoria de Imprensa ao Governo do Estado.
* Arrendamento da IPLAM – Indústria e Pasteurização de Leite do Amazonas – por uma empresa de laticínios do centro-sul do país. Como consequência desse trabalho, além do abastecimento de Manaus de imediato com leite reidratado e pasteurizado, a médio prazo aumentará sensivelmente a produção leiteira do Estado, desafio aceito e comprometido pela Cia Goiânia de Laticínios com o Governo do Amazonas.

No setor agropecuário, dando cumprimento às diretrizes governamentais de promover o desenvolvimento do Setor Primário, estabeleceram-se contatos com os principais grupos de colonizadores do país. Após vários contatos com empresários filiados à Associação dos Empresários da Amazônia, entidade que conjuga grandes agropecuaristas, colonizadores e cooperativistas,

identificou-se no grupo Juruena, potencial interessado em investir na agropecuária do Estado.

Na área de Assistência Social, dedicou especial cuidado em desenvolver e manter ótimas relações entre funcionários desta Secretaria e as Instituições de Assistência Médica e Social, bem como hoteleiras, agências de viagens e outros serviços, a fim de proporcionar atenção e bem estar ao crescente número de pessoas carentes que foram encaminhadas a Sao Paulo, por motivo de saúde.

• SEDAF

SECRETARIA DE ESTADO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE FRONTEIRA
SEDAF

RELATÓRIO/1987

A Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira – SEDAF, criada pela Lei nº 1802, de 29 de outubro de 1987, tem como finalidade maior prestar assessoria tecnicamente qualificada ao Chefe do Poder Executivo, em todos os assuntos relacionados às regiões de fronteira do Amazonas com Peru, Colômbia e Venezuela.

Cabem-lhe também atribuições legais, como as relativas aos problemas indígenas, de meio ambiente, ecológicos e de mineração, bem como acompanhar o desenvolvimento do Plano Bi-Nacional de Cooperação Amazônica Brasil-Colômbia.

A sua atuação também se destina a prestar todo o apoio e colaboração ao desenvolvimento dos municípios que no Amazonas compõem a grande região de fronteira do Brasil.

Em apenas um mês de existência, com reduzido quadro de pessoal, instalações extremamente deficientes e precárias, a Secretaria procurou de imediato formular uma série de projetos econômicos para atendimento a todos os municípios da área de fronteira, no sentido de se vencer o tempo para que possa, objetivamente, cumprir as suas finalidades, assim já aprovou e firmou convênios com o Ministério da Agricultura e Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, na elaboração de três projetos econômicos para os serviços de limpeza urbana e aterro sanitário na cidade de Tabatinga e de implantação de um pólo de assistência e desenvolvimento agropecuário para a comunidade indígena de Pari-Cachoeira, no Município de São Gabriel da Cachoeira.

No ano de 1987, a Secretaria ingressou com um grande projeto de criação e desenvolvimento de pólos agropecuários na região de fronteira, através do Ministério da Agricultura, com apoio do Conselho de Segurança Nacional, pois trata-se de empreendimento de interesse do Projeto Calha Norte.

Para dar cumprimento aos objetivos propostos, fomentar-se-á a produção de produtos básicos, fornecendo-se, também, implementos agrícolas e saneamento necessários ao plantio inicial de 1.600 ha. Estas metas estão dimensionadas para atendimento a um contingente aproximado de 4.000 pes-

soas na área rural, o que representa 5% da população dos municípios considerados.

Com relação ao Saneamento Urbano das sedes dos municípios da região de fronteira, a SEDAF encaminhou, à apreciação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, projetos de implantação de serviços de limpeza pública nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Japurá, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

A Secretaria elaborou alguns projetos na sua área de atuação para o ano de 1988, como: limpeza pública e esgoto sanitário no setor de infra-estrutura, uma escola para cada município na área de fronteira, com recursos do Salário Educação, projeto em fase de elaboração; expandir a rede de serviços básicos de saúde e habitação com a construção de hospitais e casas populares; Projeto Calha Norte, com implantação de pólos agropecuários na região de atuação e aprovação prevista para os primeiros meses do ano de 1988.

Apesar do dimensionamento considerável de todos os projetos da SEDAF, tem-se a certeza de que, com uma estrutura administrativa leve, ágil e funcional, alcançar-se-ão todos os objetivos da Secretaria, com o indispensável e inestimável apoio de todos os órgãos do Estado e da Federação envolvidos nesse grande esforço, contando com o respaldo técnico do CODEAMA, cujos serviços têm contribuído de forma induvidosa para os primeiros êxitos alcançados.

A SEDAF vêm procedendo, na sua área de atuação, a uma espécie de minuciosa radiografia da realidade social e econômica, de seus estágios atuais de desenvolvimento e perspectivas futuras, com vistas a melhor elaborar o seu plano de ação para os anos vindouros, tudo em consonância com o projeto global do Governo do Estado do Amazonas.

• SEAB

SECRETARIA DE APOIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS EM BRASÍLIA
SEAB

RELATÓRIO/1987

A Secretaria de Apoio do Governo do Estado do Amazonas em Brasília realizou, no período de abril a dezembro de 1987, os objetivos pretendidos pelo Governo do Estado da melhor maneira possível, prestando atenção especial a todos os assuntos de sua área.

De acordo com a metodologia de trabalho estabelecida pelo órgão, as atividades/funções dividiram-se por setor de atuação, quais sejam:

1. GABINETE

Estabeleceram-se contatos nas áreas federais, estaduais, internacionais, empresariais, parlamentares e ainda com diversos órgãos da imprensa, sendo este último com objetivo de coordenar a cobertura a nível nacional da instalação do Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA), bem como a liberação de recursos captados junto a órgãos e entidades federais e estaduais para promover o desenvolvimento nas áreas social, de saúde, saneamento, energia elétrica, educação e cultura.

2. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS)

Esta Coordenadoria iniciou suas atividades a partir do mês de junho findo. Durante este curto período, a CCS desenvolveu todo o seu trabalho em torno de contatos com a imprensa escrita e falada, não só de Brasília, como dos principais Estados do país.

Assim se, destacam três tipos de atividades:

- Divulgação
- Relações Públicas
- Cliping dos jornais do Amazonas, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília, os demais recortes de outros Estados chegam atraves do LUX-Jornal.

O maior entrave para o melhor desempenho da CCS refere-se à necessidade de pessoal especializado no ramo e aparelhagem audio-visual para promover encontros e/ou palestras com profissionais da imprensa.

3. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

À Coordenadoria Administrativa compete planejar, controlar e supervisionar a execução das atividades próprias do setor.

A partir do mês de março do exercício anterior aconteceram profundas modificações na estrutura física da recém criada Secretaria de Estado por ocasião da mudança na chefia do órgão, tais como: remanejamento do almoxarifado, criação do gabinete do Subsecretário e de Assessoria de Comunicação Social. Além destas atividades verificou-se o controle no serviço de transporte e materiais de expediente.

4. COORDENADORIA FINANCEIRA

O Orçamento Geral do Estado, para o ano de 1987, fixou a despesa relativa à Secretaria de Apoio do Governo do Estado do Amazonas em Brasília em Cz$ 1.028.000,00 (Hum milhão e vinte e oito mil cruzados). No entanto em decorrência de créditos suplementares o referido valor foi alterado para Cz$ 8.890.100,00 (oito milhões oitocentos e noventa mil e cem cruzados).

Abaixo encontra-se discriminado o desempenho financeiro desta Secretaria, durante o ano de 1987.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	
Fixados inicialmente	1.028.000,00
Anulações	280.000,00
Créditos Suplementares	8.142.100,00
DESPESA AUTORIZADA FINAL	8.890.100,00
RECEITA NO EXERCÍCIO	
Liberação de Recursos no Exercício	4.082.518,00
DESPESAS	
Despesa Autorizada	8.890.100,00
Despesa Empenhada	7.349.893,00
Economia Orçamentária	1.540.206,50
Despesa Empenhada	7.349.893,00
Despesa Realizada	7.349.182,50
Restos a Pagar	710,75

As atividades desenvolvidas pela SEAB no ano findo encontram-se consubstanciadas nos seguintes itens:

1. Completa reestruturação na natureza e forma de atuação do antigo escritório da Representação em Brasília, que se tornou uma Secretaria de Estado;

2. Aumento considerável do número de contatos realizados, em todos os níveis, em função dos interesses do Estado;

3. Agilização na tramitação de recursos para o Estado e municípios e participação efetiva na liberação de todos os empréstimos concedidos ao Estado do Amazonas;

4. Intercâmbio de informações com as demais Representações de Estados e Territórios;

5. Apoio logístico prestado a visitantes procedentes do Estado, assim como obtenção de transporte pela FAB para pessoas carentes, de volta a Manaus;

6. Entrosamento harmonioso com as diversas Secretarias de Estado;

7. Levantamento de dados sócio-econômicos dos Municípios do Estado para composição dos arquivos de consulta;

8. Estreitamento de relações com setores atuantes dos diversos Ministérios;

9. Organização de arquivo contendo dados relevantes sobre os Ministérios, preferencialmente aqueles que dispõem de maiores fontes de recursos;

10. Utilização do ICOTI e, posteriormente, da SEPLAN/AM, para coordenação dos pleitos dos diversos Municípios;

11. Participação efetiva, com a presença de representantes de vários ministérios e de outros órgãos, de reuniões tratando de assuntos de interesse nacional e envolvendo o Estado do Amazonas;

12. Assinatura de Convênio com a FUCAPI, para informatização da Secretaria;

13. Apoio em todos os níveis à bancada do Amazonas;

14. Informações às Prefeituras do Estado, sobre as oportunidades existentes nos diversos Ministérios para obtenção de recursos destinados a obras em geral, bem como o procedimento para tal captação;

15. Atendimento, pela Coordenadoria de Comunicação Social, a universitários e Institutos de Pesquisa que solicitam desta Secretaria subsídios para elaboração de trabalhos sobre a Amazônia;

16. Preparação e estudos para criação de órgãos da Superintendência da Receita Federal em Manaus.

Para 1988, a Secretaria de Apoio do Governo do Estado em Brasília pretende dar continuidade aos trabalhos de reestruturação iniciados em 1987, também com a implantação do sistema de informatização dos controles e procedimento das atividades da SEAB e em observância às diretrizes e normas de procedimentos ditadas pelo Governador do Estado, executar a reestruturação do quadro de Assessores, dinamização do Setor da Coordenadoria de Comunicação Social e agilizar o rendimento dos diversos setores da SEAB utilizando equipamentos de alta tecnologia.

• COSAMA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS
COSAMA

RELATÓRIO/1987

Durante o desempenho de suas atividades a COSAMA, apesar das dificuldades enfrentadas, elevou seu percentual de atendimento no Estado de 81,18% em 1986 para 92,96% em 1987. No Município de Manaus, onde se concentra a maior parte dos habitantes, a Empresa atende cerca de 92.44% da população, o que representa um acréscimo de 10,36% em relação ao ano anterior. As ligações reais de água evoluiram de 175.947 para 186.837.

O investimento realizado no Programa de Abastecimento de Água e Esgoto para obras de ampliações e melhoria dos sistema foi da ordem de Cz$ 1.116.449.935,00 (Hum Bilhão, Cento e Dezesseis Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Trinta e Cinco Cruzados).

Uma das maiores preocupações no desenvolvimento deste programa consistia em garantir uma produção de água que permitisse a otimização de alguns setores da cidade que apresentavam deficiência no seu abastecimento. Setores como Petrópolis, Alvorada I, II, III, Campos Elísios, Ajuricaba, Santos Dumont, Duque de Caxias e Cidade Nova tiveram, se não na sua totalidade, mas substancialmente seus problemas de falta d'água solucionados.

No Interior do Estado foi a seguinte ação executiva da COSAMA.

ANAMÃ

- Aquisição e instalação de um grupo moto-bomba submerso.

ANORI

- Aquisição e instalação de 02 grupos moto-bomba submerso.

AUTAZES

- Implantação de cloração.

BARCELOS

- Perfuração de 03 poços tubulares
- Construção de Adutora em PVC (200 metros- 0 110mm)
- Assentamento de 500 metros de rede de distribuição (0 60 mm).

CAAPIRANGA

- Aquisição de material para perfuração de 1 poço tubular 0 8
- Implantação de um novo sistema de cadastro de usuário.

CODAJÁS

- Aquisição de material para perfuração de 03 poços tubulares
- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba submerso
- Implantação de um novo sistema de cadastro de usuário
- Início da perfuração de 02 poços tubulares.

IRANDUBA

- Implantação de cloração.

MANACAPURU

- Implantação de pré-cloração na estação central e implantação da cloração na ETA (do bairro liberdade) de 100 m^3/h.

MANAQUIRI

- Perfuração de 01 poço tubular
- Aquisição e instalação de 01 conjunto moto-bomba com todos os seus implementos eletromecânicos.

NOVO AIRÃO

- Aquisição de um grupo moto-bomba, centrífuga de eixo horizontal.

RIO PRETO DA EVA

- Recuperação do reservatório metálico elevado de 65m^3
- Recuperação das duas casas de bomba
- Assentamento de 500 m de rede de distribuição.

SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

- Aquisição de 01 grupo moto-bomba centrífuga, de eixo horizontal.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

- Construção de 01 Sub-estação abaixadora de tensão de 13.800/75 KVA/220 volts
- Aquisição e instalação de 01 conjunto moto-bomba, centrífuga, de eixo horizontal de 50 CV, com todos os seus implementos eletromecânicos.

ALVARÃES

- Implantação de um novo cadastro de usuário
- Aquisição de material para perfuração de 01 poço tubular (Vila Nogueira).

BOCA DO ACRE

- Recuperação de 02 ETA'S compactas com capacidade de tratar 50 m^3/h cada uma
- Aquisição e assentamento de 7.524 metros de rede de distribuição
- Recuperação do Reservatório semi-apoiado, de concreto de 300m^3.

COARI

- Construção de 01 estação rebaixadora de tensão de 13.800/440V/112,5 KVA
- Recuperação do flutuante metálico
- Implantação da cloração

- Recadastramento geral do sistema novo de usuário
- Aquisição e instalação de 02 grupos moto-bombas, centrífugas de eixo horizontal de 40 CV cada uma, no 2º recalque; com todos os seus implementos eletromecânicos
- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal de 100 CV cada uma, no 1º recalque com todos os seus implementos eletromecânicos.
- Aquisição e instalação de 1.080 metros de cabo elétrico de 0 150mm para a interligação de subestação à capacitação do flutuante, (mudança do grupo moto-bomba que funciona a diesel para o novo que funciona a energia elétrica).

FONTE BOA

- Aquisição de material para perfuração de 02 poços tubulares
- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba submerso.

JURUÁ

- Perfuração de 01 poço tubular
- Aquisição de um grupo moto-bomba submerso
- Aquisição de 2.200 metros de rede de distribuição.

LÁBREA

- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal
- Aquisição de 02 grupos moto-bomba submersos
- Construção de um flutuante sobre toras de madeira (apoio à Prefeitura Municipal de Lábrea)
- Início da implantação de captação flutuante.

MARAÃ

- Construção de 01 reservatório de concreto elevado de 100 m^3
- Aquisição e instalação de 02 conjuntos moto-bombas submersos

com todos os seus implementos eletromecânicos

- Recuperação de 02 e construção de 01 casa de bomba em alvenaria
- Aquisição e assentamento de 3.241 metros de rede de distribuição.

PAUINI

- Colocação da estação compacta de tratamento de àgua de 200m³/1 em operação.

TEFÉ

- Perfuração de 06 poços tubulares
- Aquisição de 08 grupos moto-bombas submersos
- Recuperação das 10 casas de bombas e do escritório.

NOVA OLINDA DO NORTE

- Perfuração de 02 poços tubulares
- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba submerso com todos os seus implementos eletromecânicos.

BORBA

- Aquisição e instalação de 01 grupo moto-bomba submerso
- Recadastramento dos usuários no sistema novo.

NOVO ARIPUANÃ

- Aquisição e instalação de 02 grupos moto-bombas submerso
- Recadastramento dos usuários no sistema novo.

URUCURITUBA

- Aquisição de 01 grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal.

BARREIRINHA

- Aquisição de 01 grupo moto-bomba submerso.

ITAPIRANGA

- Aquisição de 01 grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal.

SILVES

- Construção de 01 novo flutuante
- Implantação da cloração
- Recuperação da Estação de Tratamento de Água – ETA.

ATALAIA DO NORTE

- Recuperação das ETA's, casa de química, escritório e flutuante metálico
- Colocação em operação da subestação abaixadora de tensão, e de novo grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal
- Assentamento de 360 metros de rede de distribuição.

BENJAMIN CONSTANT

- Implantação da cloração
- Recuperação dos ETA's, flutuante metálico e escritório
- Colocação em operação da subestação abaixadora de tensão de 13.800/220 V/112,5 KVA.

TABATINGA

- Implantação de uma estação compacta de tratamento de água de $100m^3/1$ (no Igarapé do Marco)
- Recuperação da casa de química (do Igarapé do Marco)
- Recuperação da casa de química, casa do 2º recalque, casa de bomba (do Igarapé do Brilhante)

- Recuperação do escritório
- Aquisição de 01 camioneta C-10
- Implantação da cloração
- Construção de 01 nova casa de bomba sobre toras de madeira
- Construção de uma subestação abaixadora de tensão de 12,5 KVA
- Aquisição de 06 conjuntos moto-bombas com todos os seus implementos eletromecânicos e suas instalações
- Reabilitação da estação compacta de tratamento do Igarapé do Brilhante e do Marco
- Recuperação do reservatório metálico elevado de 65m^3 e do reservatório apoiado de concreto de 150m^3
- Construção de uma ponte de acesso em madeira à captação do Marco
- Construção de uma passarela em concreto às partes do sistema do Igarapé do Brilhante
- Construção de uma nova adutora de água bruta da estação do Marco
- Construção de 13.356 metros de rede de distribuição.

SÃO PAULO DE OLIVENÇA

- Recuperação do reservatório metálico elevado de 110m^3
- Construção de 01 nova casa de bomba na captação do Igarapé (apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença)
- Aquisição de 01 grupo moto-bomba centrífuga de eixo horizontal
- Recuperação do reservatório metálico elevado de 163m^3.

CARAUARI

- Perfuração de 05 poços tubulares
- Recuperação do reservatório metálico elevado de 163m^3
- Recuperação do escritório e de 05 casas de bombas
- Construção de 03 casas de bombas em alvenaria
- Aquisição e assentamento de 11.300 metros de rede de distribuição.

• Perfuração de um poço tubular.

A escassez de recursos financeiros no país levou a um contigenciamento de verbas do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento, que fez com que as autoridades do órgão central (BNH) revissem a política de inversão de recursos no setor, alertados pelos elevados índices de perdas apresentados pela grande maioria das Companhias de Saneamento. Tal postura levou a uma tomada de consciência nacional no âmbito dos agentes promotores do PLANASA, no sentido de desenvolver um sistema operacional, com o fito de reduzir substancialmente as perdas nos sistemas, adiando concomitantemente novas inversões em projetos e obras, bem como maximizar a eficiência técnico-administrativa dentro de um enfoque sistêmico, perseguindo uma minimização de custos operacionais em todos os níveis.

Assim, a COSAMA tem definido como prioritário o PECOPE – Programa Estadual de Controle Operacional e no exercício de 1987, apesar das dificuldades que atravessaram todos os setores produtivos do país, conseguiu obter alguns resultados que têm contribuído para a consecução dos objetivos.

Atividades realizadas por Projeto:

– Cadastramento de Consumidores.

• Recadastramento de 41.789 usuários do sistema de abastecimento de água e cadastramento no novo sistema de aproximadamente 70.000 novos usuários da cidade de Manaus.

– Cadastro de Redes de Distribuição

• Implementação do manual do cadastro técnico de rede de distribuição

• Revisão e atualização de 60% do cadastro da rede existente de Manaus, englobando 420 Km de rede

• Recadastramento de aproximadamente 26.000 metros de rede de distribuição na cidade de Manaus

• Cadastramento de 60% da rede existente, porém não cadastrada, compreendendo 240 Km de rede

• Cadastramento de aproximadamente 61.000 metros de rede de distribuição na cidade de Manaus.

– Micromedição

• Aquisição de 30.000 novos hidrômetros para ampliação da micromedição no SAA da cidade de Manaus

• Instalação de 5.000 novos hidrômetros em áreas selecionadas

• Recuperação de aproximadamente 10 mil e aferição de 15 mil hidrômetros na oficina de manutenção.

– Desenvolvimento da Manutenção e Reabilitação das Unidades Operacionais

• Aquisição de 07 válvulas para complexos de produção da Ponta do Ismael e do Mauazinho.

– Desenvolvimento da Operação

• Implantação do relatório gerencial de informações com indicadores de desempenho

• Treinamento de pessoal com vistas ao desenvolvimento do sistema

• Em tramitação a aquisição de equipamentos de informática

• Contratação de uma empresa de consultoria para apoiar diretamente todos os projetos da programação (PECOPE).

– Macromedição

• Aquisição de 15 medidores de vazão tipo diferencial de pressão, 10 secundários (indicadores, registradores e totalizadores) eletrônicos e recuperação/ adequação de 05 secundários Bristol existentes na empresa

• Elaboração do projeto executivo para instalação dos macromedidores

• Redução e Controle de Vazamento – SGM

• Aquisição de materiais e equipamentos para suporte ao SGM – Sistema Gerencial de Manutenção.

– Pilometria

• Aquisição de materiais e equipamentos

• Apoio sistemático à operação para fazer frente ao problema de falta d'água

• Apoio de campo para implantação da macromedição

• Pesquisas de vazamento invisíveis por geofogamento.

Com relação ao desenvolvimento empresarial, a COSAMA preocupou-se com os seguintes aspectos:

• Aproveitamento e desenvolvimento de recursos humanos fornecendo treinamento para 529 funcionários, atingindo aproximadamente 33% do pessoal da Companhia

• Elaboração e Aprovação do Regulamento de Pesssoal e o Plano de Cargos e Salários

• Iniciou-se o processo de otimização e atualização dos sistemas de Recursos Humanos

• Recuperação de quadras esportivas no Distrito da Castelhana

• Recuperação do prédio da Gerência de Transportes com reforma geral das instalações.

• Recuperação do edifício onde se instalará o Centro Médico da COSAMA

• Criação de Grupo Executivo de Trabalho, destinado a realização de obras de recuperação de prédios, instalações e infra-estrutura

• Elaboração de um Plano de Recuperação Econômico-Financeira da Empresa, para um horizonte de 05 anos com duas propostas básicas: obtenção do equilíbrio do fluxo financeiro a partir de 1988 e obtenção do equilíbrio econômico-financeiro a partir de 1989, de modo a tornar viável a execução de obras novas e melhoria da qualidade dos serviços.

Os objetivos para a administração da Companhia de Saneamento do Amazonas no exercício de 1988 são os seguintes:

– Otimizar e incrementar o Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Manaus de modo a torná-lo capaz de atender a 100% da população nos próximos 04 anos.

– Prosseguir as obras de primeira Etapa da Rede de Esgotos de Manaus com as respectivas Estações Elevatórias, integrando-se ao Sistema de Lançamento já construído, visando atender a 50% da população urbana até o ano de 1990.

– Ampliar, operar e manter os sistemas de Abastecimento de Água no interior do Estado, aumentando suas confiabilidades e adequando-os à demanda existente.

• CEAM

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS
C E A M

RELATÓRIO/1987

Considerando a importância da energia elétrica como instrumento imprescindível para o desenvolvimento e melhoria do padrão de vida da população do interior do Estado, a CEAM desenvolveu suas atividades em 1987 obtendo como resultado obras e serviços dos mais relevantes, contribuindo para a concretização das Diretrizes Governamentais.

Em 1987 a CEAM começou a construção da usina termoelétrica a lenha picada de Manacapuru, com recursos do BNDS, constituída de duas unidades geradoras de 6.000 Kw cada uma que, além de abastecer Manacapuru, suprirá ainda o Município de Iranduba.

Com estas realizações a CEAM começa a solidificar os projetos relacionados com a aplicação de fontes alternativas de energia elétrica, objetivando a substituição gradual do óleo diesel na operação de seu parque gerador.

Para o triênio 88/90 foi orçado um plano em valores atuais da ordem de US$ 270 milhões que prevê a elevação da potência instalada de 85.927 Km em torno de 117 por cento. O programa inclui a ampliação de 65 usinas, e a implantação de mais 07 em novas localidades (Cabori- Cametá-Axinin-Santa Rita do Weill-Terra Preta do Limão e Freguesia do Andirá), além do projeto de construção de 06 pequenas Centrais Hidrelétricas-PCH, duas das quais já definidas: São Gabriel da Cachoeira (1.400 Kw) e Apuí (2.000 Kw).

A Companhia Energética do Amazonas-CEAM, aumentará, assim, a sua atual rede urbana num percentual de 83% e a rede rural em 210%.

RESUMO DAS OBRAS REALIZADAS EM 1987

LOCALIDADE	POTÊNCIA (Kw)	REDE URBANA (Km)		REDE RURAL (Km)
		AT	BT	
PARINTINS		2,230	9,105	
ITACOATIARA	2x2.500=5000	0,140	5,760	
MANACAPURU				21,000
MAUÉS		0,410	0,510	
HUMAITÁ	1x600 = 600			
BENJAMIN CONSTANT	1x600 = 600			
TEFÉ		1,050	4.080	
MANICORÉ	1x600 = 600	1,175	1,435	
AUTAZES		6,720	22,900	0,340
CODAJÁS				
EIRUNEPÉ	2x600 =1200			
NOVA OLINDA DO NORTE		0,360	0,560	
LÁBREA	1x600 = 600			
SÃO PAULO DE OLIVENÇA				
SANTO ANTONIO DO IÇÁ		0,180	0,180	
TABATINGA		2,800	3,780	
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA			0,480	
STa. IZABEL DO R. NEGRO		2,840	7,130	
NOVO AIRÃO		0,210	0,610	
ENVIRA		2,870	1,610	
IAUARETÊ		0,610	0,595	
CASTANHO				21,000
RIO PRETO DA EVA				24,100
IRANDUBA	2x1.250=2500			12,500
APUÍ		0,100	0,100	
TOTAL	11.100	21,695	53,835	78,940

Durante o exercício de 1987 foram realizadas as seguintes obras nos diversos municípios:

PARINTINS

- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender os seguintes bairros: Souza Filho, Santa Rita de Cássia e diversos trechos da cidade;
- Instalação de uma subestação abaixadora de tensão de 30 KVA,. para atender a Rádio Clube de Parintins.

ITACOATIARA

- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão nas ruas 4 e 5 nos Bairros São Jorge de Lelé e no Bairro Jauari e instalação de iluminação pública na estrada Marcílio Dias;
- Aquisição, transporte e instalação de dois transformadores elétricos de alta tensão 4.160/2.800V x 13.800 V com potência nominal de 3.100 KVA;
- Construção e montagem de 20 subestações abaixadoras de tensão de 5 KVA, para atender consumidores rurais;
- Obras civis para a instalação de 02 unidades geradoras de 2.500 Kw, canaletas, bases dos grupos geradores, bases dos transformadores, ampliação da subestação, bases das cabines de comando.

MANACAPURU

- Melhorias na rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão das diversas ruas da sede do Município;
- Construção de 40 subestações abaixadoras de tensão monofásicas nas potências de 5,10 e 15 KVA, de acordo com o convênio firmado entre o Ministério de Irrigação e a CEAM, com a finalidade de capacitar técnicos em agricultura irrigada e implantar infra-estrutura coletiva como incentivo à irrigação privada;
- Construção de 21 Km de rede de eletrificação rural visando ao suprimento de energia elétrica da Costa do Arapapá, encontrando-se concluidos 5 Km de rede no sentido Jandira/Porto Cavalcante;
- Construção e montagem de 68 subestações abaixadoras de tensão de 5 KVA para atender consumidores rurais, já estando concluidas 29 unidades.

MAUÉS

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o bairro Stº Antonio dos Moraes, no Município de Maués.

HUMAITÁ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão e construção de uma subestação abaixadora de tensão de 45 KVA 13,800/220-127 V, 60 Hz, com a finalidade de atender a Escola Agrícola na BR-319 Km 07 no Município de Humaitá-Am;

• Ampliação da casa de força para interligação de 01 grupo gerador Villares de 600 Kw e equipamentos auxiliares;

• Construção de bases para o Motor Villares e concretagem de camada superior de 4 cm (Grout) para manter o nivelamento.

BENJAMIN CONSTANT

• Construção de base e canaletas para a instalação de 01 (um) grupo gerador Villares de 600 Kw e equipamentos auxiliares;

• Concretagem da camada superior de 4 cm (Grout), para manter o nivelamento do grupo gerador.

TEFÉ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender os novos consumidores do bairro Fonte Boa.

MANICORÉ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, para atender novos consumidores nas ruas D. Pedro II, da Embratel e Rua José Lourenço;

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a fábrica de gelo situada na Rua Barão do Rio Branco;

• Construção de base e canaletas para instalação de 01 grupo gerador Villares de 600 Kw e equipamentos auxiliares;

• Chumbamento do grupo gerador de 600 Kw;

• Concretagem da Camada Superior de 4 cm (Grout) para manter o nivelamento do grupo gerador Villares/600 Kw.

AUTAZES

- Reforma geral e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica de alta e baixa tensão;
- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão na estrada do Rosarinho.

CODAJÁS

- Instalação e montagem de uma subestação abaixadora de tensão de 112,5 KVA, para atender as instalações da serraria Raimundo R. Fragoso Ltda..

EIRUNEPÉ

- Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão para atender o Bêco Novo e o Bêco da Glória;
- Construção de base para instalação de 02 grupos geradores Villares de 600 Kw e equipamentos auxiliares, além da concretagem da camada superior de 4 cm (Grout) para manter o nivelamento destes geradores;
- Construção de duas bases para tanque de óleo diesel com capacidade para 50m^3.

NOVA OLINDA DO NORTE

- Ampliação da rede de distribuição da energia elétrica em alta e baixa tensão, para atender novos consumidores na Rua 13 de Maio;
- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o IPASEA.

BARCELOS

- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender uma escola municipal em Barcelos.

LÁBREA

- Construção e montagem de 30 subestações abaixadoras de tensão de 5 KVA, para atender consumidores rurais. Encontram-se já concluidas 23 unidades;

• Construção de bases e canaletas para instalação de 01 grupo gerador Villares de 600 Kw e equipamentos auxiliares;

• Ampliação da subestação elevadora de tensão, para instalação de 01 transformador de 750 KVA;

• Concretagem da camada superior de 4 cm (Grout), para manter nivelamento do grupo gerador Villares de 600 Kw.

SÃO PAULO DE OLIVENÇA

• Instalação e montagem de uma subestação abaixadora de tensão de 75 KVA, para atender as instalações da unidade mista da Fundação SESP.

SANTO ANTONIO DO IÇÁ

• Construção e montagem de 01 estação abaixadora de tensão de 45 KVA, com extensão de rede de distribuição de energia elétrica de alta tensão, para atender a fábrica de gelo da Prefeitura de Santo Antonio do Içá.

BOCA DO ACRE

• Rede de distribuição – Travessia sobre o Rio Purus.

VILA SÃO PAULO

• Execução dos serviços de implantação de 02 torres metálicas para a travessia da área sobre o Rio Purus para o fornecimento de energia elétrica à Vila São Paulo, Município de Boca do Acre.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na Rua 31 de março e Bêco Queiros Galvão;

• Instalação e montagem de uma subestação abaixadora de tensão de 75 KVA, para atender as instalações da COSAMA;

• Construção da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender um conjunto de casas na sede municipal.

ITAPIRANGA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão, para atender um posto de gasolina na estrada da várzea, localizada a 1,5 Km de Itapiranga.

TABATINGA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, para atender a comunidade de Umariaçu.

NOVO ARIPUANÃ

• Construção de uma base, instalação e interligação de tanque de óleo diesel com capacidade para 50m^3.

SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

• Reforma geral e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, para atender a olaria da Prefeitura Municipal e novos consumidores em ruas recentemente abertas;

• Construção de uma base, instalação e interligação de tanque para óleo diesel com capacidade para 50m^3.

NOVO AIRÃO

• Ampliação de rede de energia elétrica em alta e baixa tensão e instalação de um transformador de distribuição trifásico de 30 KVA, para atender a praça municipal.

IPIXUNA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão e instalação de 01 transformador de 30 KVA para atender a indústria de cerâmica da Prefeitura;

• Construção de uma base, instalação e interligação de tanque de óleo diesel com capacidade de 50m^3.

ENVIRA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o Bairro Novo e construção de uma subestação abaixadora de tensão de 45 KVA, 13.800/220-127V, 60 Hz, para atender a Olaria S. Francisco de propriedade da Prefeitura Municipal;

• Construção de uma base, instalação e interligação de tanque de óleo Diesel com capacidade para 50m^3.

MARAÃ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a novos consumidores.

TAPAUÁ

• Construção de 01 base, instalação e interligação do tanque de óleo diesel com capacidade para 50m^3.

IAUARETÊ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o Comando Militar da Amazônia (Pelotão de Fronteira) em Iauaretê.

CASTANHO

• Construção de 37 Km de eletrificação rural no sentido Castanho/Porto da Balsa.

RIO PRETO DA EVA

• Construção de 09 Km de linha de distribuição padrão rural de acordo com o convênio firmado entre o Ministério da Irrigação e a CEAM, visando ao suprimento de energia elétrica da comunidade de Nova Jerusalém;

• Construção e montagem de 80 subestações abaixadoras de tensão de 5 KVA, para atender consumidores rurais estando já concluidas 62 unidades;

• Construção e montagem de 20 subestações abaixadoras monofásicas padrão rural nas potências 5,10 e 15 KVA, com finalidade de capacitar técnicos em agricultura irrigada e implantar infra-estrutura coletiva com incentivo à irrigação privada. Construção de 9,99 Km de rede de eletrificação rural monofásica visando ao suprimento de energia elétrica da Estrada Procópio. Finalmente, a Construção de 5,11 Km de rede de eletrificação rural monofásica, visando ao suprimento de energia elétrica da Estrada do Baixo Rio Preto. Todas estas atividades foram desenvolvidas de acordo com os convênios firmados entre o Ministério da Irrigação e a CEAM.

BOA VISTA DO RAMOS

• Instalação e montagem de uma subestação abaixadora de tensão de 125,5 KVA para atender as instalações de uma serraria neste Município.

IRANDUBA

- Construção de uma subestação elevadora de tensão (3.800/13.800V), com a instalação de 02 transformadores de 30 1.500 KVA, 02 disjuntores de linha e 01 transformador de serviço de 45 KVA;
- Construção de 12,5 Km de linha de distribuição padrão rural;
- Construção e montagem de uma subestação abaixadora de tensão trifásica de 15 KVA, para atender a Associação da comunidade de Iranduba;
- Construção da casa de força em madeira (313.23m^2), 02 bases de concreto armado (59,48m^2), canaletas, pisos e bases de equipamentos auxiliares para a instalação de 02 grupos geradores ALCO de 1,250 Kw;
- Serviços de terraplenagem e construção de 02 muros de arrimo, demolição do escritório em madeira, construção de poço tubular e de sistema distribuidor de água com instalação de tanque armazenador;
- Chumbação e montagem dos grupos geradores ALCO, equipamentos auxiliares, confecção de tampas de canaletas, sistemas de distribuição de água e óleo.

APUÍ

- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica de alta e baixa tensão, para atender a Companhia Brasileira de Armazenamento CIBRAZEN, no Município de Apuí-Am;
- Construção de uma base, instalação e interligação de tanque de óleo com capacidade para 50m^3.

ITAPEAÇU

- Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão para atender a quadra de esportes, a delegacia de polícia e a escola de primeiro grau Margarida Janeth, na localidade de Itapeaçu, município de Urucurituba.

SACAMBU E CAMETÁ

- Construção da usina (79,05m^3), escritório/alojamento (54,60m^2), almoxarifado (46,75m^2), urbanização do terreno (10.000m^2) e reservatório para água, tanque para óleo Diesel (20m^3), móveis e utensílios;
- Construção da subestação elevadora com 02 transformadores de 150 KVA e um transformador de serviço de 15 KVA, aquisição de 02 grupos geradores de 144 KVA.

CABORY

- Construção da usina (79,05m^2), escritório/alojamento (54,60m^2), almoxarifado (46,75m^2), urbanização do terreno (10.000m^2), reservatório para água e tanque para óleo diesel (20m^3);
- Construção de subestação elevadora de tensão com 02 transformadores de 150 KVA e um transformador de serviço de 15 KVA;
- Aquisição de 02 grupos geradores de 240 KVA.

No Bairro do Japiim, foi realizada a construção de um galpão com 288m^2 de área destinada ao abrigo de materiais do Almoxarifado Central de Manaus.

A CEAM pretende para o exercício de 1988 realizar atividades em todos os Municípios do Estado do Amazonas referentes a rede de distribuição e geração de energia nas áreas Rural e Urbana, com serviços de ampliação, construção, reforma, adaptação, urbanização, instalação e implantação, contribuindo de forma efetiva para a melhoria do padrão de vida da população através da promoção da infra-estrutura necessária à fixação nos seus locais de origem.

• IPASEA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS
IPASEA

RELATÓRIO/1987

Durante o ano de 1987 o IPASEA dirigiu suas ações para o resgate de uma grande dívida com o setor de previdência.

Para isso tomaram-se as seguintes medidas; determinação de que os pensionistas não mais descontariam para a previdência 4% de suas pensões; inclusão dos pensionistas na percepção do abono natalino; decisão tomada pelo Governador do Estado de que, a partir de janeiro de 1988, o valor da menor pensão paga pelo IPASEA fosse de Cz$ 4.000,00.

O Sistema Imobiliário do IPASEA, criado em 1981 com o objetivo de, em extensão aos benefícios na área de saúde e previdência que vêm sendo concedidos pelo Instituto, acrescentar o da consecução da casa própria, que hoje conta com aproximadamente 2.500 unidades produzidas, comercializadas e gerenciadas por este Sistema. A meta para 1988 é a construção de 4.000 unidades habitacionais: metade a ser executada na capital e metade no interior do Estado.

I P A S E A

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

EMPREENDIMENTO	MUNDO NOVO	NOVA REPUB.II	ITAMARATY	JARDIM VERSALES	VISTA ALEGRE
CONSTRUTORA	SIGMA PLANECON	CASTOR	ENGECENTER	MAC	MODULAR JAÚ
LOCALIZAÇÃO	ESTRADA DE ACESSO À CIDADE NOVA	AV. BURITI D. INDUSTRIAL	ESTRADA DE ACESS. CONJ. MANOA	ESTRADA DOS FRANCESES B. DO PLANALTO	AV. DOMINGOS JORGE VELHO - D. PEDRO II
Nº DE UNIDADES	417 CASA TIPO 2Q	621 CASA TIPO 2Q	225 CASAS TIPO 2Q	251 CASAS TIPO 2Q	408 APTº - 2Q 180 CASA - 2Q
CUSTO GLOBAL EST. (OTN)	841.600	1.234.400	509.500	497.500	1.152.500
CUSTO MÉDIO EST. P/UNID. (OTN)	2.018	1.988	2.265	1.982	1.960
ÁREAS DAS UNIDADES	50,00 m²	53,23 m²	50,31 m²	46,80 m²	47,00 m² - APTº 40,00 m² - CASA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA	005/86	008/86	003/86	004/86	006/86
PRAZO DE EXECUÇÃO	390 DIAS	360 DIAS	400 DIAS	300 DIAS	450 DIAS
POS. DO PROJETO	EM COSTRUÇÃO INÍCIO SET/87	EM CONSTRUÇÃO INÍCIO OUT/87	EM ANÁLISE NA C. E. F.	EM ANÁLISE NA C. E. F.	EM ANÁLISE NO IPASEA

OBS: 1 - O Programa Nova República I com 995 unidade, licitado em 1985, encontra-se em fase de reformulação, para atender as Normas da C. E. F.

2 - Encontra-se ainda em fase de Projeto cerca de 1.000 unidades

PROGRAMAS HABITACIONAIS			
LOCALIDADE	P R O J E T O	UNIDADES	POSIÇÃO ATUAL
Maués	Pedro Manoel de Oliveira 1ª Etapa	130	Concluídas,em fase de comercialização prevista para o início de dez/87.
Maués	Pedro Manoel de Oliveira 2ª Etapa	70	Em fase de conclusão
Itacoatiara	Novo Horizonte	200	Em fase de construção. Comercialização prevista para fevereiro/88.
Parintins	Projeto Macurany	171	Em fase de conclusão, comercialização prevista para dez/87.
Manicoré	Newton Cabral de Azevedo	130	Em obras com previsão de entrega para julho/88.
Humaitá	Parque das Mangabeiras	120	Projeto em análise na Caixa Econômica Federal
Parintins	João Novo (Expansão do Conj.MACURANY	206	Já licitado e homologado no dia 06 de Outubro de 1987. Firma vencedora Planejamento, Empreendimento Ltda - PLANECON e já se encontra na Caixa Econômica p/Análise.
Coarí	Naide Lins de Albuquerque	216	Já licitado, firma vencedora Planejamento, Empreendimento Ltda.
Tefé	Parque Castanheiras	139	Idem, Idem
Manacapurú	Senador Fábio Lucena	140	Idem, C.C.I. - Construção Comércio e Indústria Ltda

• SHAM

SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS
SHAM

RELATÓRIO/1987

A Sociedade de Habitação do Amazonas – SHAM, em que pese a atual crise que assola o País, com o apoio do nosso maior mandatório, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e o empenho do Governo Estadual, desenvolver trabalho eficiente e eficaz na consecução do principal objetivo de proporcionar aos menos aquinhoados a posse da casa própria.

Em forma simples e objetiva vão aqui relatados os principais pontos que julgamos indispensáveis, e algumas atividades internas que vieram contribuir para atingirmos nossos objetivos e as metas futuras, algumas já em execução no exercício de 1988.

1. PROJETOS CONCLUÍDOS

1.1. PROJETO CIDADE NOVA 4ª ETAPA NÚCLEO 16

O projeto da Cidade Nova – 4ª Etapa, iniciado em 02 de janeiro de 1986, previa a execução de 994 (novecentas e noventa e quatro) unidades habitacionais, além de toda a infra-estrutura necessária às condições de habitabilidade.

Visando equacionar o déficit habitacional em nossa cidade, esta Sociedade de Habitação pleiteou, junto à Caixa Econômica Federal, a execução de mais 221 unidades habitacionais, o que foi plenamente aprovado. Em 02 de janeiro de 1987 deu-se o início à execução das unidades pedidas, todas do tipo AM 9 I 1/31, denominada esta etapa de Núcleo 16 III, aumentando de 994 para 1.215 o número de unidades da Cidade Nova – 4ª Etapa.

Em 11.12.87 foram concluídas as obras da 4ª Etapa, composta de 1.215 unidades habitacionais (AM 9 I 1/31= 719 e AM 10 I 2/40 = 496), além de todo o sistema de infra-estrutura constando de sistema viário, abastecimento de água, sistema público de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e rede elétrica e equipamento comunitário, constituído de um grupo escolar de 10 salas de aula.

As unidades habitacionais foram entregues aos mutuários a partir do dia 09 de dezembro de 1987.

1.2. PROJETO RENATO SOUZA PINTO

Iniciado em 01 de setembro de 1986, o Projeto Habitacional Renato Souza Pinto situa-se ao norte do Projeto Cidade Nova e conta com 500 unidades habitacionais do tipo AM 10 2/40, sistema viário composto de 10 vias secundárias e 1 via principal, todas com pavimentação e drenagem pluvial, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e equipamento comunitário composto de 01 grupo escolar com 10 salas de aula.

Em 11 de dezembro de 1987, os serviços do Projeto foram concluídos e entregues a esta Sociedade de Habitação, para que fosse providenciada a transferência aos mutuários, o que ocorrerá no início do mês de março de 1988, atendendo a uma população da ordem de 2.500 pessoas carentes.

1.3. PROJETO LÍRIO DO VALE

As obras do Projeto Lírio do Vale, iniciadas em 01 de setembro de 1986, compostas de terraplenagem, pavimentação, drenagem e rede de energia elétrica, foram concluídas e entregues em 31 de agosto de 1987.

Além das obras citadas, foram efetuados serviços de cadastramento e comercialização dos lotes ali existentes.

2. PROJETOS EM EXECUÇÃO

2.1. PROJETO PROMORAR ALVORADA

Dotada de larga experiência adquirida na execução dos Projetos Promorar Coroado e Compensa e, em atendimento aos anseios de uma população aproximada de 100.000 (20.000 famílias) residentes nos bairros de Alvorada I, II e III, esta Sociedade de Habitação iniciou, em 02 de maio de 1987, a execução do Projeto Promorar Alvorada, que

visa erradicar as condições de sub-normalidade habitacional em que vive aquela população.

A área de atuação do Projeto encontra-se situada a noroeste do centro da cidade, possuindo uma superfície de 504 hectares e justifica-se por suas características que não diferem dos demais aglomerados urbanos, invasões de terras, sub-habitações, insuficiência de equipamentos comunitários, falta de urbanização e saneamento, além de um alto índice populacional por residência, isto tudo gerando um clima de insatisfação social muito grande na população ali residente.

Os serviços, em fase de execução e a serem executados, compreendem:

* Terraplenagem, pavimentação e obras complementares-Alvorada I, II, III e Área de Expansão;

* Drenagem-Alvorada I, II, III e Área de Expansão;

* Rede de abastecimento de água – Área de Expansão;

* Rede de energia elétrica – Área de Expansão;

* Sistema de esgoto sanitário (fossa e sumidouro) – Área de Expansão;

* Equipamentos comunitários – Alvorada I, II, III e Área de Expansão:
  - 04 Escolas de 08 salas
  - 04 Creches
  - 03 Postos médicos
  - 02 Postos policiais
  - 02 Feiras cobertas
  - 02 Galpões comunitários.

* 1.119 lotes totalmente urbanizados na Área de Expansão.

Até a presente data, foram executados 75% dos serviços de infra-estrutura e urbanização e entregues 32 ruas totalmente urbanizadas.

2.2. PROJETO HABITACIONAL RIBEIRO JÚNIOR

O Projeto Habitacional Ribeiro Júnior, localiza-se ao norte do Projeto Cidade Nova, possuindo uma área de 244.848,00 m² e, quando concluído, beneficiará uma população de ordem de 2.410 pessoas. Possui um sistema viário composto de 16 vias secundárias e 01 via principal, sistema de abastecimento de água potável, sistema de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica, equipamento comunitário composto por 01 escola com 10 salas de aula, 482 unidades habitacionais do tipo AM 10 I 2/40, com sala, cozinha, banheiro e 02 quartos. As funções urbanas do Projeto encontram-se assim distribuidas:

* Residencial	–	120.550,00 m²
* Circulação	–	62.235,80 m²
* Institucional	–	12.000,00 m²
* Comercial	–	6.445,00 m²
* Verde e lazer	–	27.074,60 m²
* Non Aedificandi	–	16.543,00 m²

Em 02 de setembro de 1987 foram iniciados os serviços de infra-estrutura e, em 01 de outubro de 1987, os serviços de habitação. Até a presente data foram executados 28,60% dos serviços de infra-estrutura e 26,75% dos serviços de habitação. A conclusão do Projeto está prevista para agosto de 1988.

2.3. PROJETO INTEGRADO COLÔNIA JAPONESA

Em 01 de agosto de 1987, esta Sociedade de Habitação, através da firma Tecnosolo, iniciou a elaboração do Projeto abrangendo plano urbanístico básico, anteprojetos de urbanização, viabilidade sócio-econômica e montagem financeira, destinado a execução do Projeto habitacional Integrado no terreno denominado Estrada da Colônia Japonesa, com área de 1.442.336,00 m². Este Projeto objetiva a análise de alternativas de ocupação da área.

O projeto deverá ser concluído nos primeiros meses de 1988, quando, então, será decidida qual a melhor maneira de ocupação da área.

2.4. PROJETO PROMORAR COMPENSA

Durante o ano de 1987 não houve execução de obras no Projeto Promorar Compensa, em virtude de não ter sido aprovado, pela Caixa Econômica Federal, a 3ª Fase do Projeto. Foram realizados serviços de remoção dos moradores de áreas insalubres para a Área de Expansão, composta de 364 lotes urbanizados e 53 unidades habitacionais de madeira, tipo 02 (salas, 02 quartos, banheiro) e cadastramento e comercialização dos respectivos lotes e unidades habitacionais.

Confiamos que, no decorrer de 1988, seja aprovado a 3ª Fase do Projeto, ora em tramitação junto a Caixa Econômica Federal.

PROJETOS - DESEMBOLSOS	VALOR-BRUTO	VALOR OBRAS	CAPO-PLANJ-TER	TX ADM CEF	PAGO EMPREITEIROS	PRODEC	PAGO PROJ.E ASSESSORIA TÉCNICA.
CIDADE NOVA INFRA-ESTRUTURA	101.744.148,15	99.269.073,80	440.191,41	2.034.882,94	99.269.013,69	-	-
CID.NOVA HAB. FASE 1	32.900.859,16	32.140.764,99	102.077,00	658.017,17	32.140.764,99	-	-
CID.NOVA HAB. FASE 2	95.904.869,91	93.447.783,42	538.989,07	1.918.097,42	93.447.783,42	-	-
CID.NOVA HABITAÇÃO 3	58.716.613,52	57.242.061,53	300.219,68	1.174.332,31	57.242.061,53	-	-
RENATO SOUZA PINTO-HABITAÇÃO 1º ETAPA	59.679.986,80	58.003.676,47	482.710,60	1.193.599,73	56.003.676,47	-	-
RENATO INFRA-ESTRUTURA 1º ETAPA	55.048.251,83	53.179.690,63	767.596,17	1.100.965,03	53.179.690,63	-	-
COMPENSA 1º ETAPA	3.136.462,65	2.985.671,19	119.426,65	31.364,61	3.136.462,65	-	-
ALVORADA	1.138.737.850,43	1.080.300.959,62	42.123.777,39	11.387.379,46	1.080.300.959,62	4.925.733,96	48.265.743,08
LÍRIO DO VALE	36.874.079,43	35.101.287,22	1.404.051,46	368.740,75	35.101.287,22	-	-
RIBEIRO JÚNIOR - INFRA	50.561.484,38	46.339.091,16	2.871.763,56	1.011.229,69	46.339.091,16	330.399,97	-
RIBEIRO JÚNIOR -HABITAÇÃO	35.540.590,59	30.810.171,09	3.790.710,70	710.811,80	30.810.171,09	228.897,00	1.018.199,90
LOTEAMENTO BELÉM	7.353.864,97	7.206.787,67	-	147.077,30	7.206.787,67	-	-
RENATO SOUZA PINTO 2º ETAPA	-	-	-	-	-	-	4.500.000,00
TOTAL	1.676.199.061,82	1.596.027.018,79	52.941.513,69	21.736.498,21	1.594.177.750,14	5.494.030,93	53.783.942,98

3. PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES E ÍNDICE DE INADIPLÊNCIA

No ano de 1987, apesar das dificuldades apresentadas, em função da significativa elevação nos preços das prestações, não se identificaram maiores problemas relativos ao aumento nos atrasos do pagamento das prestações.

O índice de inadiplência se manteve quase idêntico ao do ano anterior. Em 1986 este índice foi da ordem de 16% e, em 1987, situou-se na faixa de 17%.

Este fato é considerado favorável e a redução de inadiplência é meta básica da Diretoria imobiliária, que vem envidando todos os esforços para atingir esse objetivo. No ano de 1987 foi intensificado o sistema de cobrança através de correspondências aos mutuários que atingem três meses de atraso.

Esse sistema tem proporcionado bons resultados, evitando-se que o índice de inadiplência atinja níveis mais elevados.

4. SORTEIO DE UNIDADES HABITACIONAIS

No ano de 1987 foram sorteadas 1.715 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Cidade Nova – Núcleo 16 e Renato Souza Pinto.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governador do Estado, os sorteios foram realizados, inicialmente, em praça pública e depois através da Televisão Educativa do Amazonas, objetivando dar garantia à população da forma séria e da lisura que esta Sociedade de Habitação está imbuída na realização desses sorteios.

As 1.215 unidades do Conjunto Cidade Nova – Núcleo 16 foram sorteadas em duas etapas. Após o primeiro sorteio, foi realizada uma pesquisa junto aos sorteados, sendo desclassificadas 728 pessoas, em decorrência de não atenderem os pré-requisitos básicos para contratação, ou seja: Possuiam imóvel e Renda familiar mínima.

Novo sorteio foi efetuado para atingir essas unidades. Posteriormente, realizou-se o sorteio de 500 unidades do Conjunto Renato Souza Pinto.

Dentro dessa atividade, merece destaque a pesquisa que é efetuada para verificar se o sorteado está habilitado a receber o imóvel. Trata-se de um completo levantamento sócio-econômico que analisa as condições da família, renda familiar, propriedade de outros imóveis.

O objetivo deste levantamento é evitar injustiças permitindo a aquisição de um imóvel por quem já o possui. Por outro lado é uma forma de avaliar a capacidade de pagamento do mutuário.

Esta pesquisa é realizada pelo corpo de Assistentes Sociais lotado na Diretoria Imobiliária.

5. PREPARAÇÃO DE NOVOS MUTUÁRIOS

Faz parte do programa de atenção aos mutuários o fornecimento de informações acerca da operacionalização do Sistema Financeiro, interpretação das Cláusulas Contratuais, ressaltando os deveres e direitos, esclarecimentos a respeito da composição de Encargos Mensais, além de informações sobre a vida em comunidade, formação de associação, relacionamento com mutuários vizinhos. Este conjunto de informações é fornecido através de palestras que antecedem a entrega das unidades habitacionais.

6. NOVAS CONTRATAÇÕES

No exercício de 1987 foram efetuadas 2.330 contratações de unidades habitacionais, lotes urbanizados e terrenos que serão discriminados a seguir:

6.1. Conjunto Cidade Nova – Núcleo 16

- Contratos firmados – 1.215

6.2. Conjunto Renato Souza Pinto

- Contratos firmados – 500

6.3. Projeto Promorar Compensa

- Lotes urbanizados
  Contratados 417
  A Contratar 11.583

6.4 Terrenos diversos comercializados

- Terrenos vendidos – 168
- Total da venda de terrenos
  Cz$ 8.472 862,66

7. SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Com objetivo de modernizar as atividades da Diretoria Imobiliária e passar a prestar melhores serviços aos mutuários, esta Sociedade de Habitação adquiriu, através do PRODAM, um sistema de processamento de dados voltado ao GESTIONAMENTO FINANCEIRO e que foi totalmente implantado no início do ano de 1988. O sistema tem proporcionado numerosos benefícios na atuação da Diretoria Imobiliária, com maior eficiência nos controles financeiros, emissão de carnês, controle de inadiplência, atualização cadastral.

8. SEGURO

Vem sendo efetuado um levantamento de todos os créditos desta Sociedade de Habitação perante a Seguradora para verificar a correção de averbação, uma vez que o seguro habitacional é um importante benefício ao mutuário.

RETORNO 1987	
Retorno a CEF	39.184.837,70
Retorno ao BES (Cessão de Crédito)	12.085.446,04
T O T A L	51.270.283,74

RECEBIMENTOS 1987	
Arrecadação de Mutuários	35.114.400,00
Liquidações Antecipadas	6.263.673,00
N.P. de Terrenos	24.190.522,00
Taxas	4.546.731,00
Juros de Mora	2.086.010,00
SUB-TOTAL	72.201.336,00
Devolução CEF-Contrato Compensa	6.253.414,02
T O T A L	78.454.750,02

9. BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A situação do espaço físico da SHAM é caótica, não havendo condições de melhoria, pois o prédio não atende as necessidades da empresa.

Foram adquiridos, durante o ano de 1987, materiais permanentes na ordem de Cz$ 559.225,65 atendendo, assim, da melhor maneira possível, as necessidades desta Sociedade de Habitação.

Nenhum veículo foi adquirido, embora seja uma necessidade premente fazê-lo, devido a frota possuir veículos com data de 1980, o que justificou os gastos efetuados em manutenção de veículos, em número de 16, da ordem de Cz$ 1.418.386,36.

10. METAS PARA 1988

1. Execução do Projeto Habitacional Cidade Nova – 5ª Etapa, composto de 1.200 unidades habitacionais, sendo 600 do tipo AM 9 I 1/31 e 600 do tipo AM 10 I 2/40, sistema viário, sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário público, energia elétrica e equipamento comunitário, com 1 escola de 10 salas de aula;
2. Execução do Projeto Habitacional Jardim Canaranas, composto de 500 unidades habitacionais do tipo AM 10 I 2'40, sistema viário, sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário público, energia elétrica e equipamento comunitário, com 1 escola com 10 salas de aula, 1 creche comunitária, 1 galpão comunitário e uma praça comunitária;
3. Execução do Projeto Habitacional Renato Souza Pinto – 2ª Etapa, composto de 412 unidades, sistema viário, sistema de abastecimento de água, esgotamento público e energia elétrica;
4. Execução do Projeto Habitacional Deputado Augusto Montenegro, composto de 499 unidades do tipo AM 10 I 2/40, sistema viário, sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e equipamento comunitário composto de 1 escola de 10 salas de aula;
5. Aprovação e execução do Projeto Sérgio Montenegro, composto de 1.000 lotes urbanizados;

6. Aprovação e execução do Projeto Promorar Compensa – 3ª fase composto de serviços de infra-estrutura básica;
7. Conclusão do Projeto Promorar Alvorada (Área de Expansão), composto de 1.119 lotes urbanizados, que beneficiará uma população da ordem de 5.595 pessoas carentes;
8. Treinamento para servidores em todos os níveis;
9. Continuar com a política salarial adotada em 1987;
10. Dar sequência ao atendimento à refeição do servidor;
11. Implantar nova Estrutura Organizacional na Empresa;
12. Reorganizar o arquivo geral;
13. Melhorar as instalações da Empresa.

● PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO/1987

No desempenho da missão, a si atribuída pelos mandamentos legais, de promover o equilíbrio social mediante a vigilância da precisa aplicação da lei pelos Tribunais e pela Administração, impedindo, dessa forma lesões a direitos individuais e garantindo a defesa do interesse social e da comunidade, o Ministério Público do Estado vem exercendo atividade intensa, ampla e profícua em toda a área territorial, através das Procuradorias e Promotorias de Justiça, Curadorias Especiais, bem como da Procuradoria Geral de Justiça.

Para incrementar a atuação de tão importante setor, incumbido de velar pelo fiel cumprimento da Lei, o Governo do Estado e a Administração atual do Ministério Público tomaram importante e inadiáveis medidas, entre as quais ressaltam;

01. Ampliação do Quadro do Ministério Público através da Lei nº 1.812, de 26 de novembro de 1987, oriunda de Mensagem Governamental, permitindo ação imediata onde e quando criada uma Comarca em Vara, na órbita do Poder Judiciário, pela instalação imediata da respectiva Promotoria, além das já criadas em todas as comunas instaladas no interior do Estado;

02. Melhoria de retribuição ao Ministério Público, reconhecendo o adicional progressivo com base no tempo de serviço e ampliação do auxílio-moradia como incentivo aos Promotores localizados no interior do Estado;

03. Abertura do Concurso Público para preenchimento dos cargos iniciais vagos na carreira de Promotor de Justiça;

04. Implementação de estágios dirigidos aos Promotores de Justiça recém-concursados, enquanto aguardavam a definição de vagas para a nomeação;

05. Intensificação da ação do Ministério Público nas Áreas Civil e Criminal;

06. Realização de reuniões técnicas para fixar orientação sobre as atividades e para definir uma ação polítlco-institucional no interior, incluindo a obtenção de idéias e contribuições dos Promotores de Justiça da capital e do interior no sentido de melhorar o desempenho na área de Tóxico, Acidente de Trânsito e Menores, de urgência exigida;

07. Criação, através da Portaria nº 245/87, do regime de plantão permanente nos horários vespertino e noturno, nos finais de semana e feriados, ensejando atuação mais efetiva junto às Delegacias, Distritos e Postos Policiais, funcionando também nas Varas Cíveis, Criminais e de Execuções;

08. Criação das Curadorias de Defesa Social, para atender aos interesses das comunidades carentes, ante o necessário apoio social decorrente da edição de Lei 1.812, de 26.11.87, ampliando sua área de ação no campo da defesa do consumidor, defesa do meio-ambiente e abuso de poder econômico;

09. Reforma, em andamento satisfatório, da sede da Procuradoria Geral, com acréscimo de espaço correspondente a 05 salas onde serão abrigados, entre outros setores, a Assessoria Jurídica Superior, a sala de Reuniões do Colégio de Procuradores e Conselho Superior, a Assessoria de Comunicação Social – criada para promover um mais ágil relacionamento e a divulgação dos trabalhos realizados, e ainda o setor de Estatística e Informática – SEI – destinado à coleta e tratamento de dados arrecadados nos setores Civil e Criminal em todas as Instâncias, e ao controle sobre as ocorrências policiais originárias de inquéritos ou processos criminais, evitando a sua evasão;

10. Aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos indispensáveis ao bom funcionamento dos setores recém-implementados, como também de uma "secretária eletrônica" para o setor de Estatística e Informática, a qual deverá funcionar 24 horas ininterruptas, mesmo aos sábados e domingos, acoplada ao telefone 233-0506,

de uso exclusivo da SEI, permitindo o processamento de todos os dados anteriormente fornecidos através dos relatórios mensais até que se instale o REPARTE, idéia a ser desenvolvida para dinamizar a ação do Ministério Público em todo Estado, com resposta imediata;

11. Expansão do acervo da Biblioteca, mediante aquisição de obras no valor total de Cz$ 350.000,00, somente viabilizada graças a doações pessoais feitas pelo Governador do Estado e pelo Doutor Lucas Pinheiro.

Outras atividades relevantes foram desenvolvidas, entre elas a criação de Coordenadorias, umas de caráter temporário, como de Controle dos Assuntos Administrativos, mas outras revestindo-se de perenidade, como do Centro de Estudos, de Assuntos Legislativos, da Área Criminal, da Área Civil, da Defesa Social e de Orçamento e Finanças. Também foi criada e instalada a Promotoria do Juizado de Pequenas Causas e determinado o acompanhamento dos inquéritos policiais.

As medidas até o momento relacionadas ocorrem, efetivamente, a partir do mês de setembro, devendo frutificar os resultados no corrente exercício. Todavia, em que pese à precariedade antecedente o volume de serviço foi relevante; além dos 2.281 processos civis já em tramitação antes de 1987, ingressaram mais de 2.444, perfazendo o total de 4.725, dos quais 819 receberam sentenças e decisões finais, enquanto entraram 1.510 processos criminais que, somados aos 9.043 já em tramitação e aos 3.552 não localizados, atingiram uma carga de 14.105, recebendo decisão final 1.765 processos.

Os Procuradores participaram de 108 julgamentos em 2ª instância, proletando pareceres escritos e promoções ou despachos em 444 processos dos 450 recebidos, estando pendentes apenas 06.

Com a dinamização atual, espera o Ministério Público melhor desempenho no corrente ano, iniciando já com a avultada carga de 12.340 processos criminais e 3.902 processos cíveis que passaram para 1988, com perspectiva de maior volume em novos processos, em vista do acompanhamento de inquéritos junto aos órgãos policiais do controle das ocorrências.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES JUDICIAL DA 2ª INSTÂNCIA

		PENDENTE ANTERIOR	RECEBIDO	TOTAL	DEVOLVIDO	PAREC. ESCRIT.	PARECER ORAIS	PROMOÇÕES OU DESPACHOS	JULGAMENTO PARTICIPAÇÕES	PENDENTES
PROCURADOR GERAL DR. AGUINELO BALBI	TRIBUNAL PLENO		42	42	42	39	-	03	16	-
DR. TABIRA R. FORTES 1º PROCURADOR DE JUSTIÇA	CONSELHO		14	14	14	13	-	01	06	-
DR. CARLOS BANDEIRA DE ARAÚJO 2º PROCURADOR DE JUSTIÇA	4ª CÂMARA		23	23	23	23	-	-	-	-
DR. AGUINELO BALBI 3º PROCURADOR DE JUSTIÇA	CÂMARAS REUNIDAS		41	41	41	41	-	-	-	-
DR. JOSÉ MARIA LOPES 4º PROCURADOR DE JUSTIÇA	CÂMARAS REUNIDAS		115	115	115	69	-	46	11	-
DR. PEDRO DA SILVA COSTA 5º PROCURADOR DE JUSTIÇA	1ª CÂMARA		15	15	15	15	-	-	15	-
DR. DJALMA MARTINS DA COSTA 6º PROCURADOR DE JUSTIÇA	3ª CÂMARA		34	34	34	34	-	-	07	-
DR. MITHRIDATES CORRÊA FILHO 7º PROCURADOR DE JUSTIÇA	2ª CÂMARA		19	19	19	17	-	02	12	-
DR. NESTOR DA C. FERREIRA 9º PROCURADOR DE JUSTIÇA	2ª CÂMARA		16	16	16	16	-	-	12	-
DR. LUPERCINO SÁ N. FILHO 10º PROCURADOR DE JUSTIÇA	4ª CÂMARA		71	71	69	67	-	02	09	02
DR. ROBERTO DE AQUINO VALLE 11º PROCURADOR DE JUSTIÇA	1ª CÂMARA		11	11	07	07	-	-	13	04
DR. LUIS FELIPE C. VERÇOSA 12º PROCURADOR DE JUSTIÇA	3ª CÂMARA		49	49	49	49	-	-	07	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE PROCESSOS CRIMINAIS DO ESTADO DO AMAZONAS

ANO 1986

INQUÉRITOS RECEBIDOS PELO M. P. .....
CAPITAL 876
INTERIOR ..... 442 TOTAL..... 1.318

SENTENÇAS .....
CAPITAL 292
INTERIOR ..... 089 TOTAL..... 381

ANO 1987

VARAS	PROC. EM TRAMITAÇÃO (REGISTRADOS)				PROCESSOS NÃO LOCALIZADOS	TOTAL NA VARA	PROCESSOS PARALISADOS HÁ 1 ANO	SENTENÇAS								TOTAL DE SENTEN. E DEC. FINAIS	RECURSO				PROCESSOS QUE RESTARÃO EM 1988
	ANTES DE 1987	PROC. ENTRADOS NO ANO						ANTES		SET/DEZ		TOTAL		SENT. DA EXTINÇÃO DA PUNIBIL. SET/DEZ	ARQUIVAMENTO		APELAÇÃO		SENTIDO ESTRITO		
		DADOS																			
		P.G.J.	C.G.P.	C.G.J.				S.A.	S.C.	S.A.	S.C.	S.A.	S.C.				M.P.	DEF.	M.P.	DEF.	
1ª VARA	809	116	-	176	699	1.624	334	24	12	-	03	24	15	118	-	160	02	-	01	-	1.464
2ª VARA	929	188	-	184	595	1.712	500	12	10	02	13	14	23	200	024	262	-	01	-	-	1.450
3ª VARA	989	127	-	180	1.158	2.274	720	06	04	01	02	07	06	339	041	396	03	-	-	-	1.878
4ª VARA	834	107	-	177	568	1.509	314	14	12	04	02	18	14	082	009	126	-	03	-	-	1.383
5ª VARA	577	142	-	179	126	845	204	38	17	05	-	43	17	007	018	089	04	-	-	-	756
6ª VARA	707	073	-	171	174	954	267	18	07	06	02	24	09	008	026	069	-	02	-	-	885
1º TRIBUNAL DO JÚRI	274	062	-	091	122	458	117	05	14	-	02	05	16	004	004	035	03	01	02	-	423
2º TRIBUNAL DO JÚRI	287	069	-	086	106	462	213	07	04	03	01	10	05	001	001	020	03	-	-	-	442
EXECUÇÕES CRIMINAIS	516	042	-	-	-	558	304	-	01	01	01	01	02	164	001	168	-	-	-	-	390
AUDITORIA MILITAR	144	059	-	-	004	207	052	-	01	01	01	01	02	-	-	007	03	-	01	-	200
MENORES	004	040	-	031	-	044	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	044
TRIBUNAL REG. ELEITORAL	784	012	-	-	-	796	-	-	-	-	-	-	-	-	127	127	-	-	-	-	669
TOTAL DA CAPITAL	6.054	1.037	1.101	1.275	3.552	11.443	3.025	124	082	023	027	147	109	923	251	1.459	18	07	04	-	9.984
INTERIOR	2.189	473	-	-	-	2.662	1.165	030	047	014	037	044	084	085	080	306	06	03	02	02	2.355
TOTAL GERAL	8.043	1.510	1.101	1.275	3.552	14.105	4.190	154	129	037	064	191	193	1.008	331	1.765	24	10	06	02	12.340

FONTE: SEI da PGJ, com base em informações dos Promotores de Justiça (Área Criminal).

* O registro da Vara de Menores trata de Autos de investigação.

1986: TOTAL DE INQ. RECEBIDOS - 1.318
TOTAL DE SENT. E DEC. FINAIS - 381 - 28.90%

1987: TOTAL DE INQ. RECEBIDOS - 1.510
TOTAL DE SENT. E DEC. FINAIS - 1.765 -116.88%
TOTAL GERAL DE PROC. EXISTENTES 14.105
TOTAL DE SENT. E DEC. FINAIS - 1.765 - 12.51%

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE PROCESSOS CÍVEIS DO ESTADO DO AMAZONAS – DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VARAS CÍVEIS	PROC. EM TRAMITAÇÃO – Antes de 1987	Entrados em 1987	Total Geral	Processos parados há mais de 1 ano	NATUREZA DA AÇÃO – Adoção	Alimentos	Alvarás	Arrolamentos	Busca e apreensão – Menores	Busca e apreensão – Coisas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Tutela	Usucapião	Outras – Interior	Outras – Capital	Sentenças e decisões finais	RECURSOS – Apelação – Razões	Apelação – Contra-razões	Agravo de instrumento – Razões	Agravo de instrumento – Contra-razões	Processos [illegible]
1ª Vara de Família, Suc. e R. Públicos	387	294	681	471	-	011	030	034	014	-	001	019	041	013	-	-	-	008	009	093	018	-	-	-	018	038	020	049	008	-			069				002	252
2ª Vara de Família, Suc. e R. Públicos	273	163	436	186	-	063	007	005	012	-	-	009	020	013	-	-	-	006	-	002	004	-	-	-	024	016	032	059	005	-	-		060	-	-	-	007	196
3ª Vara de Família, Suc. e R. Públicos	431	286	717	431	-	315	013	-	-	-	-	005	065	018	-	-	-	003	005	4	042	-	-	-	035	013	138	042	-	—			250	-	-	-	-	471
1ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	-	046	046	001	-	-	003	-	-	-	001	-	-	-	-	-	023	-	-	003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	002			-	-	-	-	-	044
2ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	004	011	033	009	-	-	001	-	-	-	-	-	-	-	001	-	010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	003			003	-	-	-	-	033
3ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	-	045	045	-	-	-	002	001	-	-	009	-	-	-	-	-	020	-	-	010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	004			001	-	-	-	-	045
4ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	-	063	063	-	-	-	006	-	-	-	018	-	-	-	-	-	009	-	-	012	-	-	002	-	-	-	-	-	-	001			-	-	-	-	-	063
5ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	-	047	047	-	-	-	002	-	-	-	003	-	-	-	-	-	006	-	-	013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	003			002	-	-	-	-	047
6ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	001	030	031	-	-	-	001	-	-	-	007	-	-	-	-	-	010	-	-	002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	002			001	-	001	-	-	031
7ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	001	029	030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	018	-	010	-	-	005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	030
8ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho	030	019	039	004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	001	005	-	-	005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	004			005	-	-	-	-	034
9ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho [illegible]	DADOS NÃO APRESENTADOS PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA DR. ARISTARCO DE ARAÚJO JORGE MELLO [illegible] 05/05/88																																					
1ª Vara da Fazenda Pública	128	053	181	043	-	-	-	006	-	-	-	-	-	-	-	-	004	-	-	-	-	-	023	008	-	-	-	-	-	001			013	-	-	-	053	169
2ª Vara da Fazenda Pública	061	022	083	025	-	-	-	001	-	001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	025	006	-	-	-	-	-	005			007	-	-	-	007	[illegible]
Vara Especial de Menores	015	380	[illegible]	-	095	116	045	002	005	-	-	-	-	-	-	-	-	051	-	-	009	-	-	-	008	-	-	-	079	-			037	-	-	-	001	[illegible]
Juizado Especial de Pequenas Causas	-	449	449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			449	-	-	-	-	[illegible]
INTERIOR	697	309	1.006	152	011	117	032	005	-	007	-	003	005	001	211	094	094	003	002	054	003	126	004	020	038	102	039	020	005	031	050	172	301	003	-	-	-	[illegible]
TOTAL DA CAPITAL	1.356	2.135	3.721	1.190	095	925	136	049	031	001	034	033	126	050	007	001	125	072	030	143	-	050	018	003	062	138	150	036	023	036	[illegible]	[illegible]	318	-	-	-	030	[illegible]
TOTAL GERAL	2.052	2.444	4.727	1.342	100	1.042	187	054	032	008	034	036	131	050	220	095	125	075	034	137	128	054	040	169	044	240	116	043	058	035	054	172	619	003	001	-	030	[illegible]

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM